

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

**CASSIO HENRIQUE DA SILVA**

**A PAISAGEM E A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O  
PARQUE NATURAL MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE  
OLIVEIRA EM CAMPO MOURÃO - PR**

**CAMPO MOURÃO - PR  
2024**

**CASSIO HENRIQUE DA SILVA**

**A PAISAGEM E A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O  
PARQUE NATURAL MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE  
OLIVEIRA EM CAMPO MOURÃO - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Sociedade e Desenvolvimento.

**Linha de Pesquisa:** Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Paula Colavite

**CAMPO MOURÃO - PR  
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Cassio Henrique da  
A paisagem e a valorização do espaço urbano: o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira em Campo Mourão - PR / Cassio Henrique da Silva. -- Campo Mourão-PR, 2024.  
174 f.: il.

Orientador: Ana Paula Colavite.  
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Paisagem. 2. Expansão urbana. 3. Valorização do espaço. 4. Parque urbano. 5. Áreas verdes. I - Colavite, Ana Paula (orient). II - Título.

CASSIO HENRIQUE DA SILVA

**A PAISAGEM E A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O PARQUE NATURAL  
MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE OLIVEIRA EM CAMPO MOURÃO - PR**

**BANCA EXAMINADORA**



Profª. Dra. Ana Paula Colavite (Orientador/a) - Unespar, Campo Mourão



Prof. Dr. Marcos Clair Bovo – Unespar, Campo Mourão



Prof. Dr. Tarcisio Dorn de Oliveira – Unijuí, Ijuí

Data de Aprovação

10/04/2024

Campo Mourão - PR

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha mãe Elizabete, meu maior exemplo de perseverança, coragem e força. Agradeço eternamente por acreditar em mim, por ser meu alicerce durante toda minha jornada acadêmica. Obrigado por me ensinar sobre a vida, por me amar, respeitar e me acolher nos momentos difíceis, não consigo expressar em palavras o quanto sou grato por sua vida. Você é uma mulher forte, minha heroína, eu te amo!

Com eterna gratidão, dedico este trabalho a você, mãe.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, pelo amor e apoio incondicional, vocês foram a força motriz por trás de cada página escrita e de cada desafio superado ao longo desta jornada. Em especial, gostaria de expressar gratidão à minha irmã Nayara e minha sobrinha Rafaela, por estarem presentes, mesmo com a distância geográfica, conversar com vocês sempre me fortaleceu para seguir em frente.

Gostaria de deixar registrado meu carinho e admiração pela minha orientadora Ana Paula Colavite, que acompanhou minha trajetória acadêmica desde a graduação. Muito obrigado por todo aprendizado, acolhimento, dedicação e paciência durante todos esses anos de pesquisa científica juntos.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, pelas aulas inspiradoras e valiosas discussões. Suas contribuições foram fundamentais para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Também agradeço aos meus amigos de turma: Tamires, Danieli, Danilo e Edivana, pela parceria durante as aulas, pelos almoços e cafés da tarde acompanhados de muitos risos. Obrigado pelo apoio incondicional nos momentos de desânimo e por tornarem esse percurso tão significativo e memorável.

Por fim, expresso minha gratidão à CAPES pela bolsa de estudos concedida; sem esse apoio financeiro, o desenvolvimento desta pesquisa não seria possível.

SILVA, Cassio Henrique da. **A paisagem e a valorização do espaço urbano: o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira em Campo Mourão - PR.** 174f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

## RESUMO

A paisagem possibilita a análise do espaço por meio da combinação dos elementos naturais, socioeconômicos e culturais. Percebida como materialização das relações do ser humano com a natureza, está ligada diretamente aos padrões de uso e ocupação do solo. Além disso, o conceito de paisagem é complexo, abrange diversas concepções, portanto, as discussões nunca se esgotam. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Campo Mourão, e tem um caráter interdisciplinar, dialogando com a Geografia, Arquitetura e Urbanismo, História e Economia. Dessa forma, a pesquisa objetiva analisar a influência da paisagem na valorização multidimensional do espaço urbano circundante ao Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira em Campo Mourão – PR. Nesse sentido, a pesquisa adota o método misto, com abordagem qualiquantitativa, com análises realizadas à luz da teoria da complexidade de Edgar Morin. O embasamento teórico foi obtido por meio de livros, capítulos de livros, dissertações, artigos científicos publicados em periódicos *online*, documentos, Leis e decretos municipais. O trabalho de campo foi realizado em duas etapas: 1) levantamento da estrutura física e registro fotográfico do parque; 2) Coleta de dados, utilizando o questionário como instrumento de pesquisa, o qual inclui questões abertas e fechadas. Os resultados apontam que, desde a implementação do parque, a região passou por inúmeras transformações na paisagem circunvizinha, em especial, na expansão da malha urbana. Nesse viés, a paisagem do parque é utilizada pelo mercado imobiliário para vender loteamentos de alto padrão, referenciando os aspectos de qualidade de vida proporcionados pelas áreas verdes urbanas. As formas de valorização identificadas estão relacionadas ao conforto térmico e aos valores estético, psicológico, econômico, histórico, cultural, ambiental e ecológico. Ademais, as principais formas de utilização do parque estão relacionadas à prática de esportes ao ar livre, caminhada ou corrida, descanso e relaxamento. Os moradores indicaram vários aspectos de valorização da região, sendo o mais citado a cobertura vegetal, mas também apontaram os aspectos de desvalorização, como o assoreamento do lago, ligado à beleza cênica do parque, e eventuais inconvenientes experimentados como resultado de morar nas proximidades do parque, como o alto fluxo de pessoas frequentando a região aos finais de semana. Portanto, a população reconhece o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira como uma paisagem que proporciona benefícios físicos e mentais, que se configura como um espaço de socialização de grande potencial econômico, histórico e cultural, o principal cartão postal de Campo Mourão com elevados graus de valorização.

**Palavras-chave:** Paisagem, Expansão Urbana, Valorização do espaço, Parque urbano, Áreas verdes.

SILVA, Cassio Henrique da. **The landscape and the urban space appreciation:** the Joaquim Teodoro de Oliveira Municipal Natural Park in Campo Mourão – PR. 174f. Dissertation (Masters) - Society and Development Interdisciplinary Post-Graduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2024.

## ABSTRACT

The scenery enables the analysis of space through the combination of natural, socioeconomic and cultural elements. Noticed as a materialization of human relationships with nature, it is directly linked to patterns of land use and occupation. Furthermore, the concept of scenery is complex, encompassing several conceptions, therefore, discussions are never exhausted. The research is linked to the Society and Development Post-Graduate Program at the State University of Paraná, Campo Mourão campus, and has an interdisciplinary character, dialoguing with Geography, Architecture and Urbanism, History and Economy. Thereupon, this paper aims to analyze the influence of the scenery on the multidimensional urban space appreciation, surrounding the Joaquim Teodoro de Oliveira Municipal Natural Park in Campo Mourão – PR. In this way, the research adopts a mixed method, with a qualitative and quantitative approach based on Edgar Morin's complexity theory. The theoretical basis was obtained through books, book chapters, dissertations, scientific articles published in online journals, documents, municipal laws and decrees. The fieldwork was carried out in two stages: 1) a survey of the physical structure and a photographic recording of the park; 2) Data collection, using the questionnaire as a research instrument, which includes open and closed questions. The results indicate that, since the implementation of the park, the region has undergone numerous transformations in the surrounding scenery, in particular, in the expansion of the urban network. In this sense, the park's scenery is used by the real estate market to sell high-standard subdivisions, referencing the quality-of-life aspects provided by urban green areas. The valorization forms identified are related to thermal comfort and aesthetic, psychological, economic, historical, cultural, environmental and ecological values. Moreover, the main ways of using the park are related to practicing outdoor sports, walking or running, resting and relaxing. The residents indicated several appreciation aspects of the region, the most named is the green cover, but they also pointed out aspects of devaluation, such as the silting of the lake, linked to the scenic beauty of the park, and possible inconveniences experienced as a result of living close to it, such as the high flow of people visiting the region on weekends. Therefore, the population recognizes the Joaquim Teodoro de Oliveira Municipal Natural Park as a scenery that provides physical and mental benefits, which is configured as a socialization space with great economic, historical and cultural potential, the main postcard of Campo Mourão with high degrees of appreciation.

**Word-Keys:** Scenery, Urban extension, Space appreciation, Urban Park, Green areas.



## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Localização da área de estudo .....	71
<b>Figura 2</b> - Estrutura local da área de estudo .....	76
<b>Figura 3</b> - Distribuição dos bairros incluídos no trabalho de campo.....	78
<b>Figura 4</b> - Malha urbana de Campo Mourão (1953 e 1963).....	86
<b>Figura 5</b> - Malha urbana de Campo Mourão (1980).....	89
<b>Figura 6</b> - Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira na década de 1990 .....	91
<b>Figura 7</b> - Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira (1998) .....	93
<b>Figura 8</b> - Macro áreas urbanas de Campo Mourão .....	95
<b>Figura 9</b> - Imagens históricas das transformações da paisagem.....	97
<b>Figura 10</b> – Área externa e interna do local onde será construído a ponte que ligará o condomínio ao parque .....	101
<b>Figura 11</b> - Imagens históricas do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira .....	102
<b>Figura 12</b> - Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.....	104
<b>Figura 13</b> - Festival de verão no Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira .	105
<b>Figura 14</b> - Predominância de faixa etária e gênero dos entrevistados .....	106
<b>Figura 15</b> - Escolaridade e renda familiar média - Fundamental completo e incompleto.....	108
<b>Figura 16</b> - Escolaridade e renda familiar média - Ensino médio completo e incompleto ...	109
<b>Figura 17</b> - Escolaridade e renda familiar média - Ensino superior completo e incompleto	110
<b>Figura 18</b> - Escolaridade e renda familiar média - Pós-graduação completa e incompleta ..	111
<b>Figura 19</b> - Quantas pessoas residem na mesma casa?.....	112
<b>Figura 20</b> - Há quanto tempo você reside nesta casa?.....	114
<b>Figura 21</b> - Influência do parque entre os proprietários e residentes. ....	115
<b>Figura 22</b> - Distância aproximada das residências do parque .....	116
<b>Figura 23</b> – Distribuição das residências que possuem ou não vista direta ou parcial para o Parque.....	118
<b>Figura 24</b> – Preferência dos moradores em relação à proximidade de morar perto do Parque. ....	118
<b>Figura 25</b> - Avaliação do grau de inconveniência percebido .....	119
<b>Figura 26</b> - Grade aberta que cerca o parque.....	122
<b>Figura 27</b> - Pista de caminhada .....	123
<b>Figura 28</b> - Com que frequência você utiliza o parque?.....	123

<b>Figura 29</b> - Períodos do dia em que os residentes costumam utilizar o parque.....	124
<b>Figura 30</b> - Quais atividades você realiza no parque? .....	126
<b>Figura 31</b> - Como você descreve a qualidade da paisagem do parque? .....	132
<b>Figura 32</b> - Quadras de esportes .....	134
<b>Figura 33</b> - Capivaras e patos no Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.	135
<b>Figura 34</b> - Como você avalia o conforto térmico no parque? .....	137
<b>Figura 35</b> - Como você avalia o valor estético do parque? .....	137
<b>Figura 36</b> - Paisagem vista da casa de uma moradora.....	138
<b>Figura 37</b> - Como você avalia o valor psicológico do parque? .....	139
<b>Figura 38</b> - Como você avalia a importância do parque na valorização econômica do entorno? .....	140
<b>Figura 39</b> - Comércio com vista direta ou parcial para o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.....	141
<b>Figura 40</b> - Como você avalia o valor histórico e cultural do parque?.....	141
<b>Figura 41</b> - Como você avalia o valor ambiental e ecológico do parque? .....	143
<b>Figura 42</b> - Grau de valorização que o parque atribui para Campo Mourão .....	148
<b>Figura 43</b> - Vista da ponte que atravessa o lago .....	150
<b>Figura 44</b> - Deck e vista para o assoreamento .....	151
<b>Figura 45</b> - Concha acústica. ....	152
<b>Figura 46</b> - Atividades realizadas no parque pelos moradores.....	153

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Classificação das AVUs em categorias, tipologias e serviços.....	67
<b>Quadro 2</b> - Profissão/ocupação dos participantes .....	113
<b>Quadro 3</b> - Desafios e inconvenientes vivenciados pelos moradores .....	120
<b>Quadro 4</b> - Justificativas pelas escolhas dos horários frequentados.....	125
<b>Quadro 5</b> - Valores da paisagem .....	129
<b>Quadro 6</b> - Aspectos mais e menos atraentes da paisagem do parque .....	133
<b>Quadro 7</b> - Elementos ou características do parque que valorizam o entorno .....	144
<b>Quadro 8</b> - Elementos ou características do parque que desvalorizam o entorno.....	146
<b>Quadro 9</b> - Aspectos do parque passíveis de melhora.....	148

## LISTA DE SIGLAS

AVUs	Áreas Verdes Urbanas
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UCs	Unidade de Conservação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A PAISAGEM NA VALORIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO ESPAÇO URBANO: UM DEBATE TEÓRICO CONCEITUAL .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Leituras da paisagem urbana sob o prisma da interdisciplinaridade .....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Amenidades da paisagem: influências na valorização do espaço urbano .....</b>	<b>32</b>
<b>2.2.1 As áreas verdes na composição da paisagem urbana.....</b>	<b>37</b>
<b>2.3 Valorização multidimensional do espaço urbano: aspectos objetivos e subjetivos ....</b>	<b>47</b>
<b>2.4 Políticas públicas para as áreas verdes no espaço urbano.....</b>	<b>60</b>
<b>3 METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....</b>	<b>69</b>
<b>3.1 Procedimentos cartográficos: Mapeamento das alterações da paisagem.....</b>	<b>74</b>
<b>3.1.1 Trabalho de campo e coleta de dados: Aplicação de questionários.....</b>	<b>75</b>
<b>4 DE PAISAGEM PERIFÉRICA À ESPAÇO SUPERVALORIZADO: PARQUE NATURAL MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE OLIVEIRA COMO ELEMENTO TRANSFORMADOR DO ESPAÇO URBANO .....</b>	<b>80</b>
<b>4.1 O parque e a expansão urbana: cartografia das transformações históricas e a construção de novas espacialidades .....</b>	<b>80</b>
<b>4.2 A relação dos moradores locais com a paisagem urbana: O Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira em perspectiva.....</b>	<b>106</b>
<b>4.2.1 Perfil sociodemográfico dos entrevistados .....</b>	<b>106</b>
<b>4.2.2 Da percepção à apropriação do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira .....</b>	<b>116</b>
<b>5 O PARQUE COMO ELEMENTO (DES) VALORIZADOR DO ESPAÇO URBANO: A PAISAGEM COMO VITRINE.....</b>	<b>129</b>
<b>5.1 Valorização multidimensional da paisagem: olhares para a qualidade de vida.....</b>	<b>132</b>
<b>5.2 Desconstrução da paisagem idealizada: a (des) valorização do espaço urbano.....</b>	<b>144</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>159</b>

<b>APÊNDICES .....</b>	<b>170</b>
------------------------	------------

## 1 INTRODUÇÃO

A paisagem urbana pode ser vista como um reflexo da sociedade, composta por construções, como praças, ruas, áreas verdes e elementos naturais que integram o espaço citadino. Diversos fatores influenciam na constituição dessas paisagens, como a cultura, a economia, a história, a geografia e o planejamento urbano. Sendo assim, cada cidade é composta por um mosaico de paisagens próprias, com significados distintos, podendo ser cativante e incitadora, mas também desordenada e desagradável, dependendo da forma como é pensada e da manutenção e gestão contínuas.

O conceito de paisagem é amplamente discutido em diversas áreas do conhecimento e em múltiplas conotações. Constituída como uma temática interdisciplinar, perpassa algumas ciências como a Geografia, a Arquitetura e Urbanismo e a Ecologia. As áreas citadas consideram a multidimensionalidade na constituição e organização da paisagem que, em suas particularidades no espaço urbano, pode influenciar na valorização do espaço.

Caracteriza-se como um tema de grande complexidade e riqueza, que nunca se esgota completamente, pois há sempre algo novo para ser descoberto e explorado, seja por meio de uma perspectiva geográfica, artística, cultural ou histórica. Vale ressaltar que a paisagem é constantemente transformada pela dinâmica da natureza, bem como pela intervenção e ações humanas, o que a torna um tema em constante evolução. Dessa forma, esta pesquisa não objetiva esgotar todas as discussões sobre o assunto, mas sim contribuir para o enriquecimento do debate.

A paisagem, enquanto campo de estudo, é caracterizada por uma rica diversidade de perspectivas, revelando a complexidade e o debate contínuo sobre o tema. Essas perspectivas abrangem tanto aspectos objetivos, relacionados às formas e estruturas espaciais, quanto aspectos subjetivos, que buscam explorar as emoções evocadas pela paisagem. Normalmente, os arquitetos direcionam seu olhar para os elementos materiais da paisagem, utilizando-os como meio de organizar o espaço e de expressar um senso estético.

Conforme Cullen (1983), a paisagem influencia os projetos arquitetônicos e urbanistas, nas premissas organizacional e estética. O conceito adotado por Gordon Cullen ainda considera a ótica, o local e o conteúdo da paisagem. Os projetos arquitetônicos e urbanísticos criam dinâmicas e movimentos próprios na cidade, a partir disso formas e funções são atribuídas aos espaços.

A paisagem possui uma ligação intrínseca na relação do ser humano com a natureza, sendo um reflexo dessa interação. Além disso, ela desempenha um papel crucial nas relações sociais e políticas. Conforme Neves (1992), a paisagem é resultado de dinâmicas naturais decorrentes das transformações da natureza, da interação com os processos sociais conduzidos pelo ser humano, esse segundo de modo muito mais acelerado do que o primeiro. Portanto, a sociedade tem capacidade de construir, criar e recriar paisagens, mas também tem condições de destruir outras, em um processo de contínuas transformações, produzindo, dessa forma, novas paisagens.

No contexto urbano, a paisagem desempenha um papel fundamental na concepção e na experiência dos espaços públicos. Tanto a paisagem quanto o espaço público são elementos essenciais da vida nas cidades, complementando-se mutuamente. Os espaços públicos atuam como palco para eventos culturais e sociais, enquanto a paisagem exerce influência no uso desses locais, fomentando o senso de pertencimento, a interação social e a convivência entre pessoas. É importante destacar, porém, que o conceito de espaço público é complexo e abrange diversas acepções.

Dinoá (2005) expõe que, na Filosofia, o conceito de espaço público está associado à discussão de ideias; na Sociologia, como espaço de encontro e relações entre pessoas; no Urbanismo, as reflexões são acerca de debates sobre as cidades. Nas palavras de Gomes (2018, p. 115), arquitetos, urbanistas e geógrafos entendem o espaço público como “todo e qualquer espaço urbano livre e aberto”, associados a formas físicas como as ruas, praças e parques.

Nesse contexto, o espaço público abrange locais de acesso livre e, ao mesmo tempo, reflete a identidade e valores de uma cidade. É composto por uma variedade de formas que interagem e que ganham sentido pelo modo que são estruturadas e vividas. Com funções diversas e essenciais para o bem-estar coletivo, o espaço público proporciona locais de encontro e interação social, promovendo a criação de laços entre os indivíduos.

Como descrito por Dinoá (2005), apesar de o conceito ser complexo, existem funções que são inerentes ao espaço público, identificadas como processo organizacional e de representação da sociedade, e também para oportunizar encontros e contato social. Em diálogo, Gomes (2018) assevera que o aspecto primordial de um domínio público é a interação entre as pessoas, ou melhor dizendo, o convívio de distintos grupos sociais em determinado espaço. O espaço público se constitui por meio da interação entre pessoas, isto é, “a vida em comum entre indivíduos autônomos e independentes que, em tese, não se conhecem e não dispõem de outros laços” (Gomes, 2018, p. 116).

Dessa forma, o espaço público é um lugar para o exercício da cidadania, onde as pessoas podem expressar suas opiniões, participar de eventos e manifestações, e desfrutar de atividades culturais. Também é um espaço para o lazer e o descanso, permitindo que as pessoas desfrutem do ar livre, pratiquem esportes, relaxem e recarreguem as energias, configurando-se como um espaço essencial na vida urbana.

O espaço público também desempenha um papel na definição da identidade e morfologia de uma cidade. A disposição dos edifícios, a configuração das ruas e a distribuição dos elementos urbanos contribuem para a formação da identidade visual da cidade, resultando, portanto, em distintas paisagens. Além disso, a forma como os espaços públicos são projetados e organizados pode propiciar a conexão dos cidadãos com a cidade, ou distanciá-los desse uso

As cidades estão repletas de espaços públicos e Souza Mendonça (2007) destaca que a relação desses com o meio urbano está vinculada aos aspectos físicos, naturais e construídos. A morfologia é uma de suas características e corresponde à símbolos de um determinado lugar, cidade, região ou país. A autora reconhece a presença de aspectos socioeconômicos, intrínsecos desde a construção dessas formas, e salienta que a composição do ambiente urbano tem relação direta aos interesses socioeconômicos e reflete as intenções e desejos de quem está construindo os espaços.

Nesse sentido, o modo como as áreas urbanas são planejadas, projetadas e utilizadas está diretamente relacionado à distribuição de recursos e às relações de poder na sociedade. A construção de espaços públicos pode ser um reflexo das prioridades econômicas e políticas de uma cidade, refletindo tanto investimentos privados quanto públicos.

A forma como os espaços públicos são concebidos e administrados pode ter impactos significativos na inclusão social, mobilidade, saúde e bem-estar dos cidadãos. É essencial considerar os aspectos socioeconômicos durante o planejamento urbano e a criação de espaços públicos, buscando promover a equidade e o desenvolvimento sustentável. Os parques urbanos surgem nesse contexto, especialmente visando a criação de ambientes que propiciem conforto térmico, lazer e convívio social. São espaços públicos dinâmicos e em constante alteração, adaptados para atender às funções e necessidades contemporâneas.

Os parques urbanos são paisagens em constante transformação, observadas ao longo do tempo. As transformações ocorrem na estrutura física, na expansão ou diminuição da área total, na vegetação, na fauna local, nos diferentes usos do espaço e até mesmo na sazonalidade anual. Este é um aspecto importante, pois, na análise de um espaço público, é necessário “examinar os padrões de variabilidade daquilo que está sendo identificado, sua localização no tempo e no espaço, sua transformação, ou seja, tudo aquilo que faz mudar a forma” (Gomes, 2018, p. 117).



Os parques urbanos são fundamentais para o bem-estar e qualidade de vida dos habitantes de uma cidade, são espaços verdes que proporcionam benefícios físicos e psicológicos. Além disso, desempenham um papel fundamental no desenho urbano, atuando como um elemento de organização e estruturação da cidade. Sua localização estratégica pode ajudar a delimitar áreas residenciais, comerciais e industriais, promovendo equilíbrio entre os diferentes setores urbanos. Os parques são elementos necessários na constituição das cidades, conectam bairros e proporcionam uma experiência visual agradável.

Lamas (2004) identifica os parques como estruturas verdes presentes na configuração urbana, bem como as ruas e as praças. Na estrutura urbana, os parques assumem uma identidade própria e representam a imagem da cidade, fazem parte do desenho urbano. A função dos parques urbanos é também a de organizar, definir e conter espaços. Macedo e Sakata (2010) complementam a afirmação, identificando os parques como espaços livres públicos com uma infraestrutura verde, destinados ao lazer da população.

Ainda sobre o espaço urbano, outro aspecto importante é a valorização pela presença de parques urbanos. Isso ocorre porque os parques oferecem diversos benefícios para os habitantes de uma cidade, e a valoração atribuída está relacionada aos seguintes aspectos: qualidade de vida, como o conforto térmico; contato com a natureza; contemplação da paisagem; bem-estar físico, psicológico e mental; prática de esporte; e possibilidades de lazer.

Existem também os aspectos econômicos ligados aos parques urbanos, que podem ser alvo do processo de especulação imobiliária, por meio de investidores que buscam lucrar com a valorização dos terrenos próximos aos parques. Essa dinâmica incorre no aumento do custo de vida na região dos parques, ampliando o valor de compra e venda do solo e promove a segregação residencial.

O espaço urbano é palco para a vida na cidade, proporciona o convívio social e as práticas de lazer, é onde as pessoas se divertem, trabalham e estudam. Portanto, a qualidade do espaço urbano é primordial para a qualidade de vida, pois está relacionado ao bem-estar das pessoas. É importante que se leve em consideração as necessidades da população no planejamento e construção de espaços públicos e que a esfera pública garanta o direito ao acesso a esses espaços para toda população.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a influência da paisagem na valorização multidimensional do espaço urbano circundante ao Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira em Campo Mourão – PR. A análise multidimensional proposta busca desvendar a complexa relação entre a paisagem e a valorização do espaço urbano de Campo Mourão, considerando não apenas a perspectiva objetiva da paisagem, mas também os

aspectos subjetivos, dentre eles a estética, os sentimentos evocados por essa paisagem, os impactos nas atividades cotidianas, na qualidade de vida relacionado ao bem-estar da comunidade local, na importância histórico-cultural da paisagem e na preservação do meio ambiente.

Quanto aos objetivos específicos, são três: a) Compreender teoricamente de quais formas os parques urbanos, como amenidades da paisagem, atribuem valor ao espaço urbano; b) Investigar os processos de transformação da paisagem no uso e ocupação do solo urbano no entorno do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira de sua constituição à atualidade; c) Identificar, a partir da visão dos moradores da região, em quais aspectos a paisagem constituída pelo Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira atribui valor ou desvaloriza o seu entorno.

Para tal, leva-se em consideração a seguinte questão problema: Qual a influência do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira na valorização multidimensional do espaço urbano de Campo Mourão – PR? A pesquisa também apresenta questões problemas específicas, que serão respondidas no decorrer das seções: a) O parque de fato é uma amenidade da paisagem que direcionou o uso e ocupação do seu entorno? b) Em quais dimensões o espaço urbano é valorizado pela presença do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira? c) Existem fatores que atuam na desvalorização do seu entorno?

Diante da complexidade da paisagem, é necessário buscar soluções em diversas áreas de estudo que abordem a produção da paisagem urbana, a relação direta com a sociedade e o desenvolvimento territorial. É importante considerar a interdependência sistêmica nas relações entre a sociedade e a natureza, que são moldadas pelas políticas públicas e por meio das dinâmicas socioespaciais em suas dimensões físicas, políticas, econômicas, sociais e ambientais.

O estudo, pautado na interdisciplinaridade, permite observar os problemas urbanos em sua totalidade e, assim, buscar resoluções mais eficazes. A prática interdisciplinar rompe com os padrões disciplinares e a construção do conhecimento fragmentado, enriquecendo as análises à respeito da paisagem, do desenvolvimento territorial e da expansão urbana, com a integração dos saberes. Sendo assim, a estrutura da pesquisa segue o viés interdisciplinar, junto ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD – Unespar).

De acordo com Manoel, Silva e Oliveira (2017), a pesquisa interdisciplinar propicia ao pesquisador a possibilidade de aplicação de métodos menos rígidos, auxiliando na compreensão de fenômenos de forma menos restrita. Além disso, Bicudo (2008) evidencia que a pesquisa

interdisciplinar se justifica pela complexidade da sociedade contemporânea e toda tensão entre as disciplinas, quanto aos limites, objetos e métodos.

Ainda sobre os desafios contemporâneos, Leis (2011) indica que alguns problemas não podem ser resolvidos por uma única disciplina, sendo indicada a abordagem interdisciplinar para temas complexos. Posto isso, uma disciplina muitas vezes não abrange todo conhecimento necessário para a resolução de determinados problemas. Segundo o autor, a interdisciplinaridade integra modos de pensar de várias disciplinas e proporciona avanço do conhecimento, dificilmente alcançado de forma disciplinar. Morin (2005) expõe a importância da interdisciplinaridade e os perigos do pensamento fragmentado e unidimensional.

Desse modo, a abordagem interdisciplinar ocorre por meio das áreas da Geografia e Arquitetura e Urbanismo, quando se discute o conceito de paisagem e a construção do espaço urbano. Nessa pesquisa, são discutidos os temas: estética e beleza cênica da paisagem; valorização ambiental; conforto térmico; as áreas verdes e os parques públicos; os valores psicológicos, afetivos e culturais da paisagem, que influenciam na qualidade de vida da população; valorização imobiliária no entorno de parques. Alguns autores-chave para esse debate: Neves (1992); Magalhães (2001); Shams, Giacomelo e Sucomine (2009); Andreotti (2012); Furlanetto (2012); Frota e Schiffer (2001).

O diálogo com a Economia ocorre quando se discute a produção do espaço urbano e a valorização do solo a partir da implementação de áreas verdes e parques urbanos. Debate-se, também, sobre o mercado imobiliário e as estratégias do *marketing* imobiliário na venda de porções do solo urbano. Alguns dos autores utilizados: Haug (1997); Corrêa (2004); Santos (2008); Bovo (2013); Amorin (2013); Gomes (2014).

O diálogo com a História ocorre com a produção teórica sobre o conceito de paisagem e nas transformações na região do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, de sua constituição até a atualidade, com destaque para a expansão da malha urbana. Alguns dos referenciais teóricos utilizados: Veiga (1999); Menezes (2002); Simionato (2008); Santos Junior (2018).

A área de Políticas Públicas se faz presente por meio da abordagem sobre as ações governamentais na implantação de áreas verdes e parques urbanos no espaço urbano. Destaca-se o objetivo das políticas públicas na resolução de problemas ambientais, buscando o equilíbrio social e a qualidade de vida nas cidades. Alguns dos autores utilizados: Frey (2000); Farah (2001); Saraiva (2006); Kingdon (2007); Moraes (2014), Barreiro (2015); Furtado (2015).

Explorando a interdisciplinaridade como ponto de partida, a pesquisa encontra-se dividida em cinco seções: Introdução; A paisagem na valorização multidimensional do espaço

urbano: um debate teórico conceitual; Metodologia; De paisagem periférica à espaço supervalorizado: Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira como elemento transformador do espaço urbano; Olhares sobre a estética, a natureza e o bem-estar: o parque como elemento (dez) valorizador do espaço urbano.

A segunda seção, intitulada “A paisagem na valorização multidimensional do espaço urbano: um debate teórico conceitual”, encontra-se dividida em cinco subseções: a primeira, discute do ponto de vista teórico e conceitual, a influência da paisagem na valorização multidimensional do espaço urbano, com uma abordagem interdisciplinar da paisagem; a segunda, apresenta as amenidades da paisagem e os impactos na valorização ou desvalorização do espaço urbano; a terceira, discorre sobre as áreas verdes na paisagem urbana; a quarta, aborda os aspectos objetivos e subjetivos da paisagem; e a quinta, trata das políticas públicas que orientam a instalação de áreas verdes no espaço urbano.

A terceira seção, intitulada “Metodologia e caracterização da área de estudo”, objetiva discorrer sobre os percursos teóricos e metodológicos empregados na pesquisa, dividindo-se em três subseções. A primeira, destina-se à descrição e delimitação da área de estudo; a segunda, apresenta os procedimentos cartográficos utilizados na elaboração dos mapas e quadros imagens; e a terceira, detalha a execução do trabalho de campo durante a coleta de dados.

A quarta seção, intitulada “De paisagem periférica à espaço supervalorizado: Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira como elemento transformador do espaço urbano”, está organizada em três subseções. A primeira, aborda o desenvolvimento histórico da cidade de Campo Mourão, explorando os períodos que precederam e sucederam a construção do parque e o direcionamento da malha urbana para esse setor da cidade. Além disso, acompanha um quadro com imagens históricas do período entre 1980 e 2024, que evidenciam a expansão urbana na região do parque, revelando as significativas transformações da paisagem ao longo tempo. Nesta subseção, também são incluídas imagens do parque que destacam sua relevância como uma das principais paisagens da cidade, destacando-se como espaço cultural, para o lazer, a prática de esportes, a recreação e a socialização. A segunda subseção apresenta os resultados do questionário aplicado com os moradores das proximidades do parque, dando foco para o perfil sociodemográfico dos entrevistados. E a terceira subseção explora a relação entre os moradores locais e a paisagem do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.

A quinta seção, intitulada “O Parque como elemento (dez) valorizador do espaço urbano” destaca as dimensões da paisagem de valorização urbana e que contribuem para o bem-

estar da população que vive no entorno do parque. A seção também apresenta a seguinte pergunta: será que o parque apenas valoriza o espaço urbano? É importante considerar que, apesar de trazer valorização, o grande fluxo de pessoas que frequentam a região durante a semana, especialmente aos finais de semana, pode causar desconforto para os residentes, com a reprodução de som em alto volume, aumento no tráfego de pessoas e veículos, vias superlotadas, entre outros.

Essa seção está organizada em duas subseções, cada uma contempla análises dos resultados dos questionários aplicados. A primeira, diz respeito à valorização do parque, considerando-o como um cartão postal de beleza cênica, destacando os aspectos mais e menos atraentes e os graus de avaliação a respeito do conforto térmico, dos valores estético, psicológico, econômico, histórico-cultural e ambiental-ecológico; a segunda, destaca os elementos ou características do parque que (des) valorizam o espaço urbano, a importância do Parque para a cidade e os aspectos que podem ser melhorados relacionados ao Parque.

Por fim, são expostas as considerações finais da pesquisa, destacando os resultados obtidos e relacionando-os com a problemática da pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a metodologia empregada. É fundamental reconhecer a importância da paisagem e sua relação com a produção do espaço urbano, que afeta diretamente a vida da população. A paisagem urbana não apenas molda a estética e a identidade visual de uma localidade, mas também desempenha um papel fundamental na qualidade de vida dos seus habitantes.

## **2 A PAISAGEM NA VALORIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO ESPAÇO URBANO: UM DEBATE TEÓRICO CONCEITUAL**

A abordagem da paisagem sob o prisma da interdisciplinaridade busca compreender as relações complexas entre o ser humano com o ambiente urbano, considerando os aspectos físicos/naturais, a história, a economia, a política e a cultura da população de determinada região. O espaço é formado por diferentes dimensões e para superar os obstáculos contemporâneos, a perspectiva interdisciplinar da paisagem permite identificar problemas ambientais e socioeconômicos, assim como o planejamento de ações que busquem o desenvolvimento sustentável e a melhoria de qualidade de vida das populações urbanas.

Para compreender as relações das sociedades com a construção das paisagens, é importante fazer um levantamento histórico sobre como procedeu a evolução dessas, desde as civilizações antigas. Maximiano (2004) indica que, antes mesmo da elaboração do conceito, a noção de paisagem já estava presente na memória e na percepção do ser humano. Essa ideia embrionária se baseava na observação e descrição do meio ambiente. As artes e ciências de diferentes culturas retratavam elementos específicos da paisagem, como animais selvagens, montanhas e rios. As pinturas rupestres são exemplos dessa percepção focada em componentes ambientais.

Portanto, a relevância da paisagem ao longo da história está no entendimento sobre a relação entre o ser humano com o ambiente que o cerca. A observação e descrição da paisagem foram fundamentais para a compreensão das relações sociais, que através de pinturas rupestres e outras formas artísticas, expressam essa conexão e a contínua influência do ambiente na cultura. A paisagem, ao ser documentada ao longo do tempo, oferece informações valiosas sobre a evolução das sociedades em suas relações sociais e culturais, na transformação dos ambientes de acordo com suas necessidades.

Ainda sobre essas relações do ser humano com o ambiente, Rougerie e Beroutchatchvili (1991) expõem que, por volta de 2500 a.C., durante a IV dinastia egípcia, já existiam jardins de recreação com lagos e varandas, que formavam, juntamente com pavilhões dispersos e celeiros, um complexo residencial cercado por muros. Um milênio depois, durante a XVIII dinastia, essa fórmula havia se desenvolvido tanto que o centro urbano de Tebas estava inserido em um ambiente verdejante.

Na atualidade, ainda é recorrente encontrar espaços que reproduzem esse formado de construções, tanto públicos quanto privados, que apresentam delimitações, abrigo em seu

interior uma paisagem que incorpora elementos tanto naturais quanto construídos. Isso é evidente em locais como parques urbanos e residenciais fechados. Nesse sentido, observa-se que, em todo transcurso da história das sociedades, na sua relação com o ambiente, a paisagem pode definir e caracterizar áreas distintas, impactar na percepção e uso desses espaços, além de atribuir identidade e singularidade aos ambientes.

Para além das planícies mesopotâmicas do “Jardim do Éden” e dos “Jardins Suspensos” que cercavam os palácios elevados da Babilônia com árvores e flores, as terras altas da Pérsia e da Assíria conheciam duas formas de jardins: terrenos de caça tratados, como parques e jardins menores cercados por muros. Esses últimos, semelhantes a oásis reproduzidos em miniatura, proporcionavam água, sombra e frutas ou flores. Essa trilogia de jardins foi encontrada em todas as rotas de migração das civilizações da aridez, incluindo os jardins da Índia e do Magrebe, bem como os jardins mouros da Espanha, como Granada, Córdoba e Toledo, que combinavam funcionalidade e estética por meio da escolha e valorização dos elementos benéficos de um ambiente frequentemente hostil (Rougerie; Beroutchatchili, 1991).

Desde os tempos da antiga Mesopotâmia, as áreas verdes desempenham um papel fundamental e foram amplamente valorizadas e utilizadas. Considerados verdadeiras obras de arte e símbolos de luxo, os jardins forneciam refúgio para a agitação das cidades. Essa valorização e uso de áreas verdes na Mesopotâmia são como um testemunho da importância contínua desses espaços ao longo da história da humanidade.

Conforme Maximiano (2004), na Mesopotâmia, a relação dos povos com a paisagem é reconhecida por meio de várias práticas, como o uso das cheias dos rios, a observação do céu e das estrelas, a criação de jardins, bem como a elaboração de leis e o desenvolvimento do conhecimento agrícola. Em geral, os jardins funcionaram como pequenos oásis dentro das cidades fortificadas, oferecendo um refúgio para seus habitantes. Os muros que cercavam as cidades tinham como objetivo proteger seus habitantes de ameaças externas, seja elas de outras civilizações ou de forças naturais ainda não compreendidas. Isso sugere que a visão da paisagem dos antigos habitantes da região era guiada por um senso de precaução, baseado em seu conhecimento da realidade que os cercavam.

A representação da paisagem na antiga Mesopotâmia tem paralelos com a importância atual da paisagem em nossas vidas. Embora as circunstâncias e as práticas tenham evoluído ao longo do tempo, a relação entre as pessoas e a paisagem permanece fundamental. Assim como na antiga Mesopotâmia, as áreas verdes continuam sendo apreciadas e valorizadas nos dias de hoje, seja por meio de jardins ou parques urbanos. Os parques urbanos, frequentemente, são

delimitados por cercas, visando a preservação do espaço, mas também proporcionar uma sensação de segurança aos visitantes.

Como descrito por Maximiano (2004), os parques, tanques artificiais e viveiros de pássaros encontrados em alguns palácios reais do extremo oriente, construídos cerca de três séculos antes de Cristo, revelam a construção do conceito e da própria paisagem na região. Os jardins japoneses são um exemplo dessa forma de paisagem que é projetada para oferecer contato com a natureza, tranquilidade e bem-estar espiritual, e geralmente associados às residências. O autor destaca que os jardins do Extremo Oriente foram influenciados não apenas pela religião, mas também por pintores e poetas, que frequentemente associavam a subjetividade às emoções evocadas pela paisagem. Na França e na Inglaterra, a arte dos jardins e a concepção de paisagem têm suas origens na pintura e na poesia, assim como no Extremo Oriente, e compartilham o mesmo vínculo entre o sentido subjetivo e emocional da paisagem.

A perspectiva cultural e subjetiva da paisagem tem sido parte da história dos jardins em diversas culturas ao redor do mundo, incluindo os jardins japoneses, franceses e ingleses. Cada um desses estilos de jardim possui características distintas que refletem a estética, os valores culturais e a relação das pessoas com a natureza.

Apesar disso, até o início do século XX, em quase todas as civilizações, a ideia mais sofisticada de paisagem, tanto nas artes, quanto na criação de jardins, era um tópico que interessava para poucas pessoas. Maximiano (2004) esclarece que a formação do sentido geral de paisagem na Europa teve influência de diversos fatores, tais como o aumento e a velocidade do fluxo de pessoas, a formação de colônias, a invenção da imprensa e da fotografia. A palavra alemã "*landschaft*" foi o primeiro termo utilizado no Ocidente para designar paisagem. Essa palavra existe desde a Idade Média e era usada para se referir a uma região de tamanho médio, onde pequenas unidades de ocupação humana se desenvolviam. Com a chegada do "século das luzes", o termo também adquiriu um sentido semântico mais amplo, incluindo a ideia de um quadro, arte e/ou natureza (Maximiano, 2004).

Na França, a concepção da paisagem sempre esteve entrelaçada ao seu sentido estético, uma característica que persiste até o período atual, em que a estética continua sendo um dos valores mais apreciados em uma paisagem. Rougerie e Beroutchatchvili (1991) indicam que, antes do Renascimento, não há registro do uso do termo francês *paysage* na França. Somente a partir do século XVI o termo começou a ser utilizado com um significado próximo ao original do *Landschaft*, que se referia a uma concepção delimitante dos arredores. Foi nesse mesmo período que surgiu a associação do termo *paysage* à estética, por meio da representação de paisagens naturais em obras de arte.



Name (2010) explica que a origem da palavra, em francês, *paysage* está associada às técnicas renascentistas, como afirmam Rougerie e Beroutchatchvili (1991), mas sua origem remonta ao radical medieval *pays*, que tem um duplo significado de habitante e território. Sendo assim, se o significado da palavra paisagem está ligado à dualidade entre habitante e território, é correto afirmar que a paisagem surge por meio da interação entre os seres humanos e o território onde estão inseridos. Nesse território, surgem sociedades que expressam seus valores e crenças por meio das paisagens que se originam dessas relações multifacetadas.

Mas até o século XIX as representações paisagísticas eram conhecidas como a “arte dos jardins”. De acordo com Rougerie e Beroutchatchvili (1991), nesse período não se estabelecia uma associação direta do termo "paisagista" e a “arte dos jardins”. Essa representação paisagística antecede as representações gráficas da paisagem, que se desenvolveram de forma regular, tendo se irradiado de três grandes fontes de dispersão: o mundo mediterrâneo, o Oriente Próximo árido e a China.

O paisagista desempenha um papel fundamental na criação de espaços exteriores atraentes, funcionais e sustentáveis, considerando as necessidades dos usuários e as características do meio ambiente, portanto, é uma espécie de planejador de paisagens. Até o século XIX, o termo "paisagista" não era reconhecido, uma vez que a responsabilidade pela criação de espaços era atribuída aos jardineiros, que, por meio dos jardins, organizavam o ambiente naquele período. A concepção da paisagem, conforme a conhecemos, emergiu posteriormente na Europa.

Maximiano (2004, p. 85) expõe que “A concepção ocidental de paisagem foi formulada na Europa, mas também teve influências recebidas das experiências que povos do Mediterrâneo, Oriente Médio e Extremo Oriente tiveram com seu próprio ambiente”. Já a compreensão da paisagem no Brasil, no século XXI, é resultado das relações históricas entre o Velho e o Novo Mundo, que compartilham raízes comuns em história, cosmovisão e cultura.

O autor indica que a compreensão da realidade continua a moldar a forma como percebemos a paisagem, embora existam distintos valores em jogo, como os econômicos, estéticos e religiosos. Na antiguidade, a escolha dos elementos utilizados na construção da paisagem era criteriosa, com preferência por aqueles que ofereciam maior segurança física. No tempo atual, procura-se na paisagem elementos que simbolizem a segurança da era moderna. No entanto, é importante destacar que a escolha desses elementos é influenciada pelas tendências e pelos valores econômicos. Portanto, no decorrer do tempo, os valores materiais ou imateriais atribuídos às paisagens passaram por modificações substanciais, reflexo da própria polissemia intrínseca ao termo.

Desta forma, essa seção tem como objetivo compreender teoricamente de quais formas os parques urbanos, como amenidades da paisagem, atribuem valor ao espaço urbano. Apresenta-se o conceito de paisagem com um debate pautado na interdisciplinaridade com diálogo entre as áreas da Geografia e Arquitetura e Urbanismo, mas que também recorre à História, Psicologia e Economia.

A discussão teórica foi organizada em cinco subseções, com o objetivo de apresentar autores e conceitos responsáveis pelo suporte teórico da pesquisa. A primeira subseção tem como objetivo contribuir teoricamente para a compreensão do conceito de paisagem por meio de uma abordagem interdisciplinar; a segunda subseção direciona a discussão para a valorização do solo urbano, a especulação imobiliária e a formação de periferias de *status*; na terceira subseção, busca-se apresentar a importância das áreas verdes urbanas (AVUs); na quarta subseção, são expostas as multidimensões de valor atribuídas à paisagem em aspectos objetivos e subjetivos; por fim, na quinta e última subseção, discute-se o papel das políticas públicas na orientação e implementação de áreas verdes no espaço urbano.

## **2.1 Leituras da paisagem urbana sob o prisma da interdisciplinaridade**

O conceito de paisagem não é restrito à geografia, apesar disso, ele tem sido historicamente importante para essa Ciência, sendo considerado um dos conceitos fundamentais e em constante discussão. Nesse sentido, a paisagem é composta por elementos naturais e culturais, e sua compreensão exige a integração de conhecimentos provenientes de áreas como Geografia, Arquitetura, História, Ecologia, Sociologia, entre outras.

Nesta subseção, destaca-se a abordagem interdisciplinar da paisagem, que ressalta as perspectivas de diferentes áreas do conhecimento. Essa abordagem desempenha um papel fundamental na compreensão mais ampla da paisagem, levando em consideração suas múltiplas dimensões e interações presentes no espaço. São considerados fatores como a topografia, a vegetação, as estruturas construídas e as práticas sociais, bem como as transformações que ocorrem ao longo do tempo.

A importância do debate interdisciplinar sobre a paisagem se dá pela natureza complexa e multifacetada do conceito. A abordagem integrada é crucial para investigar as interações e relações entre os elementos que compõem a paisagem. Entre os elementos, destacam-se os sociais, culturais, psicológicos, ambientais, históricos e estéticos. Ao considerar essas múltiplas perspectivas, o debate interdisciplinar enriquece a compreensão e a apreciação da paisagem em sua complexidade.

Para iniciar a discussão sobre o conceito de paisagem, é fundamental ressaltar a existência de uma certa banalização nas abordagens desse tema, particularmente em relação à desistoricização do conceito. Em muitas discussões, a paisagem é tratada de forma simplificada e atemporal, ignorando sua complexidade histórica e suas diversas transformações.

Meneses (2002) aponta a amplitude no debate sobre paisagem, com percursos e alternativas distintos e que não se excluem. O autor destaca que “paisagem” é uma palavra polissêmica, sendo assim, contribui para a banalização das discussões sobre o tema que, sem especificidade, é utilizada como uma moeda de troca em discussões de senso comum. Nesse caso, o grande problema seria a desistoricização do conceito.

Quando o contexto histórico da paisagem é desconsiderado, corre-se o risco de limitar a compreensão e a apreciação da sua riqueza e diversidade. Por isso, é fundamental refletir sobre a paisagem por meio de uma abordagem histórica, a fim de capturar sua verdadeira essência e significado. Na Geografia, por exemplo, as diversas abordagens do conceito ocorreram de acordo com o contexto histórico de cada época e a linha teórica/conceitual que a sustenta.

Desde sua fundação como disciplina, a paisagem tem sido um dos pilares conceituais da Geografia. Isso é corroborado pelas pesquisas e trabalhos de Humboldt, que se dedicava à observação, contemplação e descrição de várias paisagens durante suas viagens (Moraes, 2005; Colavite, 2013). Além disso, de acordo com Farinelli (2009), Humboldt promove em seus estudos uma ruptura no conceito de paisagem, transformando-o de uma noção estética para um conceito científico. Portanto, a paisagem enquanto um conceito fundamental para a ciência geográfica passou por várias fases em sua evolução, desenvolvendo-se sob diversas perspectivas teóricas, conceituais e metodológicas.

O dinamismo e complexidade da construção do conceito e as abordagens da paisagem indica a necessidade de compreender as diferentes perspectivas adotadas nos distintos períodos da história da geografia. Por exemplo, nas análises regionais propostas pelas escolas francesa e alemã, a descrição da paisagem era fundamental, em seus aspectos físicos e socialmente produzidos (Amorin Filho, 2007). Ao analisar a paisagem considerando tanto os elementos físicos quanto os socialmente construídos, a descrição se torna mais rica, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas espaciais.

A paisagem surge a partir de componentes interligados e interdependentes, sendo a sociedade uma dessas partes. Como resultado, temos a paisagem cultural, que reflete as relações das sociedades e suas culturas sobre a natureza. Sauer (2004, p. 59) indica que “a paisagem é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área

natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado”. Nesse viés, Cosgrove (2004) amplia sua análise ao destacar que uma sociedade deixa suas marcas na paisagem:

Qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura, apesar de essa transformação poder não estar sempre visível, especialmente para um estrangeiro. As diferentes técnicas e materiais de construção de casas de fazendas podem ser indicadores óbvios da paisagem (Cosgrove, 2004, p. 102).

Desse modo, as diferentes formas de usar e se apropriar dos recursos naturais se manifestam em paisagens distintas, culturalmente concebidas, que refletem a história e simbolizam identidades. Em suma, a paisagem marca a humanidade, é considerada como “o poema que narra os eventos humanos em seu desenvolvimento [...] na ética, na estética, no pensamento, na guerra e na paz, no progresso ou na decadência, na carência ou na abundância, na história ou no mito, nos momentos de religiosidade ou de agnosticismo” (Andreotti; Furlanetto, 2012, p. 8).

As interações entre os seres humanos e a natureza desencadeiam alterações na paisagem em várias escalas, considerando o contexto histórico vivenciado. Neves (1992, p. 108) afirma que as paisagens e o espaço se modificam “[...] de acordo com as transformações sociais, econômicas, políticas, culturais, que irão se refletir diretamente nestes elementos, que sempre estarão em busca de uma adaptação às diferentes necessidades da sociedade e suas gerações”. A autora ressalta que as paisagens naturais também se modificam, seja por processos naturais, seja de acordo com as mudanças da sociedade, as paisagens se renovam e dão origem a novas paisagens.

A partir dessas afirmações, é possível compreender que as paisagens estão em constante alteração e renovação. Alguns fatores são responsáveis por essas alterações, como o desenvolvimento urbano, as mudanças ambientais e as transformações culturais das sociedades. À medida que as sociedades se desenvolvem e se adaptam, novas paisagens surgem, refletindo as necessidades, os valores e as práticas da época.

Queiroga (1989) aponta que um dos principais aspectos da paisagem urbana é a sua constante transformação, o que reflete a preocupação com a cidade. É importante reconhecer que as metrópoles possuem uma grande dinâmica socioeconômica, o que implica em uma paisagem igualmente dinâmica. Já nas cidades pequenas, a constituição das paisagens denota diferentes aceções e concepções, sendo muito comum permear elementos do rural juntos aos elementos construídos do espaço urbano.

Nas cidades contemporâneas, as paisagens urbanas frequentemente emergem como resultado de interesses individuais em detrimento dos coletivos. A consequência desse processo são paisagens desinteressantes e inadequadas para o lazer e convívio social de qualidade. Esse é um dos maiores desafios para o desenvolvimento urbano sustentável.

Além disso, o conceito de paisagem é operacional e permite compreender e analisar o espaço sob as dimensões da combinação de elementos naturais, tecnificados, socioeconômicos e culturais. Um caminho para a análise da paisagem é considerar as manifestações das condições sociais, que podem persistir elementos naturais, embora já transfigurados pela ação humana (Suertegaray, 2001).

As intervenções humanas moldam as paisagens que, ao serem alteradas, dão origem a novas paisagens. Os parques urbanos são exemplos de intervenções humanas na paisagem, em que elementos naturais são adaptados para atender às necessidades sociais e recreativas das comunidades. Embora sejam compostos por elementos naturais, a configuração e a manutenção dos parques resultam da intervenção antrópica. Portanto, os elementos da paisagem podem ser tanto naturais como artificiais.

Para além dos parques, outro ambiente criado é o jardim, os quais podem incorporar tanto elementos naturais quanto artificiais. Esses espaços, assim como os parques, são projetados para atender as necessidades de recreação e lazer. De acordo com Carneiro, Silva e Girão (2007), o jardim moderno brasileiro emergiu da interpretação de Burle Marx sobre a paisagem brasileira, influenciado pelos paisagistas ingleses e franceses e em consonância com o Movimento Moderno. As autoras refletem sobre a evolução da produção artística no Brasil: “Era então a proposta desse momento construir o caráter nacional da produção artística, rompendo com as influências estrangeiras e democratizando-a para todas as classes sociais” (Carneiro; Silva; Girão, 2007).

Burle Marx passa a buscar uma autonomia cultural brasileira, a autenticidade e a inclusão artística na construção de espaços. A abordagem singular combina elementos da natureza tropical e a expressiva estética moderna. Os projetos refletiam a identidade cultural do país, ao romper com tradições convencionais, Burle Marx impulsionou a paisagem urbana com jardins que respeitavam o ambiente local, transmitindo originalidade e evidenciando seu compromisso com a autenticidade.

Tanto em parques quanto em jardins, observamos a presença de elementos naturais e estruturas construídas, segundo projetos e planos pré-definidos. Neves (1992) discute que a paisagem é formada por um conjunto de elementos naturais, que são produzidos pela natureza; e/ou elementos artificiais, produzidos pelo ser humano. A paisagem pode se apresentar de

forma fragmentada, considerando o ponto de vista de cada observador. A visão da paisagem depende do que, quando e como vemos, “[...] pois esta visão poderá variar em função de deslocamentos diferentes (visão serial) e em função da luminosidade nos diferentes períodos do dia, sendo, portanto, uma constante descoberta” (Neves, 1992, p. 107).

Dessa forma, a paisagem, de acordo com a perspectiva de cada observador, pode ser percebida e interpretada de maneira única. A luminosidade em diferentes períodos do dia é uma variável que se destaca, podendo intensificar ou diminuir a textura, as cores, tons e contrastes. Tanto a incidência solar quanto a luminosidade artificial revelam diferentes aspectos da paisagem.

A compreensão da paisagem requer a realização de etapas importantes de leitura, sendo a descrição uma delas, considerada uma etapa crucial nesse processo. Embora a descrição seja importante, ela é apenas o ponto de partida para uma análise mais profunda e contextualizada. Ao descrever a paisagem, é possível identificar seus elementos, características e as relações espaciais existentes.

De acordo com Andreotti (2013, p. 23), a descrição da paisagem é um momento complexo “[...] por ser intraduzível para cada intenção objetiva e foge a qualquer proposição universalmente holográfica. É um ato absoluto de deduzir através da observação [...]”. A autora ressalta que há também subjetivismos e intenção, conforme Alexander von Humboldt manifestava, e que, corroborando filosoficamente, Bergson (1939, p. 15) afirma que a observação de uma imagem não é por acaso, é regida por intenções e emoções (Bergson, 1939; Andreotti, 2013).

A importância da descrição reside no fato de que ela oferece uma visão inicial e concreta da paisagem, servindo como um ponto de referência para análises posteriores. Portanto, além da descrição ser uma etapa crucial no processo de leitura da paisagem, é essencial ir além dela para compreender plenamente o significado e as interações presentes na paisagem.

Contudo, a compreensão da paisagem não se limita apenas à descrição, embora seja uma etapa essencial como já mencionado, é necessário reconhecer que a paisagem é um conjunto integrado de elementos que interagem entre si, estabelecendo relações diretas de transformação. Esses elementos abrangem aspectos do meio físico, biológico e antrópico.

Compreender a paisagem é cultivar o modo de vê-las e deve-se considerar: as suas potencialidades; suporte físico e seu ecossistema; características morfológicas; seu dinamismo; dimensão/escala; identidade; seu valor turístico; potencial paisagístico e ambiental; diversidades e homogeneidades; sua evolução natural; possíveis funções; elementos

geográficos; intervenção humana e elementos artificiais; levar em consideração o tempo, a percepção, o sentido e os fatores psicológicos (Neves, 1992).

Diante dessas multidimensões da paisagem, Bergson (1939) indica que as imagens podem ser relativamente invariáveis no universo, mas variáveis na percepção. A paisagem estimula sensações únicas, considerando a formação cultural do observador e sua problemática psicológica. Além disso, a paisagem contempla mensagens e significados, cabendo ao observador decifrar e interpretá-los (Andreotti, 2013).

Portanto, a paisagem transcende esses elementos concretos, pois carrega consigo a subjetividade em sua leitura, interpretação e experiência. Além dos aspectos físicos e tangíveis, a paisagem é influenciada pelas percepções individuais, valores culturais e experiências pessoais de cada observador. Como resultado, diferentes observadores podem direcionar sua atenção para elementos específicos, enfatizar aspectos distintos ou atribuir significados particulares a uma mesma paisagem. No contexto dos parques urbanos, cada indivíduo vivencia uma experiência singular nessas paisagens, que pode ser positiva, negativa ou até mesmo uma combinação de ambos sentimentos.

Essas vivências individuais trazem consigo valores que, no contexto da psicologia da paisagem, podem ser atribuídos às próprias paisagens. Assim, a paisagem passa a expressar esses valores, representações e interações dos indivíduos no espaço. Nesse sentido, determinadas paisagens refletem as relações sociais e de poder num determinado momento do espaço e tempo (Lima, 2011).

É importante ressaltar que paisagem não é o mesmo que espaço, mas parte dele. De acordo com Meneses (2002), a confusão ocorre pois, o conceito de espaço é, em partes, semelhante ao de paisagem, mas não são sinônimos. Santos (1977) indica que a paisagem é o conjunto de formas que representam as heranças, as relações entre o ser humano e a natureza, enquanto o espaço são essas formas, “animadas” pela vida.

Enquanto o espaço abrange tudo ao nosso redor, incluindo elementos naturais e construídos, a paisagem representa uma parte específica e visível desse espaço. Em relação ao termo paisagem, Meneses (2002) afirma que sempre esteve ligado à natureza, o espaço e a espacialização, sendo observado desde a concepção de arte de Frans Krajcberg, relacionada a elementos da natureza, ou de Hélio Oiticica, artista plástico que destacou em suas obras a favela carioca e a preocupação ecológica.

A cidade tem sido um dos principais locais de paisagem, devido à importância atribuída a temas com forte conteúdo existencial e experiências vividas. Apesar de existir uma diferenciação entre paisagem natural, paisagem representada e paisagem construída, muitas

vezes a expressão "paisagem urbana" se aplicou à morfologia urbana. Por conseguinte, temas como urbanização, história urbana, imaginário urbano, vida urbana e questões similares são integrados com frequência ao repertório de discussões, junto com estudos iconográficos, análises de imagens visuais e intervenções no espaço, como *land art* e *happenings* (Meneses, 2002).

Desse modo, a paisagem, além de uma construção histórica materializada no espaço, traz uma carga de simbolismo e derivações imateriais, resultado dos sentidos que essa tem para a sociedade que a vivencia, aproximando a psicologia nas leituras da paisagem. As obras de Lehmann expõem seu fascínio pelos mistérios da paisagem, sobretudo por sua complexidade, ele utilizava da psicologia como chave para integrar os elementos culturais e as relações histórico-espirituais de determinada paisagem (Andreotti, 2013).

Sobre o conceito de paisagem, Santos (1988) indica que paisagem é aquilo que é visível, que a visão abarca, um instante da sociedade, além disso, pode ser sentida, é formada por cores, odores, sons e movimentos. Portanto, uma paisagem transmite sensações e emoções, e não se configura como apenas aquilo que vemos, é constituída pelo que é material e imaterial. Andreotti (2013) destaca o cromatismo, as cores da paisagem, como um momento presente na etapa de descrição da paisagem, que pode transmitir a transparência da atmosfera. O cromatismo está presente em todos os elementos da paisagem, até mesmo nos elementos em que a água se faz presente.

A presença de cores na paisagem desempenha um papel fundamental, exercendo influência sobre percepção e a experiência visual do ambiente ao nosso redor. As cores, sobretudo na vegetação, têm o poder de evocar emoções, criar atmosferas e transmitir significados simbólicos. O verde das plantas e das folhas transmite frescor, vida e tranquilidade, ao passo que tons de vermelho e amarelo podem despertar energia, calor e vitalidade.

Queiroga (1989) indica que a paisagem deve ter clareza e qualidade, para que a população compreenda o espaço e se aproprie dele. A população pode elevar seu padrão de exigência em relação aos espaços por meio de uma maior interação e vivência nos locais. Essa é uma relação de troca, que pode levar a uma melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, o planejamento urbano tem por finalidade projetar paisagens detentoras de qualidade, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população.

É essencial compreender o processo de produção da paisagem urbana e suas especificidades, para reconhecer as subjetividades da paisagem. Conforme Meining (1976), o conceito de paisagem está intrinsecamente ligado ao conceito de imagem, já que uma mesma forma pode ser vista e interpretada como paisagens diferentes. Mais uma vez, a subjetividade



da paisagem é um destaque. Eco (1964) segue a mesma linha de pensamento, para quem cada observador de uma mesma paisagem traz consigo uma carga cultural, sua própria maneira de observar e a frequência dessa observação.

A relevância da abordagem subjetiva da paisagem transcende a mera descrição de elementos mensuráveis, pois oferece diversas possibilidades para a compreensão da paisagem, que abrange as perspectivas individuais, mas também os aspectos coletivos compartilhados. Além disso, outro aspecto interessante sobre a paisagem é que ela inclui elementos que são pouco manipuláveis pelo ser humano, como a luminosidade em espaços abertos, a abóbada celeste e o tempo (Eco, 1964; Queiroga, 1989).

Mas a compreensão da paisagem é algo complexo, pois envolve diversas partes, elementos e aspectos interconectados. Queiroga (1989) alerta sobre os desafios na análise da paisagem relacionados aos seus elementos e o risco de se desviar do foco central, que seria compreender os processos socioculturais que moldam as formas urbanas sobre o suporte físico. Essas formas, juntamente com outros elementos, compõem a paisagem urbana.

Portanto, análise da paisagem é complexa devido à sua natureza multifacetada e a interação de diversos elementos. Essa complexidade pode ser explicada por fatores como: Muitos elementos da paisagem são interconectados e influenciam uns aos outros; a paisagem é dinâmica, portanto, sujeita a mudanças ao longo do tempo; e a própria percepção subjetiva, que varia entre indivíduos.

Sobre a relação entre a sociedade e a natureza, Pellegrino (1989) destaca a importância de analisar a produção da paisagem através da percepção ambiental. Devemos reconhecer que somente conseguimos enxergar e interpretar aquilo que somos capazes de compreender. A sociedade, ao interagir com o ambiente, deixa sua marca na paisagem, influenciando e sendo influenciada por ela. Portanto, nossas ações e comportamentos em relação a uma paisagem são moldados pela forma como a percebemos e interpretamos. Mais uma vez, a subjetividade da paisagem é colocada como um dos pilares para a compreensão da paisagem. Meining (1976) entende que é fundamental compreender que qualquer paisagem é formada pela maneira como é percebida e interpretada em nossas mentes.

Com base no debate apresentado, é correto afirmar que a paisagem é um produto das interações entre seres humanos e o ambiente ao longo do tempo, refletindo as transformações, influências culturais e mudanças sociais que ocorreram em determinado local. Nesse contexto, os parques urbanos podem ser considerados como um desdobramento dessa interação, dando origem a paisagens que, em sua composição, apresentam elementos e características singulares, mesmo quando aderem a padrões estéticos, seja no tipo de vegetação ou nas cores utilizadas.

Dentro desse contexto, a subseção seguinte explora de quais formas as amenidades da paisagem, especialmente compostas por áreas verdes, impactam a valorização do espaço urbano, moldando nossa percepção e interação com o ambiente ao nosso redor. E além disso, com base neste debate, reflete sobre a importância dos parques urbanos.

## **2.2 Amenidades da paisagem: influências na valorização do espaço urbano**

A beleza das amenidades paisagísticas da cidade encanta os olhares, à medida que parques deslumbrantes, jardins bem mantidos e uma arquitetura harmoniosa se unem para estabelecer um ambiente aconchegante e agradável. Conforme Cullen (1983), a reunião de centenas de milhares de famílias em uma cidade possibilita a criação de equipamentos coletivos. A cidade é vista como uma unidade que objetiva gerar bem-estar e facilidades para seus habitantes, e é por isso que a maioria das pessoas preferem viver na cidade.

Além disso, o aspecto visual da cidade é levado em consideração, assim como o impacto que causa em seus habitantes e visitantes. Ainda, para o autor, uma cidade se torna um fracasso quando não desempenha adequadamente o seu papel, tornando-se monótona, sem características próprias e sem uma forma definida (Cullen, 1983).

A identidade de uma cidade é fundamental para cultivar o senso de pertencimento entre seus habitantes e para atrair visitantes. As cidades com identidades fortes se destacam economicamente, promovendo o turismo e investimentos. E, nesse aspecto, é crucial preservar a história das cidades por meio de um planejamento urbano que destaque a singularidade de cada localidade.

As preocupações com o planejamento urbano sustentável surgem no século XIX e, decorrente do crescente número de cidades industriais, extensas áreas de bosques e parques urbanos foram destinadas à educação, saúde e recreação da população. Paralelamente, nesse período, empreendedores passaram a demonstrar interesse em investir em parques públicos nas cidades, uma vez que perceberam o valor agregado que tais áreas transformadas poderiam oferecer (Bovo; Amorin, 2013).

Portanto, a criação de parques urbanos durante o período industrial foi uma resposta às mudanças sociais e ambientais desencadeadas pela rápida urbanização e industrialização. O crescimento das cidades, juntamente com a intensificação da atividade industrial, resultou em um aumento da poluição e na deterioração da qualidade de vida. Diante desse cenário, a criação de espaços verdes se tornou uma necessidade. Os aspectos de valorização do espaço urbano também foi um fator vital para o investimento em parques urbanos.

Foi entre as décadas de 1960 e 1970 que os parques urbanos sofreram inúmeras transformações, principalmente em sua função social, passaram a servir de instrumento de socialização comunitária, novas configurações socioambientais, com intervenção pública, espaço para lazer e recreação, espaço de conservação e preservação da natureza (Bovo; Amorin, 2013).

Os parques urbanos são espaços multifuncionais que desempenham a função social ao se tornarem instrumentos de socialização comunitária. Nesse sentido, são locais onde diversas camadas da sociedade podem convergir, independente de origens socioeconômicas, para compartilhar experiências, criar laços e fortalecer o senso de comunidade. Além disso, os parques urbanos como espaços de preservação da natureza garantem o equilíbrio ambiental e o bem-estar de todas as formas de vida.

Ao oferecer espaços verdes e melhorar a qualidade de vida, os parques impactam positivamente a paisagem urbana. Contudo, intensifica a especulação imobiliária. Nessa perspectiva, a paisagem desempenha um papel fundamental na produção do espaço urbano, em especial no processo de especulação imobiliária, uma vez que pode influenciar diretamente o valor e o interesse dos investidores em determinada área. Uma paisagem atraente, com elementos naturais tende a ser valorizada no mercado imobiliário.

Sob esse aspecto, a paisagem está ligada diretamente ao padrão de uso e ocupação do solo, processo dinâmico e que tem como aliado os promotores imobiliários, juntamente com o *marketing* imobiliário, que destacam as qualidades paisagísticas de determinada região, objetivando a venda da terra e de imóveis, geralmente em condomínios fechados e de alto padrão.

Todo esse processo complexo gera a especulação imobiliária que, de acordo com Campos Filho (1992, p. 48), é “[...] uma forma pela qual os proprietários da terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos [...]”.

Os investimentos públicos em infraestrutura e serviços urbanos mantêm uma estreita relação com a especulação imobiliária, pois a valorização das terras, muitas vezes financiada pelo setor público, beneficia principalmente os proprietários de terra, em detrimento de outros setores. Algumas das implicações desse processo incluem a desigualdade socioeconômica, o aumento dos preços da terra e moradia, o impacto ambiental e a urbanização desordenada. Adicionalmente, pode ocorrer a perda de áreas verdes, a pressão sobre recursos naturais e a tendência à implementação de projetos voltados para o lucro em detrimento das reais necessidades da população.

Portanto, para compreender a paisagem urbana, se faz necessário entender os processos na produção do espaço. Estudar o espaço é entender sua relação com a sociedade, e Santos (2008, p. 67) argumenta que “[...] o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele”. Para o autor, o espaço é indissociável, solidário e também contraditório, composto por objetos e sistemas de ações, que não estão isolados, mas como quadro único no decorrer da história.

O espaço não deve ser compreendido isoladamente, mas sim em constante relação com os elementos e agentes que o constituem. Essa perspectiva reconhece a natureza dinâmica e contraditória do espaço, na qual diferentes elementos e processos coexistem e interagem, gerando relações complexas e muitas vezes conflituosas.

Dentre os agentes de produção do espaço, Corrêa (2004) afirma que o espaço urbano é produzido pelos proprietários dos meios de produção e grandes industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos. Nesse sentido, os proprietários fundiários objetivam obter maior renda de suas propriedades, em especial no uso comercial ou residencial de *status*. Ou seja, “[...] estão interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso” (Corrêa, 2004, p. 16).

É nesse contexto que a paisagem adquire valor econômico, quando, para os promotores imobiliários, o objeto de venda deixa de ser a terra, passando a ser as habitações, apartamentos e casas em condomínios fechados. Haug (1997) expõe que o valor de troca só se concretiza quando aquilo que é comercializado apresenta um potencial valor de uso. Nesse momento, a estética da paisagem se faz necessária, pois é por meio dela que os agentes imobiliários/fundiários realizam as trocas.

A forma como uma paisagem é visualmente percebida tem impactos diretos na sua atratividade e, conseqüentemente, no mercado imobiliário. A estética bem planejada, a harmonia arquitetônica e a preservação de elementos naturais valorizam significativamente o solo urbano. Nesse sentido, Serrão (2004) aborda a busca por espaços esteticamente belos e a importância de sua presença no ambiente urbano:

A reabilitação geral do belo inscreve-se no desejo de reencontrar, finda a era das desconstruções, um novo princípio de ordem, presente no gosto pelas pequenas coisas, no elogio do simples, na valorização do essencial. Como ingrediente da recuperação de uma vida boa e correlato de uma existência de prazer equilibrado, a fruição pacificadora da beleza adequar-se-ia mais do que o gigantismo do sublime à necessidade de reorientação de indivíduos perdidos em sociedades massificadas (Serrão, 2004, p. 88-89).

Tais afirmações reforçam o valor estético atribuído aos parques urbanos, elementos essenciais para o ambiente urbano, responsáveis pelo equilíbrio, por meio da apreciação estética em meio ao cinza das construções. A valorização do estético enriquece a experiência humana, mas também se torna uma mercadoria desejável. Conforme Haug (1997, p. 27), “O valor de uso estético prometido pela mercadoria torna-se então instrumento para se obter dinheiro”. As belas paisagens dos parques urbanos têm influência direta no setor imobiliário, e o *marketing* é responsável por vendê-la e exaltar seus atributos dentro do espaço urbano.

Tal como o espaço e a paisagem são formados por processos complexos, interligados e singulares, Serrão (2004, p. 90-91) aponta: “A natureza das estéticas da natureza não é uma entidade uniforme, um conjunto de leis e princípios, mas uma realidade complexa, variada e diversificada, feita de conjuntos e de singularidades”. Em outras palavras, a subjetividade no que é considerado belo, a diversidade de elementos de uma paisagem, as interações dinâmicas com o meio, as conexões simbólicas e emocionais, são fatores que interferem na percepção estética.

Assim, cada sociedade molda e cria paisagens conforme seus padrões culturais particulares. Esses padrões refletem na valorização do espaço, como os parques urbanos que, desde o início, contemplam elementos esteticamente atraentes, visando o aumento do valor imobiliário nas áreas circundantes. Os parques são paisagens urbanas que estão no radar do *marketing* imobiliário, pois são áreas que fornecem qualidade de vida, segurança, lazer e o contato com a natureza. Gomes (2014) explica que as áreas verdes desempenham papel estético e de lazer, porém, muitas vezes, o seu conteúdo natural é insignificante, mas ao mesmo tempo produz um diferencial no espaço. O autor ainda pontua que o surgimento de parques está vinculado às práticas de uso e ocupação do solo, pressupondo a valorização do espaço, assegurando os interesses das elites econômicas e políticas. Portanto, são equipamentos urbanos as paisagens culturais que objetivam a valorização do seu entorno.

Um exemplo de valorização espacial é o uso residencial de *status*, e que está relacionado à paisagem, pois a escolha de determinadas áreas para moradia, muitas vezes, está ligada à busca por um ambiente que transmita prestígio, beleza e qualidade de vida. A relação entre o uso residencial de *status* e a paisagem demonstra como a valorização estética, os fatores psicológicos e a percepção social influenciam as escolhas de moradia, destacando a paisagem como um elemento simbólico e de importância no espaço urbano.

Corrêa (2004) afirma que a ação dos promotores imobiliários na produção de habitação para a população solvável está correlacionada a essas amenidades naturais ou

socialmente produzidas. Essa característica valoriza algumas áreas da cidade, tornando-as alvos de promotores imobiliários, “[...] são as áreas nobres, criadas e recriadas segundo os interesses dos promotores, que se valem de maciça propaganda” (Corrêa, 2004, p. 23).

Nesse contexto, a exclusão social também é um aspecto relevante, pois, à medida que determinadas áreas sofrem a valorização imobiliária, proporcionada pela composição paisagística de seu entorno, com o aumento dos preços dos imóveis, esses espaços tornam-se inacessíveis para a população com menor poder aquisitivo. Essa exclusão social resulta na segregação espacial, com impactos negativos nas oportunidades de acesso a serviços básicos, infraestrutura e qualidade de vida, perpetuando desigualdades sociais.

A paisagem exerce impacto na qualidade de vida dos cidadãos, conforme Lima e Amorim (2011), as questões urbanas passam por diversas abordagens a partir da segunda metade do século XX, com o crescimento dos centros urbanos e das demandas por infraestrutura, moradia e transporte. Sendo assim, novas espacialidades surgem, Londe e Mendes (2014) destacam essa nova paisagem urbana, com modificações que comprometem a qualidade do meio físico e que se relaciona diretamente com a qualidade de vida.

Em alguns casos, o parque urbano não é a razão principal para a escolha de moradia, mas representam um dos fatores considerados. Londe e Mendes (2014) apontam alguns dos problemas urbanos da atualidade, como a poluição exacerbada do ar e da água e os ruídos em excesso, que prejudicam a saúde física e mental das pessoas. Tais problemas refletem na busca por moradia em localidades mais tranquilas, com paisagens que proporcionem contato com a natureza, que possibilitem a prática de esportes, práticas sociais e de lazer. Nesse sentido, morar próximo aos parques urbanos pode ser um dos caminhos na busca do bem-estar físico e mental.

Nesse contexto, Buccheri-Fillho e Tonetti (2011, p. 47-48) abordam a importância de associar a qualidade ambiental como uma componente de análise das paisagens urbanizadas, argumentando que, “[...] como componente do conceito de qualidade de vida, a qualidade urbana pode ser definida como a amplitude de condições favoráveis do ambiente urbano, que suprem as necessidades fisiológicas do ser humano”.

Portanto, a paisagem desempenha um papel significativo na qualidade de vida das pessoas que residem na área urbana. Uma paisagem agradável, com espaços verdes, bem cuidados e áreas de convívio social, contribui para o bem-estar físico e mental da população. Essas paisagens são essenciais para reduzir o estresse e promover um estilo de vida saudável.

Além disso, a presença de uma paisagem atraente e esteticamente agradável melhora o ambiente visual e cria uma sensação de pertencimento e identidade para os residentes. Sendo

assim, investir na criação e manutenção de paisagens urbanas de qualidade, em especial as áreas verdes, é fundamental para melhorar a qualidade de vida nas cidades, proporcionar um ambiente saudável e agradável, propício ao bem-estar geral dos moradores.

Nesse contexto, à medida que as cidades crescem, a vida dos cidadãos se torna cada vez mais intensa e dinâmica, e em meio ao concreto e ruas movimentadas, a presença de áreas verdes desempenha um importante papel na composição da paisagem urbana. Na esteira dessas discussões, a subseção seguinte aborda a relevância das áreas verdes para o espaço urbano e, por conseguinte, para a configuração da paisagem.

### *2.2.1 As áreas verdes na composição da paisagem urbana*

As áreas verdes desempenham um papel fundamental na composição da paisagem urbana, são elementos vitais que trazem equilíbrio, beleza e qualidade de vida aos espaços urbanos. As áreas verdes incluem parques, praças, jardins, canteiros de flores e outras formas de vegetação presente nas cidades. São consideradas como refúgios naturais em meio à agitação urbana, proporcionando um senso de conexão com a natureza e um ambiente propício ao relaxamento e à contemplação.

Sitte (1994) concorda com as palavras de Aristóteles, que resumem os princípios da construção urbana, afirmando que uma cidade deve ser projetada para proporcionar segurança e felicidade aos seres humanos. Para que essa condição de felicidade seja alcançada, a construção urbana não deveria ser apenas uma questão técnica, mas também artística, no sentido mais autêntico e elevado da palavra.

Portanto, o espaço urbano bem projetado, com áreas verdes e que promove interação social, atividade física, acesso a serviços e conexão com a natureza contribui para uma melhor qualidade de vida e um senso de satisfação da população. É importante ressaltar que a produção do espaço urbano faz parte de um contexto histórico que reflete na paisagem de cada período.

Nas palavras de Loboda e Angelis (2005), embora grande parte da história das AVUs, inicialmente representada pelos jardins, tenha sido perdida ao longo do tempo, é possível traçar uma evolução. Começando pelo seu caráter mítico-religioso, com referência ao "paraíso" prometido no livro do Gênesis da Bíblia, passando por mitos e lendas e explorando os jardins suspensos da Babilônia, chegando aos jardins modernos.

Essa trajetória revela a importância de cada momento histórico e cultural na evolução desses espaços que moldam a estrutura urbana. Os jardins foram e ainda são importantes nos

espaços urbanos, em resposta às mudanças sociais, culturais e ambientais, evoluíram ao longo dos séculos em propósitos, estilos e funções.

O uso do verde urbano, especialmente por meio dos jardins, reflete o modo de vida das pessoas ao longo de diferentes épocas e culturas. Inicialmente, de acordo com Loboda e Angelis (2005), esses espaços tinham a função de proporcionar prazer visual e olfativo. Somente no século XIX é que assumiram uma função utilitária, especialmente em áreas urbanas densamente povoadas. Durante a Idade Média, surgiram os jardins botânicos, onde conhecimentos sobre o cultivo e a manutenção de espécies medicinais foram desenvolvidos e aprimorados. Com o Renascimento, houve um aumento na diversidade de espécies vegetais cultivadas pelo ser humano, provenientes de diferentes regiões, que eram colecionadas e exibidas nos jardins botânicos do Velho Mundo.

Os jardins foram utilizados de diferentes formas por povos distintos. A utilização das plantas medicinais durante a Idade Média foi importante para o conhecimento das plantas medicinais e para a conservação de espécies. É perceptível o legado dos jardins botânicos até os dias atuais, na botânica e na medicina herbal.

Atualmente, conforme Alencar e Cardoso (2015), há projetos que são interativos, dinâmicos, sociais e ambientalmente corretos, nos quais o paisagismo funcional surge como uma solução eficaz para satisfazer a necessidade de aproximar as pessoas da natureza. Os jardins e os parques são exemplos concretos desses projetos urbanos. Segundo os autores:

Os projetos de paisagismo funcional devem ser implantados como estratégias para o desenvolvimento dos centros urbanos, em escala micro (jardins residenciais e condomínios) e do macro paisagismo, trazendo a prática os conceitos ecológicos das cidades também unidades de conservação da natureza [...] e de forma a compensar parcialmente os impactos da urbanização (Alencar; Cardoso, 2015, p. 5).

Portanto, o funcionalismo da paisagem no espaço urbano visa não apenas o aspecto estético, mas também a criação de espaços naturais úteis e sustentáveis. Uma área verde deve ser projetada para servir a um propósito e desempenhar funções, como fomentar a interação humana, a preservação da biodiversidade e a promoção da qualidade de vida na cidade. As áreas verdes devem atender às necessidades e demandas da comunidade, contribuindo para o bem-estar dos habitantes da cidade.

No debate sobre áreas verdes no espaço urbano, é importante destacar que essas apresentam diferentes formatações, composições, objetivos de implantação, estrutura, funcionamento, tamanho e escala de abrangência. Entretanto, considera-se que, além dos



jardins, historicamente os parques também desempenharam e continuam desempenhando um papel importante na configuração do ambiente urbano.

Os primeiros parques surgiram no século VII a.C., com a criação de espaços arborizados em Nínive e na Grécia Antiga, onde filósofos se reuniam com seus discípulos. Durante a Idade Média, na Europa, jardins foram construídos dentro das muralhas das cidades, especialmente na Inglaterra, com a finalidade de embelezar as mansões da aristocracia, destacando-se por sua beleza natural. Com o passar do tempo, os parques adquiriram a função de preservar a natureza e se tornaram locais de lazer para a população, utilizados para encontros e momentos de descanso (Bovo; Amorin, 2013).

Existem semelhanças no uso e nas formas dos jardins e parques desde a antiguidade até os dias atuais. Desde a Grécia Antiga, os parques têm sido utilizados como espaços de encontro e convívio entre as pessoas. Além disso, o senso estético dos jardins e parques tem perdurado ao longo do tempo, com a busca por beleza e harmonia na composição paisagística e na escolha dos seus elementos, sendo a vegetação um dos elementos de referência.

Macedo (1989) relaciona a criação de um parque com a combinação de diversos tipos de vegetação, que desempenham um papel fundamental na organização e produção dos espaços. A configuração varia de acordo com o tipo de vegetação que é implantado. Os espaços possuem características diferentes conforme a estrutura vegetal:

**A transparência:** tem relação com o grau de luminosidade, ou seja, isso implica em maior ou menor luminosidade, conforme a cobertura das árvores, e o tipo de folhagem densas, muito densas, médias ou ralas, além da folhagem que pode se apresentar fina, translúcida, opacas, escuras, entre outras características diversas.

**A cor:** é outro elemento que forma a paisagem, principalmente quando se trata da vegetação, podendo aparecer em tons de verde, vermelho ou amarelo. Outro aspecto ligado as cores, é a disposição de recantos sombrios com pouco brilho que dependem da espécie de floração escolhida, da variabilidade de clima e da idade do elemento vegetal.

**A textura:** tem a ver com as massas vegetais que derivam da conformação da folhagem, troncos e flores, e está ligada ao jogo de luzes, produzindo claro-escuro na superfície da vegetação. É também um elemento base na formação do espaço e da paisagem.

**O movimento:** refere-se aos elementos naturais e a forma que se movem, seja em busca de luz solar ou alimento. Esses movimentos variam de acordo com a espécie e intensidade dos ventos, resultando em dinâmicas e ritmos na movimentação dos galhos, folhagens e na queda de folhas, entre outros aspectos.

Os parques urbanos são espaços dinâmicos que combinam diversos elementos para criar uma paisagem envolvente e agradável, e os elementos verdes são características marcantes. Os aspectos como a luminosidade, as cores, texturas e movimentos são aspectos objetivos e subjetivos presentes na paisagem.

Muitos parques urbanos estão configurados como Unidades de Conservação (UCs) e objetivam a proteção e conservação da biodiversidade local. Além disso, esses parques permanecem como locais importantes para o lazer da população, proporcionando espaços para recreação, atividades ao ar livre e contato direto com a natureza. Contudo, as funções das áreas verdes no ambiente urbano devem transcender o que foi previamente abordado, conforme Alencar e Cardoso (2015, p. 1):

A limitação do espaço para áreas verdes tem requerido mais do que a função de ornamental e de benefícios ambientais. São necessários para as cidades, projetos que cumpram diversos aspectos, como a integração de plantas de interesses ecológicos, que sirvam de abrigo a fauna silvestre e à sua reprodução, e também aquelas de interesse alimentício integradas ao projeto de paisagismo, sejam eles públicos ou particulares.

Sendo assim, as áreas verdes não são incorporadas apenas como um componente estético no espaço urbano, elas desempenham funções importantes para o equilíbrio da vida urbana. As áreas verdes devem ser abordadas de maneira holística, considerando aspectos ecológicos, de conservação da fauna, e até mesmo aspectos relacionados a potencialidades de produção de alimentos.

O surgimento de áreas verdes como parques e praças, espaços abertos para o público, foram influenciados pelos jardins franceses, conhecidos por sua grande extensão e cenários cênicos em grande escala (Loboda; Angelis, 2005). Ou seja, esses espaços foram inspirados pelos princípios estéticos dos jardins franceses que valorizavam a harmonia visual e contribuiu para a criação de espaços públicos urbanos de uso da população. Os jardins também eram vistos como arte e expressão artística e muito dessa concepção perdura até o tempo presente. Nesse sentido, Carneiro, Silva e Girão (2015) apontam a perspectiva de Burle Marx sobre os jardins:

[...] entendia o jardim como uma intervenção humana sobre a natureza que trabalha um conteúdo não edificado, aberto, no qual a arte se fazia a partir dos elementos vivos como a vegetação, a água, o solo e poucos elementos construídos (Carneiro; Silva; Girão, 2015, p. 5).

A relação dos jardins com a arte está na valorização da natureza não construída. Nessa perspectiva, enfatiza-se a importância dos elementos naturais na criação de um espaço estético. A harmoniosa interação entre elementos naturais e construídos reflete o respeito pela natureza, pelo ciclo das plantas, pela dinâmica da água e qualidade do solo.

Macedo (1989) indica que a água é um elemento básico que configura um espaço livre e produz movimento, reflexão, umidade, cores por meio das tonalidades de azul, verde e cinza, além de ser necessário para a vida dos animais e da vegetação. Além disso, o autor aponta que a presença da água pode ser a nível estrutural, na organização do espaço, como ocorre nos parques que contemplam lagos, ou de forma complementar na paisagem, sem determinar sistema de espaços, como bebedouros e fontes.

Destaca-se que a água é um elemento recorrente nos parques e jardins urbanos, frequentemente na forma de lagos, desempenhando não apenas funções estéticas e organizacionais, mas também um papel essencial na percepção subjetiva dos visitantes. Enquanto para alguns o lago pode evocar sensações de tranquilidade, para outros, pode gerar desconforto e distanciamento, especialmente aqueles que não sabem nadar. Além disso, a disponibilidade de água potável é fundamental nesses espaços, para os visitantes e principalmente para os praticantes de atividades ao ar livre, que necessitam manter-se hidratados durante suas práticas esportivas.

A concepção de jardim moderno de Burle Marx baseia-se em três pilares: higiene, educação e arte. Essas concepções foram apresentadas no Boletim de Engenharia, em março de 1935. No que se refere à higiene, o jardim proporciona amenização do clima e da poluição; quanto à educação, o jardim serviria como um meio de ensinar, transmitindo conhecimento por meio de todos os seus elementos, sendo a vegetação o principal; e no concernente à arte, o jardim estaria associado a uma forma de expressão artística, uma manifestação cultural (Carneiro; Silva; Girão, 2015).

A concepção de jardim que considera a arte, o vê não apenas como um espaço verde ou uma função utilitária, mas também como uma obra de arte em si. Nessa visão, cada componente do jardim, desde a disposição das plantas, a escolha de cores e texturas, até a inclusão de elementos de água ou estruturas arquitetônicas, é considerada para criar uma composição harmoniosa e esteticamente agradável.

Outros elementos da paisagem presentes em parques e jardins urbanos que complementam os espaços são os quiosques, mirantes, marquises, viveiros, pergolados, muros e pontes. Existem também os equipamentos, constituídos por volumes ou pisos, destinado às atividades de lazer e esporte. Outros volumes complementares são bancos, bebedouros e

luminárias, além disso, existem também campos e quadras de esporte e brinquedos infantis (Macedo, 1989). Esses elementos supracitados são necessários para a constituição de uma paisagem que contribua para o bem-estar físico e mental da população que se apropria do espaço, associando o elemento natureza com construções humanas.

Já no século XVI, os parques e jardins públicos começaram a surgir nas cidades europeias, ao mesmo tempo em que os primeiros espaços ajardinados apareceram na América e, conseqüentemente, no Brasil. Essa manifestação representa uma forma peculiar de urbanização e consolidação dos espaços urbanos. Coincidindo com o estabelecimento da ciência moderna e o surgimento de uma nova sensibilidade, houve uma transformação na forma como a paisagem era apreciada, refletindo a redefinição das relações entre o ser humano e a natureza (Segawa, 1996). Esse período representou as mudanças nas percepções culturais em relação à natureza. Foi um momento na formação do ambiente urbano, mas também na forma como as sociedades passaram a interagir e apreciar a natureza.

A mais antiga expressão de paisagismo no Brasil ocorreu na primeira metade do século XVII, em Pernambuco, durante a invasão holandesa liderada pelo Príncipe Maurício de Nassau. Nesse período, foram realizadas intervenções paisagísticas significativas nessa região nordestina (Loboda; Angelis, 2005). Um dos primeiros jardins públicos no Brasil, de acordo com Segawa (1996), foi o Passeio Público do Rio de Janeiro, por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos, suas obras foram iniciadas em 1779 sob a responsabilidade de Valentim da Fonseca e Silva, também conhecido como Mestre Valentim. Logo, a influência da Europa nos jardins brasileiros é evidente e duradoura, mas essa influência não se manifesta como uma simples replicação, e sim como uma adaptação às particularidades do contexto e das características naturais do Brasil.

Os ingleses se destacaram como pioneiros na concepção e criação dos primeiros parques públicos, conforme os conhecemos hoje, em virtude da perspectiva de observar e compreender a natureza como um espaço aberto e ilimitado ao qual os seres humanos deveriam se submeter (Loboda; Angelis, 2005). No Brasil, os parques foram criados como uma adição ao cenário das elites emergentes que buscavam construir uma configuração urbana inspirada nos modelos ingleses e franceses, demonstrando que, já nesse período, áreas verdes estavam associadas à valorização do espaço urbano.

Nesse contexto, Bovo e Amorin (2013) destacam que os primeiros parques surgiram no Rio de Janeiro, após a chegada da família real em 1808, um período marcado por melhorias na organização urbana. Os três primeiros parques urbanos brasileiros foram o Campo da Santana, o Passeio Público e o Jardim Botânico. Inicialmente, o Jardim Botânico era restrito a pessoas

com vestimentas adequadas, mas, posteriormente, foi transformado em um parque público no século XIX.

Nesse sentido, de acordo com Batista (2014), os parques públicos urbanos têm sido objeto de estudos acadêmicos desde o século XX, associado às discussões sobre qualidade de vida, sustentabilidade, segregação e espaços públicos. Esses temas ganharam destaque nas discussões, principalmente no âmbito das políticas públicas. Portanto, os parques são elementos do espaço urbano reconhecidos como necessidades dos indivíduos, presentes em todas as sociedades e culturas, são elementos de permanência das cidades.

No decorrer da segunda metade do século XIX e durante o século XX, o planejamento urbano ganhou uma crescente preocupação com o lazer por parte dos governantes, impulsionado pelas mudanças econômicas e sociais da época. Com o crescimento populacional nas cidades e a especialização das funções, que se tornaram cada vez mais tediosas e repetitivas, houve um aumento nas demandas por redução das horas de trabalho e a valorização do tempo livre. O lazer passou a ser reconhecido como uma necessidade constante na vida das pessoas, tornando-se cada vez mais importante no planejamento das cidades (Nucci, 2001). A partir do século XX, a ideia de cidades mais saudáveis e a necessidade por espaços de lazer permeou a criação de parques no Brasil.

De acordo com Bovo e Amorin (2013), durante o século XX, os parques proporcionaram maior higiene nas cidades e condições para o convívio social. O sistema de parques teve início no século XIX, mas é no século seguinte que ganham impulso juntamente com novas propostas urbanas, relacionando com as cidades do futuro e espaços livres público. Conforme Segawa (1996), no final do século XIX, o conceito de ruas e parques arborizados como "pulmões urbanos" estava amplamente estabelecido.

As áreas verdes são consideradas os "pulmões da cidade" por promover qualidade do ar e no equilíbrio ambiental urbano. Além disso, reduz a poluição atmosférica, proporcionando higiene nas cidades e, claro, benefícios relacionados ao conforto térmico. Dessa forma, os benefícios são: criação de um microclima mais ameno; despoluição do ar; redução da poluição sonora; purificação do ar pela redução de microrganismos; redução da intensidade do vento; mantém a permeabilidade, fertilidade e umidade do solo; e vegetação como paisagem entre as edificações (Troppmair; Galina, 2003; Benini; Martin, 2011). As áreas verdes são capazes de reduzirem o fenômeno conhecido como "ilha de calor", uma vez que as árvores e plantas em geral proporcionam sombreamento, resultando na formação de microclimas mais amenos.

Além disso, as AVUs são definidas como áreas livres na cidade, independente do porte de vegetação, mas predominantemente naturais (Milano, 1999; Benini; Martin, 2011).

Corroborando, Nucci (2008, p. 120) indica que as áreas verdes são “um tipo de espaço livre onde há predominância de áreas plantadas e que deve cumprir três funções (estética, ecológica e lazer); vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; deve ser pública e de utilização sem regras rígidas”. Na maioria dos casos, essas áreas verdes correspondem aos parques urbanos, que desempenham as funções mencionadas.

Loboda e Angelis (2005) afirmam que os parques urbanos desempenham um papel crucial no tecido urbano, apresentando contribuições ecológicas, estéticas e sociais significativas. No que diz respeito às contribuições ecológicas, esses parques fazem uso dos elementos naturais presentes em seu ambiente, reduzindo os impactos causados pela urbanização, tais como poluição sonora e atmosférica. Nucci (2001) argumenta que, com o adensamento urbano, as pessoas ficam sem muitas opções, inseridos em ambientes com ruídos, sons, cheiros, vozes e aglomerações sem possibilidades de fuga.

Por conseguinte, os parques desempenham um papel crucial na redução dos impactos negativos da urbanização, pois oferecem um refúgio de tranquilidade, um lugar para relaxar ou apenas apreciar a natureza. Benini e Martin (2011) apontam que esses fatores influenciam no parcelamento do solo urbano, sendo importante destacar que esse parcelamento proporciona o crescimento das cidades com a inserção de terras urbanas no mercado imobiliário, por meio dos novos loteamentos. Por Lei Federal, esses loteamentos devem oferecer infraestrutura, equipamentos urbanos, além de espaços livres destinados à implantação de áreas verdes públicas.

Segundo Nucci (2008), as áreas verdes proporcionam um ambiente agradável que afasta a “angústia” da cidade, possibilitando a integração dos indivíduos com a natureza e, além disso:

Esses ambientes devem ser agradáveis e estéticos, com acomodações e instalações variadas de modo individual. Devem ser livres de monotonia e isentos das dificuldades de espaço e de angústia das aglomerações urbanas. Principalmente para as crianças é fundamental que o espaço livre forneça a possibilidade de experimentar sons, odores, texturas, paladar da natureza; andar descalço pela areia, gramado; ter contato com animais como pássaros, pequenos mamíferos e insetos, etc. (Nucci, 2008, p. 109).

Considerando a monotonia das cidades e a preocupação com as aglomerações urbanas, as áreas verdes são necessárias. Outra preocupação é com as crianças, esses espaços oportunizam a elas explorar e vivenciar uma variedade de estímulos sensoriais, além do contato com animais como pássaros, pequenos mamíferos e insetos, um contato tão importante

para o público infantil. Portanto, as áreas verdes são essenciais ao se pensar o planejamento urbano.

De acordo com Oliveira (2010), foi somente com a fundação do urbanismo como disciplina, em São Paulo, que surgiram novas percepções da cidade e a concepção dos modernos parques urbanos. Isso se deu pela necessidade de inclusão de áreas verdes no planejamento urbano e de repensar a cidade a partir desses espaços. Essa nova abordagem dos parques urbanos não se limita às elites, como ocorria no passado, mas busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos da cidade.

É essencial que os parques urbanos sejam projetados como espaços inclusivos, nos quais todas as pessoas se sintam bem-vindas, seguras e representadas. Deve ser espaço tanto para grupos de maior renda quanto para grupos de menor renda, pois, ao promover a inclusão nos parques urbanos, cria-se espaços públicos verdadeiramente democráticos.

A urbanização e o aglomerado urbano podem trazer uma série de problemas em relação ao sentimento de paz. À medida que as cidades crescem e se tornam mais densas, surgem questões que podem afetar o equilíbrio emocional e a sensação de tranquilidade das pessoas, como situações desagradáveis relacionadas aos sons, ruídos, poluição e cheiros. A presença de parques no ambiente urbano pode amenizar essas sensações de desconforto.

Uma etapa importante na análise das áreas verdes é a classificação e diferenciação entre espaços livres e áreas verdes. Essa classificação visa compreender a natureza e o uso desses espaços, permitindo uma análise mais precisa de suas características e funções. Lima *et al.* (1994) esclarecem a importância de classificar a vegetação urbana e discutir amplamente esse tema. Os autores sugerem que o termo “espaço livre” seja utilizado como uma denominação mais abrangente do que simplesmente “áreas verdes”. Dentro da categoria de espaços livres, os autores identificam os seguintes elementos:

- 1) **Área Verde:** abrange espaços onde a vegetação arbórea é predominante, como praças, jardins públicos e parques urbanos. Os canteiros centrais e trevos de vias públicas, que possuem finalidades estéticas e ecológicas, também devem ser considerados como áreas verdes. No entanto, as árvores que acompanham as margens das vias públicas não são classificadas como áreas verdes. Assim como todos os espaços livres, as áreas verdes devem ser hierarquizadas de acordo com sua tipologia (privadas, potencialmente coletivas e públicas) e categorias.
- 2) **Parque Urbano:** é considerado uma área verde que desempenha funções ecológicas, estéticas e de lazer, com uma extensão maior do que as praças e jardins públicos.

- 3) **Praça:** é uma área verde que tem como principal função proporcionar lazer. No entanto, nem todas as praças são consideradas áreas verdes, especialmente aquelas que não possuem vegetação e são impermeabilizadas. Quando uma praça possui vegetação, ela é classificada como um jardim, como é o caso dos jardins projetados para deficientes visuais ou jardins japoneses, encontrados no Parque do Ibirapuera, em São Paulo.
- 4) **Arborização Urbana:** abrange os elementos vegetais de porte arbóreo presentes nas áreas urbanas, como árvores e outros tipos de vegetação. Nesse contexto, as árvores plantadas nas calçadas fazem parte da arborização urbana, porém não são consideradas parte do sistema de áreas verdes.

Entretanto, é relevante enfatizar que área verde e espaço livre não são sinônimos. As áreas verdes são uma subcategoria dentro do conceito mais amplo de espaços livres. Enquanto as áreas verdes se referem especificamente a espaços que possuem vegetação, como parques, jardins e praças arborizadas, os espaços livres englobam qualquer área não construída e aberta ao público, independentemente de ter ou não vegetação. Portanto, as áreas verdes são uma parte importante, porém específica, dos espaços livres disponíveis nas cidades (Nucci, 2001; Mazzei; Colesanti; Santos, 2007).

Esses espaços livres, como elementos integradores da paisagem urbana, estão comumente associados à função de lazer, como praças, jardins ou parques, e devem ser compreendidos de acordo com as atividades e necessidades do ser humano urbano. Portanto, espaços livres podem ou não conter vegetação em sua constituição.

Sobre os parques urbanos, Sitte (1992) argumenta que o conteúdo natural desses espaços é capaz de alterar o humor das pessoas, em um aspecto psicológico, é capaz de despertar o ânimo das pessoas, pois encontram descanso no contato com a natureza. O autor enfatiza que, sem natureza, a cidade seria um “calabouço fétido”. Essa designação indica que, muitas vezes, a cidade pode ser desagradável e opressora, como os tradicionais calabouços de prisões antigas.

Nesse sentido, os parques urbanos são importantes na formação e aprimoramento do senso estético, além de promoverem um maior apreço pela beleza natural. No entanto, de acordo com Loboda e Angelis (2005), para que essas áreas cumpram plenamente seu papel, se faz necessário um planejamento adequado, com o aprimoramento na arborização urbana.

Segundo Oliveira (2010), as proporções adequadas para o planejamento urbano seriam de que cada cidade com 20.000 habitantes deveria ter um jardim público, enquanto cidades com população superior a 20.000 habitantes deveriam reservar 10% de sua área urbanizada para espaços verdes, sendo que 30% do total incluiriam praças e vias arborizadas. No entanto,



é comum nas cidades, muitas vezes como resultado das gestões municipais, não valorizar a criação de parques, preferindo dispersar as áreas verdes. Infelizmente, essas áreas frequentemente permanecem apenas no plano teórico e não são efetivamente integradas ao meio urbano, ficando às margens da área urbanizada.

Mazzei, Colesanti e Santos (2007) apontam que o planejamento urbano para áreas verdes objetiva que sejam equipadas com infraestrutura e instalações adequadas para oferecer opções de lazer e recreação para pessoas de diferentes faixas etárias. Além disso, é essencial que essas áreas estejam localizadas a uma curta distância das residências, de modo que possam ser facilmente acessíveis a pé.

Nessa ótica, garantir acessibilidade a essas áreas não apenas promove a saúde física e mental, mas também contribui para a coesão social, permitindo que comunidades diversas compartilhem e desfrutem de ambientes verdes. Todos, independentemente de origens socioeconômicas, devem desfrutar dos benefícios proporcionados pela natureza no ambiente urbano.

As áreas verdes oferecem uma variedade de atividades para promover a saúde física, o bem-estar mental e a interação social. Desde práticas esportivas, como corrida e ciclismo, até atividades recreativas como piqueniques e jogos ao ar livre, esses espaços públicos proporcionam opções para todas as idades e interesses. Além disso, possibilitam momentos de tranquilidade, como leitura e contemplação da natureza, tornando-se locais inclusivos para a comunidade desfrutar de um estilo de vida ativo e saudável. Os aspectos objetivos e subjetivos de valorização do espaço urbano ligados aos benefícios das paisagens constituídas por áreas verdes serão abordados na subseção seguinte.

### **2.3 Valorização multidimensional do espaço urbano: aspectos objetivos e subjetivos**

A paisagem, como fenômeno complexo, se revela por meio de uma dualidade entre seus aspectos objetivos, palpáveis e mensuráveis, e a riqueza subjetiva das interpretações individuais, permeada pela multiplicidade de significados e experiências. A paisagem, enquanto fenômeno visual e perceptível, em seus aspectos objetivos podem ser observados e analisados. Tais aspectos incluem elementos naturais, como a topografia, vegetação e corpos d'água, assim como elementos construídos, como edificações, infraestruturas e elementos urbanos.

Já os aspectos subjetivos, referem-se às percepções, emoções e interpretações individuais e coletivas que as pessoas atribuem a um determinado ambiente e também que o ambiente lhes proporciona. Dessa forma, a paisagem é mais do que apenas um conjunto de

elementos físicos, ela é carregada de significados, memórias, valores e experiências pessoais. Cada indivíduo pode ter uma interpretação única da paisagem, influenciada por sua bagagem cultural, história pessoal e contexto social. Os aspectos subjetivos da paisagem estão relacionados à estética, à identidade cultural, à sensação de pertencimento e ao bem-estar emocional.

O conforto térmico pode ser considerado, inicialmente, como um dos aspectos objetivos da paisagem, que tem um papel importante na valorização do espaço urbano, pois está intrinsecamente ligado ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas. Em um contexto de crescimento acelerado das cidades e mudanças climáticas, a busca por ambientes urbanos que proporcionem conforto térmico adequado torna-se cada vez mais relevante.

Shams, Giacomelo e Sucomine (2009) clarificam que existem os fatores climáticos globais e locais, sendo os globais responsáveis pelos aspectos gerais, como a radiação solar, temperatura, umidade do ar, precipitação, dentre outros; e os fatores locais se caracterizam por meio da localização geográfica, topografia, vegetação e a superfície do solo, e interferem nos microclimas encontrados no espaço urbano.

Entretanto, essa dinâmica climática local pode ser alterada pela ação antrópica. De acordo com Borsato (2013, p. 251), “as condições climáticas são os reflexos do espaço geográfico da região”. O autor ainda afirma que os espaços climáticos se organizam a partir de escalas superiores, em relação às inferiores e à ação antrópica altera no sentido inverso, das escalas inferiores para as superiores, portanto, a ação do ser humano altera o clima local e cria o microclima.

Assim, a forma como a sociedade administra o espaço está diretamente vinculada ao microclima local e às sensações térmicas, positivas ou negativas. Mas, ao mesmo tempo que existem os aspectos concretos do clima e do microclima, as sensações térmicas de calor, frio ou de ambiente ameno podem variar de pessoa para a pessoa, configurando também como um aspecto subjetivo. Contudo, existem parâmetros concretos de conforto térmico, ligados aos aspectos objetivos.

Segundo o manual de conforto térmico elaborado por Frota e Schiffer (2001), a ventilação natural é uma das estratégias para promover o conforto térmico quando a temperatura se eleva. Dentre os índices de conforto, desenvolvidos com base em diferentes aspectos, eles são classificados em: a) biofísicos: se baseiam nas trocas de calor entre o corpo e o ambiente; b) fisiológicos: se baseiam nas reações fisiológicas originadas por condições de temperatura seca do ar, temperatura radiante média, umidade e velocidade do ar; c) subjetivos: se baseiam

nas sensações subjetivas, em condições em que os elementos variam. Portanto, um elemento que ao mesmo tempo é um aspecto objetivo da paisagem, produz também sensações subjetivas.

Considerando todos esses índices apontados, a paisagem caracterizada por áreas verdes tem potencial para combater a aridez do clima urbano, proporcionando conforto térmico. De acordo com Silva, Gonzalez e Filho (2011):

[...] na área urbana, o conforto humano depende basicamente da ventilação natural e da não incidência de radiação solar direta tanto nas pessoas como em materiais de construção impermeabilizantes, que absorvem o calor em vez de interceptá-los (Silva; Gonzalez; Filho, 2011, p. 38).

O sombreamento proporcionado pelas árvores e o vento podem interceptar a incidência solar, refrigerando as superfícies com as trocas por convecção, criando um ambiente mais fresco.

Ainda para Silva, Gonzalez e Filho (2011), a evapotranspiração das plantas reflete no clima urbano, pois, durante esse processo, a planta absorve calor e promove a diminuição da temperatura do microclima. Além disso, as árvores têm grande relevância na refrigeração das cidades, conservam energia e protegem as casas da radiação solar, enquanto a evapotranspiração reduz as temperaturas urbanas, e conseqüentemente surgem espaços externos agradáveis para a permanência humana. Sob essa ótica, a relevância da arquitetura das cidades é significativa para as sensações de conforto térmico.

Frota e Schiffer (2001) complementam o debate destacando a importância da Arquitetura como um campo de estudo na construção de espaços que possibilitam condições de conforto térmico. Segundo os autores, cabe à Arquitetura amenizar as sensações de desconforto impostas por climas rígidos, o excessivo calor, frio ou ventos, bem como propiciar ambientes confortáveis como os espaços de ar livre em climas amenos. As variáveis climáticas que interferem no desempenho térmico dos espaços construídos são: oscilação diária e anual da temperatura; umidade relativa; radiação solar incidente; grau de nebulosidade; predominância e sentido dos ventos e os índices pluviométricos.

A paisagem carrega também um valor estético, que pode ser tanto objetivo quanto subjetivo, dependendo do contexto e das perspectivas individuais. Existem também determinados elementos objetivos na paisagem que podem ser apreciados por sua harmonia com base em princípios estéticos compartilhados. No entanto, a apreciação da paisagem é influenciada pelas experiências, emoções e preferências individuais, tornando-a subjetiva. O

sentido estético e a definição da paisagem podem ser entendidos como uma interação complexa entre os aspectos objetivos e subjetivos.

Apesar dessa dualidade que o sentido estético que a paisagem evoca, Meneses (2002) argumenta que a paisagem deve ser encarada como um objeto de apropriação estética e sensorial. Reconhecer sua natureza objetiva como um objeto é indiscutível, pois ela possui uma forma tangível e se apresenta à percepção como algo material e real. No entanto, considerá-la apenas como um objeto, como um dado pré-existente, é limitar-se a um horizonte restrito que não é capaz de abranger todas as dimensões desse fenômeno. A paisagem vai além disso e engloba aspectos emocionais, culturais e simbólicos, que exigem uma compreensão mais abrangente.

Neves (1992) argui nesse mesmo viés e esclarece que a ideia do belo, ligado à estética da paisagem, também está vinculada à percepção. Normalmente, se busca nas paisagens uma beleza impecável. Pellegrino e Macedo (1989) destacam que na avaliação e intervenção na paisagem, o apelo visual é forte e presente, denotando as origens da estética da paisagem encontrada na arte e literatura europeia dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Ao longo dos séculos, diferentes culturas e civilizações desenvolveram estilos e abordagens distintas para a criação de paisagens esteticamente agradáveis. Essa rica herança histórica continua a influenciar e inspirar a criação de ambientes contemporâneos. A abordagem estética é essencial na apreciação da paisagem e não pode ser ignorada, os intercâmbios entre ciência e arte em relação à paisagem são mais frequentes e profundos do que se supõe (Besse, 2006).

Considerando essa perspectiva estética, a vegetação assume um papel crucial na formação das paisagens. Vieira (2007) corrobora argumentando que a função estética, inserindo a vegetação na discussão, reside na diversificação da paisagem construída e no embelezamento da cidade. Cavalheiro e Del Picchia (1992) também destacam o papel estético da paisagem constituída por espaços livres com presença de vegetação.

A apreciação estética e a interpretação da paisagem são elementos intrinsecamente vinculados à experiência humana no ambiente. Cada indivíduo, influenciado por seu contexto cultural e experiências pessoais, percebe e valoriza a paisagem de modo próprio e singular. O valor intrínseco de uma paisagem não está somente em sua beleza física, mas também na conexão emocional e pessoal que as pessoas estabelecem com ela. Dessa forma, a percepção da paisagem representa o jeito pelo qual interpretamos e entendemos o que vemos, um processo influenciado não apenas pela visão, mas também por nossos outros sentidos, memórias, experiências e expectativas.

Bhering (2019) destaca que a definição da paisagem envolve não apenas sua materialidade, mas também o drama e os efeitos emocionais resultantes da nossa experiência visual dos ambientes construídos. Essa análise é composta por três aspectos principais: a perspectiva ou visão sequencial, que reage às experiências visuais e estéticas durante os percursos urbanos; o sentido do lugar, relacionado às reações individuais em relação à posição no espaço e às sensações evocadas pelo ambiente imediato; e o conteúdo, que se refere à construção da cidade e abrange elementos como cor, escala, textura, estilos arquitetônicos, caracterizando a paisagem urbana e definindo significados sociais, econômicos e ideológicos.

À medida que um indivíduo percorre a cidade, as paisagens se alteram. A cada esquina virada, uma nova paisagem surge, uma nova cena acompanhada de novas emoções, trata-se de uma sequência de paisagens inesperadas. E mesmo que uma pessoa percorra o mesmo trajeto diariamente, a paisagem será diferente a cada dia, pois a paisagem não é estática. Consequentemente, o que foi observado em uma paisagem ontem, pode parecer completamente diferente hoje, e seguirá em constante transformação, apresentando-se diferente no amanhã. Portanto, uma paisagem de um determinado local, vivenciada em momentos diferentes, pode provocar sentimentos contrastantes.

Nesse sentido, Bhering (2019) apresenta a perspectiva sequencial, que é referida por Cullen (1993) como visão serial, e por Kohlsdorf (1996) como análise sequencial, uma técnica que permite o estudo da paisagem. Kohlsdorf (1996) dá ênfase à aplicação dessa técnica, enquanto Cullen (1993) destaca as sensações evocadas pela paisagem. A técnica se baseia na análise de uma série de cenas, determinadas pela localização do observador. Trata-se de uma percepção derivada do movimento do corpo do observador no espaço. Por outro lado, a análise sequencial é caracterizada pelos estímulos provenientes do ambiente (Cullen, 1993; Kohlsdorf, 1996; Cuti; Naoumova, 2019).

O corpo é fundamental na percepção espacial, mas outras características do observador também influenciam a forma como as paisagens são reveladas ou inacessíveis. Elementos como idade, gênero e condições sociais desempenham um papel nisso. As paisagens da infância diferem das da idade adulta ou da velhice, devido à altura do observador, velocidade de deslocamento e deterioração dos sentidos.

Ao optarmos por uma posição para contemplar a paisagem, abrimos possibilidades de explorar diferentes elementos, ângulos e perspectivas. É notável que, ao longo das diferentes fases da vida, nossas percepções evoluem não apenas em relação à posição do corpo em relação ao espaço, mas também em termos de perspectivas, ideias e pensamentos. Conforme envelhecemos, nossas experiências moldam nossa visão de mundo, influenciando a forma

como apreciamos e interpretamos a paisagem. Cada estágio vivido revela a subjetividade inerente à paisagem, destacando a natureza mutável e multifacetada da nossa relação com o ambiente ao nosso redor.

No passado, quando o espaço doméstico era associado ao trabalho feminino e a rua ao trabalho masculino, houve distorções na forma como cada um desses espaços era encarado - para as mulheres, por muito tempo, a rua representava um lugar de perigo (Bhering, 2019). A percepção e vivência da paisagem urbana é moldada em consonância com o modelo de ocupação e uso histórico dos espaços, pelos distintos grupos e sociedades. No caso das mulheres, essa dinâmica influenciou e continua a influenciar a sua integração com a paisagem urbana. A sensação de insegurança pode estar presente em diversas paisagens urbanas, seja pela falta de segurança ou pela ausência de iluminação, como ocorre em alguns parques urbanos com áreas de vegetação densa.

Outro aspecto apontado por Bhering (2019) é que a percepção da paisagem varia significativamente entre habitantes locais, turistas e aqueles que exploram lugares por meio de imagens virtuais, como o *Street View* ou o *Google Earth*. Ao ver a Torre *Eiffel* em imagens virtuais, sua grandiosidade não é transmitida da mesma forma e não causa o mesmo impacto que aos turistas que a encontram pessoalmente. As paisagens que lembramos da infância são tingidas de nostalgia e saudade, sempre parecendo mais brilhantes. Logo, a relação espaço-tempo, o vínculo afetivo, a capacidade de observação, apreensão visual e orientação espacial são igualmente importantes para compreender as paisagens. Todos esses elementos convergem para um ponto comum: o corpo como referência nos fenômenos de percepção espacial.

Em relação aos aspectos objetivos da paisagem, a morfologia e os componentes que a constituem são relevantes, embora não sejam os únicos a serem levados em consideração. De acordo com Berque (1994), a paisagem não pode ser considerada simplesmente um objeto. Para compreendê-la plenamente, não é suficiente apenas entender a organização morfológica dos componentes do ambiente ou a fisiologia da percepção, incluindo o corpo humano em si, é necessário também reconhecer as influências culturais, sociais e históricas na percepção da paisagem, ou seja, compreender como esses elementos constroem a subjetividade humana.

É no contexto das relações subjetivas, estabelecidas entre as pessoas e o meio, que Meneses (2002) indica ser necessário ampliar o referencial sobre a apropriação da paisagem, indo além do conceito de beleza para abranger o estético. A apropriação estética desempenha um papel fundamental na construção da paisagem, sendo que o estético, nesse contexto, não se limita à beleza, mas abrange um universo mais vasto, complexo e rico de percepção.

Portanto, é de extrema relevância em nossa existência e condição corporal, uma vez que os sentidos constituem a principal conexão entre o sujeito e o mundo externo.

A paisagem é um fenômeno complexo que requer uma abordagem que leve em consideração tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos para uma compreensão completa. Neves (1992) ratifica que o valor estético pode variar de acordo com os padrões culturais de cada sociedade devendo, portanto, compor a análise de uma paisagem.

Os conceitos estéticos são individuais, contempla graus de valorizações em função do gosto pessoal de cada pessoa. A percepção estética é subjetiva e complexa, pois o que é considerado belo por uma pessoa pode não ser para outra. Essa variação estende-se além do nível individual, abrangendo diferentes grupos sociais, étnicos e sociedades distintas, evidenciando a natureza relativa e diversa do senso estético. Entretanto, grupos étnicos podem ter sentidos estéticos compartilhados, assim como divergências entre um mesmo povo.

Sobre os aspectos subjetivos, Andreotti (2013) utiliza das argumentações de Lehmann, para indicar que não se deve reduzir a paisagem à uma simples enumeração de elementos, dos objetos ou até mesmo uma fotografia. Portanto, a paisagem é uma trama complexa, concebida pelo confronto psicológico, componentes históricos, literários, pictóricos e estéticos. Nesse sentido, cabe ao ser humano elaborar o momento psicológico, por meio da reatividade, considerando a sua formação quanto pessoa, ou seja, sua história, cultura, ética, estética, religião, imaginação, filosofia, literatura e cor. Os valores afetivos da paisagem estão inseridos nesse confronto psicológico.

Neves (1992) assinala os valores afetivos da paisagem, diferentes para cada indivíduo, associados a fatores psicológicos. As paisagens marcantes pelas quais os indivíduos se deparam durante a vida estão guardadas em suas memórias e, muitas vezes, tem um significado afetivo. Nas palavras de Neves (1992, p. 109), “[...] indivíduos que se mudaram de uma região para a outra, sempre guardam na memória imagens da paisagem de sua região de origem”.

Os valores afetivos da paisagem são intrínsecos à nossa experiência emocional e subjetiva do ambiente natural e construído ao nosso redor. A paisagem pode despertar sentimentos de admiração, serenidade, encantamento e pertencimento, proporcionando-nos uma conexão profunda com o local em que vivemos. Mas, nesse confronto psicológico, as paisagens também podem despertar sentimentos negativos. Assim como há paisagens que nos encantam, existem aquelas que podem despertar sentimentos de tristeza, desolação, medo ou desconforto.

Ainda sobre valores afetivos da paisagem, os parques são espaços públicos que compõem a paisagem urbana e estabelecem vínculos afetivos entre o público frequentador e o espaço, por meio do lazer passivo (Mazzei; Colesanti; Santos, 2007). Além disso, de acordo com a pesquisa de Dinoá (2005) sobre espaços públicos livres, há uma conexão afetiva entre os residentes de uma região e os lugares que frequentam, como as praças, onde ocorrem encontros informais, atividades de lazer e recreação. Esses espaços são descritos como ambientes familiares, bem equipados, com opções de entretenimento para todas as faixas etárias, conservados e livres de violência.

Nesse contexto, os vínculos afetivos podem ocorrer de forma passiva, com atividades de lazer que envolvem baixo ou nenhum esforço físico, ou seja, mais relaxantes e contemplativas. Ademais, a inclusão de elementos nessas áreas de convívio social, tais como instalações culturais e espaços para eventos comunitários, pode potencializar ainda mais o papel desses espaços na promoção do bem-estar coletivo e fortalecer os vínculos afetivos.

Esses vínculos afetivos com os parques e espaços livres em geral, fazem parte do processo psicológico de observação da paisagem. Segundo Andreotti (2013), a psicologia foi identificada como a chave para compreender a observação e, portanto, a descrição que as pessoas fazem em suas diversas atividades, desde Alexander von Humboldt, antes mesmo da Geografia se tornar uma disciplina ou ciência.

O valor afetivo de uma paisagem está relacionado a esse processo psicológico de observação. Simmel (1988) aponta o reflexo afetivo da paisagem por meio do estado psíquico do espectador. O autor compara a paisagem ao surgimento de uma obra de arte *in statu nascendi* – “no momento do nascimento” e identifica a “*Stimmung*” - “estado de espírito”, como elemento essencial para a unificação do conceito.

Em outras palavras, a paisagem é vista como um fenômeno em constante formação e nascimento, semelhante ao processo criativo de uma obra de arte, cuja compreensão é influenciada pela interação entre suas características objetivas e a subjetividade emocional do espectador.

Na experiência artística, a atividade criativa carrega elementos afetivos significativos. Ademais, ao contemplar uma paisagem representada pela arte, pode-se imaginar que as pessoas experimentam emoções que surgem da imaginação, relacionadas às suas experiências passadas, ao momento atual e às suas aspirações futuras, como parte de uma identidade coletiva (Silva, 2002).

A contemplação da paisagem representada pela arte ocorre por meio de uma subjetividade psicológica, indicando que a resposta emocional do observador é moldada por



sua bagagem emocional, experiências pessoais e contexto de vida. A ideia de uma identidade coletiva sugere que essas experiências emocionais individuais podem ser compartilhadas por outros que compartilham contextos similares, contribuindo para uma compreensão coletiva da obra de arte.

Nesse contexto, existe uma estreita relação entre a arte e a paisagem. Em muitos casos, a arte reinterpreta e expressa a essência da paisagem, com novas perspectivas, simbolismos e significados. Avancini (2000) destaca esse aspecto das pinturas de paisagens, citando o trabalho do artista Henri Matisse, que utiliza novas formas de composição e estrutura na representação da paisagem. O autor destaca que Matisse reinterpreta a paisagem em seus painéis artísticos, conferindo-lhes uma dimensão simbólica e afetiva. Matisse amplifica as imagens, trabalha com uma concepção de espaço ilimitado e integra as figuras em um conjunto em constante movimento e equilíbrio.

De acordo com Tuan (1983), ao contemplar uma cena, não conseguimos absorver todos os seus detalhes de uma só vez, pois buscamos pontos de repouso visual. Nesse contexto, ao observar uma paisagem, nosso cérebro não consegue processar todos os detalhes simultaneamente, pela tendência que nós, seres humanos, temos de focar em pontos específicos da paisagem, buscando repouso visual, e isso implica que a percepção é seletiva e parcial, influenciada pelos interesses do observador, ou seja, a subjetividade. Portanto, a compreensão da paisagem é gradual, à medida que observamos diferentes partes e aspectos.

O senso de pertencimento emerge no repouso visual, quando buscamos certos aspectos na paisagem que consideramos significativos; na construção de identidade pela percepção seletiva, quando focamos em elementos da paisagem que consideramos importantes; na memória afetiva, quando os pontos de repouso visual estão ligados a experiências emocionais; e na interação com a paisagem, quando buscamos pontos de repouso visual, ocorre interações que moldam nosso senso de pertencimento e nos conectam com essas paisagens.

Essa perspectiva sugere que a sensação de fazer parte de algo, um lugar, uma comunidade ou um grupo, se desenvolve quando as pessoas observam atentamente seu entorno e estabelecem conexões emocionais significativas. Os parques urbanos são paisagens urbanas que proporciona esses encontros de pessoas, comunidades ou grupos distintos.

Em outra análise, Torres (2022) ressalta que o sentimento de pertencimento pode emergir da interação entre o coletivo e o espaço público. Essa afirmação destaca a importância da interação entre grupos de pessoas e o espaço, relação entendida como elo na construção de

uma identidade coletiva, que, por meio da expressão cultural e da história, fortalece os laços afetivos e o senso de pertencimento.

Outro aspecto sobre o senso de pertencimento é apontado por Bhering (2019), ao esclarecer que a oportunidade de viver em locais que preservam tanto o patrimônio cultural quanto o natural é considerada um fator essencial para criar um senso de pertencimento ao ambiente, ao mesmo tempo em que proporciona experiências sensoriais enriquecedoras para aqueles que o utilizam. De acordo com essa perspectiva, essa integração entre o patrimônio cultural e natural não só fortalece os laços emocionais das pessoas com a paisagem, mas também contribui para uma conexão mais profunda e significativa com a história e a identidade do local onde se vive.

Silva (2019) enfatiza a importância de que as mudanças na paisagem sejam realizadas por meio de diálogos entre o poder público, o setor privado e a comunidade, a fim de estabelecer uma relação respeitosa à nível do bairro e cidade. O cerne do problema reside no sentimento de não pertencimento a determinados lugares, que está intrinsecamente ligado ao campo da subjetividade. Em outras palavras, quando não há harmonia entre uma paisagem com o contexto em que está inserida, torna-se difícil para a população se apropriar dela.

Mas é por meio da imaginação que somos capazes de mergulhar em universos simbólicos, conectar-nos emocionalmente com as paisagens e enriquecer nossa compreensão e apreciação desses espaços. Silva (2022) cita o exemplo das paisagens da baixada cuiabana, que sofrem transformações à medida que as relações espaciais se tornam complexas. O autor salienta a importância dessas paisagens no imaginário das culturas que há séculos habitam essas regiões.

A capacidade imaginativa faz parte do momento de apreciação de paisagens culturais, pois permite que o observador ultrapasse as limitações da objetividade e se conecte de maneira subjetiva com a cultura retratada nessas paisagens. É por meio do imaginário que as pessoas constroem representações mentais das paisagens, incorporando a história e os contextos dos lugares. Nessa perspectiva, a história e o contexto das paisagens têm relação com a interpretação das paisagens como símbolos.

A interpretação de paisagem como símbolo é outro aspecto subjetivo, considerado como “[...] motivo de confiança, de correspondência à própria imaginação, em conformidade às abordagens derivadas de símbolos” (Andreotti; Furlanetto, 2012, p. 9). A paisagem também representa identidades culturais, como é o caso de Paris, da paisagem harmônica e majestosa, pela presença da Torre *Eiffel*, que não é necessariamente um monumento estético, mas estabelece identidade própria.

Meneses (2002) exemplifica a paisagem enquanto símbolo e identidade ao citar que a partir de sua morfologia, é possível inferir os processos naturais e culturais envolvidos em sua formação. Os terraços agrícolas nas encostas Andinas, os arrozais nas Filipinas ou os canais de irrigação no vale do Pó conferem à paisagem uma personalidade própria que não pode ser explicada apenas por fatores geomorfológicos. Essa personalidade é resultado da organização da propriedade, dos padrões de subsistência, da tecnologia utilizada, da organização econômica, da pressão demográfica, entre outros fatores.

Os processos culturais interferem na formação da morfologia da paisagem, pois refletem valores, tradições de uma sociedade, que influenciam diretamente a configuração e o uso do ambiente físico. Desde a estruturação de espaços residenciais, comerciais e públicos, até a construção de estradas e infraestruturas, tudo é concebido sob a influência cultural de cada sociedade, resultando em múltiplas paisagens que são tão diversas quanto as culturas que as criaram.

Portanto, a paisagem pode ser vista como um símbolo que transcende sua simples representação física. Ela carrega significados culturais, históricos e emocionais que se conectam com as experiências humanas e a identidade de um lugar, como é o caso das paisagens brasileiras. Silva (1997) indica as paisagens brasileiras como exemplos que evidenciam sinais que remetem a representações e contextos jurídicos, tecnológicos, demográficos e sociológicos envolvidos em sua formação.

Cada paisagem carrega consigo vestígios do passado, revelando camadas de eventos, transformações e interações humanas ao longo do tempo. Meneses (2002) designa a paisagem como história, como no caso do deserto do Saara, um exemplo que se tornou arquetípico em termos de representações. O deserto também tem sido retratado de forma positiva nos últimos dois séculos, sendo um dos casos mais interessantes o do deserto americano, uma paisagem mítica que concentrou os valores, expectativas e ideologias relacionadas à conquista do Oeste, deixando uma marca profunda no imaginário americano. Além disso, a paisagem desempenha um papel fundamental na construção da identidade cultural de uma região.

Conforme Loboda e Angelis (2005), a China, reconhecida como o berço dos jardins naturalistas, destaca-se por seus jardins de natureza religiosa, nos quais são incorporados elementos naturais. Essa tradição exerce uma forte influência sobre os japoneses, que adotaram o estilo da corte chinesa. Os jardins chineses possuem uma profunda importância espiritual, religiosa e cultural, conferindo a cada elemento presente um significado simbólico único. Nesse contexto, a presença de pedras, água, pontes, lamparinas e outros elementos torna-se quase obrigatória.

No âmbito da identidade e dos processos identitários, a paisagem tem sido amplamente utilizada. Seu papel na formação das identidades nacionais é incontestável. A paisagem sempre foi reconhecida como um elemento constitutivo e expressivo do caráter nacional. A Inglaterra, por exemplo, há séculos vincula a identidade do país à paisagem (Meneses, 2002).

Ao longo da história, os espaços verdes tiveram um papel determinante, moldado pelas necessidades de cada período e refletindo os gostos e costumes da sociedade. A evolução desses espaços ao longo do tempo está intimamente ligada às demandas enfrentadas em cada época (Loboda; Angelis, 2005). Portanto, paisagem também reflete a história e a evolução humana ao longo do tempo. Andreotti e Furlanetto (2012) reconhecem a paisagem cultural sendo essência, história, cultura, memória, paradigma de valores éticos e estéticos.

Meneses (2002) também reconhece que toda paisagem tem uma história, e acrescenta que quando se fala em história da paisagem, não se refere ao fato de a paisagem não ser estática e estar em constante transformação, mas sim que ao deixarmos de lado as escalas geográficas de tempo ou a ocorrência de eventos naturais dramáticos na escala do tempo humano, e considerando a sociedade e a paisagem como elementos inseparáveis, pode-se afirmar que a paisagem possui uma história. Ela pode ser objeto de estudo histórico e sua história pode ser contada e narrada. Portanto, a paisagem configura-se como um registro visual das nossas origens e do legado deixado pelas gerações passadas.

Ainda considerando o valor psicológico da paisagem, o ser humano busca por meio de determinadas paisagens o equilíbrio, muitas vezes, encontra-se esse equilíbrio nos parques urbanos. Gomes (2004) reforça essa afirmação, indicando que a paisagem composta por vegetação age no psicológico das pessoas que vivem na cidade, influenciando no estado de espírito.

Autores como Lima (1999) e Mazzei, Colesanti e Santos (2007) afirmam que os espaços livres e áreas verdes, além das funções ecológica-ambiental, da estética e paisagística, climática e de recreação, existe o fator psicológico. Neves (1992) faz apontamentos em relação ao contexto em que as paisagens estão inseridas, sobretudo as paisagens naturais, que podem transmitir sensações de tranquilidade e paz, e estão associadas à ideia de equilíbrio. Configuram-se como:

[...] imagens visuais que, normalmente, acalmam o olhar, num confronto com o caos visual dominante nos centros urbanos, onde a confusão de placas, cores, símbolos, formas e a agitação da vida cotidiana em conjunto transmitem sensações contrárias àquelas associadas à ideia de equilíbrio (Neves, 1992, p. 109).

As paisagens constituídas por vegetação podem evocar sensações que contrastam com os elementos estruturantes das cidades, proporcionando tranquilidade e serenidade. Assim, o sentimento de alívio do estresse ajuda a restaurar o equilíbrio mental e emocional. Esse aspecto da paisagem confere valor ao espaço urbano, principalmente ao se tratar de parques urbanos.

De acordo com Henk-Oliveira (1996), os elementos da paisagem desempenham um papel significativo na valorização de áreas destinadas ao convívio social, na valorização econômica das propriedades e na formação de memória e patrimônio cultural. Peixoto (1996) argumenta que as paisagens urbanas são compostas por objetos, luz, cor, sons e memória, semelhantes aos panoramas urbanos, nos quais tentativas de capturar o brilho intenso e a delicada beleza estão presentes nas primeiras impressões e na memória das cidades.

A interação harmoniosa dos elementos da paisagem resulta em uma valorização do espaço urbano tanto na dimensão econômica, como observa-se no mercado imobiliário, quanto na dimensão cultural, na paisagem como memória, refletindo as experiências vividas por pessoas conectadas à determinadas paisagens. Nesse sentido, cada elemento da paisagem, seja a vegetação, as edificações, as obras humanas ou caminhos percorridos, podem atuar como símbolos de momentos passados. Esses elementos representam características objetivas da paisagem, por serem tangíveis, mas também podem ser subjetivos, pois cada indivíduo se relaciona e interpreta esses componentes de maneira singular.

Apesar de sua relevância no ambiente urbano, os espaços verdes são frequentemente ignorados e não recebem a devida atenção por parte das autoridades públicas. Nucci (2008) contempla que a cobertura vegetal é frequentemente negligenciada, apesar de ser um atributo crucial no desenvolvimento das cidades. Ao contrário da terra, do ar e da água, a presença de vegetação não é uma necessidade óbvia na paisagem urbana.

Para muitas pessoas, a vegetação é vista como contribuinte para o bem-estar psicológico e reflete valores estéticos e culturais, por esses motivos, é sempre válido destacar a importância no planejamento urbano. No entanto, essa percepção pode não ser tão óbvia para muitas pessoas, que, mesmo vivenciando essas sensações, podem não as associar diretamente à presença da cobertura vegetal.

Conforme Vieira (2004), uma das funções psicológicas da vegetação é proporcionar oportunidades para a prática de exercícios, lazer e recreação, que funcionam como atividades para combater o estresse e promover o relaxamento. Em outras palavras, o contato com os elementos naturais da paisagem proporciona essas sensações. As emoções evocadas podem variar dependendo do estado emocional, das experiências passadas associadas à paisagem e

das relações culturais de uma pessoa. Por exemplo, uma pessoa que cresceu no campo pode encontrar conforto em paisagens naturais, enquanto outra pessoa que cresceu na cidade pode se sentir deslocada no ambiente.

A valorização da paisagem abrange tanto aspectos objetivos quanto subjetivos, combinando elementos tangíveis e intangíveis. A subjetividade nos permite encontrar significado, beleza e identidade na paisagem, despertando sentimentos de pertencimento. Ao considerar ambos os aspectos, objetivos e subjetivos, na valorização da paisagem, somos capazes de reconhecer suas multidimensões que são importantes para a vida no espaço urbano.

Essa valorização se manifesta através de diversos elementos, incluindo o apreço estético, o conforto térmico, a história da paisagem, o fortalecimento do senso de pertencimento, o reconhecimento do simbolismo, a integração de elementos culturais e a preservação da cobertura vegetal. São aspectos considerados importantes para a concepção e manutenção de parques urbanos. A análise avança para a subseção subsequente, explorando a perspectiva que evidencia a relevância das políticas públicas na introdução de espaços verdes no ambiente urbano.

## **2.4 Políticas públicas para as áreas verdes no espaço urbano**

As AVUs são implementadas como resultado da existência de políticas públicas que demandam sua existência e reconhecem a importância desses espaços para o bem-estar da população e a qualidade de vida nas cidades. Essas políticas visam garantir o acesso equitativo aos espaços naturais, promover a saúde física e mental dos habitantes da cidade, amenizar os impactos ambientais e criar ambientes urbanos mais sustentáveis.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na construção e desenvolvimento das cidades, pois são responsáveis por orientar e direcionar as ações governamentais. No caso específico das AVUs, desempenham um papel crucial ao promover a criação, manutenção e gestão desses espaços vitais para a melhoria da qualidade de vida urbana.

Os impactos das políticas públicas abrangem vários aspectos da vida em sociedade, e estão ligadas diretamente as questões políticas e governamentais, desde a elaboração até a execução. Para as AVUs, direcionam o uso e ocupação do solo urbano, e estão relacionadas aos aspectos da qualidade de vida urbana. Compreendidas como ações ou propostas promovidas pelo governo, as políticas públicas buscam uma melhor destinação dos recursos públicos, objetivando a promoção de oportunidades entre grupos sociais dispares (Romano, 2009).

As AVUs resultam diretamente da atuação do poder público em resposta à demanda da sociedade por espaços naturais e a necessidade de promover um ambiente urbano mais saudável e harmonioso. A garantia de um ambiente saudável é, sem dúvida, um direito humano fundamental que só pode ser plenamente realizado por meio da eficácia das políticas públicas. Nesse sentido, a implementação e sustentação de iniciativas governamentais eficientes tornam-se essenciais para assegurar que todos tenham acesso a um ambiente urbano que promova a qualidade de vida e o bem-estar.

Para entender o que de fato são as políticas públicas, se faz necessário compreender o processo de formulação delas. Conforme Kingdon (2007, p. 221), a formulação de políticas públicas é um conjunto de processos que incluem “o estabelecimento de uma agenda; a especificação das alternativas a partir das quais as escolhas são feitas; uma escolha final entre essas alternativas específicas, por meio de votação no Legislativo ou decisão presidencial; e a implementação dessa decisão”. Entretanto, o autor indica que o sucesso alcançado em um dos processos, não é necessariamente sucesso de todos os outros.

Logo, entende-se que o sucesso de uma política pública depende de diversos fatores que abrangem todos os processos em sua criação. Uma política pública engloba múltiplas etapas, desde o planejamento até a implementação. Cada uma dessas etapas enfrenta desafios específicos, de modo que o sucesso em uma etapa não garante necessariamente o sucesso nas etapas seguintes.

Para compreender a sociedade atual, em seu contexto social; econômico; político; a sociedade civil e organizada; a produção de novos conhecimentos no campo de gestão pública e os novos desafios entre Estado e sociedade, se faz necessário entender o significado da expressão “política pública” (Barreiro; Furtado, 2015). A criação de políticas públicas envolve uma série de desafios na relação entre o Estado e a sociedade, em razão de diferentes perspectivas, interesses e poderes dos atores envolvidos.

Quanto a definição, políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo com atores sociais. Em termos político-administrativos, a sociedade se desenvolve por meio das decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais, juntamente com as demais forças da sociedade, especialmente as forças de mercado em seu sentido *lato* (Heidemann, 2009). Nesse sentido, o conceito tem uma abordagem multicêntrica, ou seja, o Estado e os atores sociais são responsáveis pelas ações e decisões (Barreiro; Furtado, 2015).

O desenvolvimento da sociedade é resultado das ações conjuntas dos Estados e da sociedade, e a interação das forças econômicas e comerciais. Tais forças de mercado

influenciam no crescimento econômico, na criação de empregos e na distribuição de recursos. Portanto, é uma combinação de ações dos governos e das dinâmicas do mercado.

De acordo com Saraiva (2006, p. 28), política pública “Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Ainda para a autora, são estratégias com diversos fins, desejados por grupos sociais que participam do processo deliberado, sendo a finalidade a democracia, a justiça social, a manutenção do poder e a felicidade das pessoas.

As políticas públicas voltadas para a implantação e preservação das AVUs têm como objetivo estabelecer estratégias e diretrizes no âmbito do planejamento urbano, com a finalidade de assegurar a existência de espaços verdes acessíveis e devidamente conservados. A implementação bem-sucedida dessas políticas é crucial para garantir que as áreas urbanas sejam desenvolvidas de forma equilibrada e que todos os cidadãos possam desfrutar dos benefícios proporcionados pelas AVUs.

Nesse sentido, existe o termo *Welfare State*, entendido como um estado de bem-estar social, que serve para designar o Estado assistencial, como provedor de padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social de todos os cidadãos. São serviços assistenciais de caráter público, reconhecidos como direitos sociais. Enquanto outros Estados assistenciais conduzem uma intervenção estatal na economia e nas condições sociais, objetivando um melhor padrão de qualidade de vida da população, o *Welfare State* diz respeito aos serviços prestados, considerados direitos dos cidadãos (Moraes, 2014).

O Estado desempenha um papel fundamental na promoção de políticas públicas, pois detém o poder e a capacidade de formular, implementar e regular ações voltadas para o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável. Quanto as políticas públicas, elas abrangem uma grande amplitude de áreas, como saúde, educação, habitação, meio ambiente, infraestrutura e segurança. Nesse sentido, o papel do Estado é de regular, definir normas e fiscalizar o cumprimento das políticas estabelecidas.

Nos Estados Unidos, os estudos sobre políticas públicas tiveram início na década de 1950, já na Europa, na década de 1970. No Brasil, os estudos sobre políticas públicas ainda são muito recentes (Frey, 2000; Barreiro; Furtado, 2015), e passaram por diferentes momentos de evolução nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil. Mas, há uma diferença temporal que pode ser atribuída a fatores históricos, sociais e políticos específicos de cada contexto.

Do final da década de 1970 em diante, foi definida uma agenda de reforma de ações do Estado na área social, com iniciativas inovadoras de governos estaduais de posição, se consolidando na Constituição de 1988. Era um momento de implementação de mudanças no



regime político e no nível das políticas públicas. (Farah, 2001; Barreiro; Furtado, 2015). Nesse sentido, a democratização política e a crescente complexidade dos desafios sociais despertaram a atenção para estudos sobre políticas públicas em anos mais recentes.

Conforme Moraes (2014), a legislação brasileira é reconhecida como avançada no que diz respeito às políticas urbanas, ambientais e hídricas. No entanto, o principal desafio está na integração dessas políticas, especialmente em áreas de intensa urbanização, a fim de solucionar os conflitos existentes.

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 24, inciso I, atribuiu competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar de forma concorrente sobre o direito urbanístico, enquanto o Artigo 30, inciso VIII, atribuiu aos municípios a competência para promover o ordenamento territorial, através do planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano (Brasil, 1988).

Durante o processo de redemocratização da sociedade, a Constituição Federal de 1988 apresenta princípios que visam abordar questões ambientais, como a degradação dos recursos hídricos e os desafios do desenvolvimento urbano. Um aspecto destacado é a ampliação da participação da sociedade civil nos processos decisórios do Estado (Moraes, 2014).

A Constituição Federal de 1988 desempenha um papel de extrema importância para as AVUs, pois estabelece princípios e diretrizes que promovem a valorização e preservação das áreas verdes nas cidades. Em suma, sua abordagem está voltada para a sustentabilidade e o desenvolvimento humano, e reconhece a necessidade de garantir um ambiente saudável e equilibrado para as presentes e futuras gerações.

De acordo com Farah, Barreto e Furtado (2015), O'Donnell destaca quatro dimensões que correspondem a democratização das políticas públicas: 1) Mudanças no processo decisório - destaca a importância do envolvimento e participação ampla da sociedade nas tomadas de decisão governamental; 2) mudanças nos conteúdos das decisões - indica que as políticas públicas devem ser direcionadas aos interesses e necessidades da população; 3) mudanças no processo de implementação das políticas - sugere mudanças que garantam políticas públicas efetivas, justas e democráticas; 4) mudanças nas agências públicas - aponta a necessidade de instituições governamentais transparentes, responsáveis e capazes de representar a diversidade social. Portanto, essas dimensões propostas por O'Donnell fornecem um arcabouço conceitual para avaliar e promover a democratização das políticas públicas em diferentes contextos políticos e sociais.

Por meio das políticas públicas, o Estado estabelece diretrizes, aloca recursos e define regulamentações para garantir a criação e preservação de espaços verdes nas cidades. A

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD indica “Estimular o desenvolvimento da silvicultura urbana para proporcionar aos estabelecimentos humanos urbanos, periurbanos e rurais com fins prazerosos, recreativos e produtivos e para proteger árvores e bosques” (CNUMAD, 1992, p. 113).

A relevância da CNUMAD se dá pelas discussões das questões ambientais urbanas na busca de soluções para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável. Como resultado, houve a adoção da Agenda 21, que reconhece a importância das AVUs como elementos-chave para promover a sustentabilidade nas cidades, onde destaca-se a necessidade de criar e preservar espaços verdes dentro das áreas urbanas, pois fornecem benefícios ambientais, sociais e econômicos, como é o caso dos parques urbanos.

A Agenda 21 é um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável das AVUs. Sendo assim, se tratando de áreas verdes, parques urbanos que também podem ser área de preservação, a Agenda 21 indica a criação de mecanismos “que preservem as áreas ameaçadas que tenham condição de proteger a flora e a fauna silvestres, conservar a diversidade biológica ou funcionar como parques nacionais” (ONU, 1992, p. 143).

Outra atividade é indicada pela Agenda 21 e de competência dos países, é a promoção de atividades de lazer e turismo ambientalmente saudáveis, se baseando na Declaração de Haia sobre o Turismo de 1989 e os programas atuais da Organização Mundial de Turismo e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, fazendo o uso adequado de espaços como museus, jardins zoológicos, jardins botânicos, parques nacionais, entre outras áreas protegidas (ONU, 1992).

Os parques urbanos são fundamentais na agenda de preservação das áreas verdes nas cidades. São espaços projetados para valorizar o ambiente urbano e promover a preservação da natureza. As políticas públicas são responsáveis por fomentar a criação de parques, jardins e espaços de convívio ao ar livre, assegurando seu planejamento adequado, infraestrutura e acessibilidade para todos.

No Brasil, as áreas naturais são preservadas por meio das UCs, definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), pela Lei Nacional Nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, como sendo:

I – unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

O SNUC estabelece as seguintes categorias de UCs: a) “VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”; b) “XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (Brasil, 2000).

A abordagem do SNUC busca preservar áreas de alto valor ecológico, minimizando a intervenção humana direta. Destaca-se a conservação ambiental com a utilização racional dos recursos naturais, garantindo o equilíbrio entre a preservação e o desenvolvimento sustentável. O SNUC é crucial na gestão e preservação das áreas naturais no Brasil, pois estabelece diretrizes na criação, implementação e manejo das UCs.

De acordo com o SNUC, as Unidades de Proteção Integral, como Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre, proíbem a visitação pública. Por outro lado, nos Parques, é permitido o turismo ecológico, com o uso direto ou indireto dos recursos, desde que esteja em conformidade com as condições e restrições estabelecidas pelo Plano de Manejo da unidade (Brasil, 2000).

As orientações estabelecidas pelo SNUC têm o propósito de assegurar a conservação e preservação dos ecossistemas em áreas protegidas, ao mesmo tempo em que viabilizam a prática do turismo sustentável e a apreciação da natureza. Isso é evidenciado nas UCs, que podem ser utilizadas para esses propósitos de maneira responsável, como ocorre em parques urbanos. Mazzei, Colesanti e Santos (2007) apresentam que as UCs em áreas urbanas têm uma dupla importância: a) fornecer opções para o turismo ecológico; b) desempenham um papel fundamental ao serem áreas verdes e espaços livres onde a urbanização muitas vezes limitou essas possibilidades.

Essas UCs preservam a natureza dentro do ambiente urbano, oferecendo um refúgio para a biodiversidade e proporcionando locais de recreação e contato com a natureza para os moradores das cidades. Os parques urbanos são exemplos de UCs, e atuam na melhoria da qualidade ambiental urbana, além disso, abrigam uma variedade de espécies de plantas e animais, cumprindo sua finalidade ecológica.

É fundamental destacar a finalidade ecológica das áreas verdes, que devem respeitar pelo menos 70% da área total preservada, sendo a vegetação o elemento central de sua composição paisagística. Essas áreas verdes, geralmente representadas por parques e jardins, desempenham um papel essencial na saúde ambiental e no equilíbrio ecológico das regiões urbanas (Mazzei; Colesanti; Santos, 2007).

Legalmente as áreas verdes fazem parte do parcelamento do solo urbano e são de propriedade municipal. O artigo 22 da Lei Nacional Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, diz que “passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo” (Brasil, 1979).

Essa disposição é comum em legislações urbanísticas e busca regulamentar a organização e o uso do solo urbano. Além disso, estabelece a responsabilidade municipal sobre a infraestrutura urbana e a qualidade de vida no ambiente urbano. O município exerce o controle e a gestão sobre as vias, praças, parques, entre outros elementos urbanos, promovendo um desenvolvimento ordenado e adequado às necessidades da população.

Outra disposição utilizada em legislações urbanas é a Lei Nacional Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da cidade, que estabelece em seu art. 26, a obrigatoriedade da aplicação dos recursos obtidos com a Outorga Onerosa com as seguintes finalidades: sobre áreas verdes: “V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários; VI – Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental” (Brasil, 2001).

De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 255, o poder público tem a responsabilidade de garantir a todos os brasileiros um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial para a preservação da qualidade de vida das atuais e futuras gerações (Brasil, 1988). Com base nesse princípio, o Governo Federal implementou o Programa Cidades+Verdes<sup>1</sup> no ano de 2021, como uma iniciativa nacional voltada para a gestão das AVUs. Para aprimorar a qualidade ambiental nas áreas urbanas, é fundamental fortalecer a gestão ambiental nos municípios.

No âmbito das AVUs, o conjunto de leis, programas governamentais e a própria Constituição Federal constitui um aparato legal que garante a existência desses espaços diante do desenvolvimento urbano. A Política Nacional de Meio Ambiente instituída pela Lei nº 6.938/1981, estabelece o zoneamento ambiental como um de seus instrumentos. O Estatuto da Cidade, regido pela Lei nº 10.257/2001, institui o zoneamento ambiental como um dos instrumentos de planejamento territorial municipal. Já o Código Florestal, estabelecido pela Lei nº 12.651/2012 define regras para a proteção e preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa, e em sua Seção III do Capítulo IV, aborda o "Regime de Proteção das Áreas Verdes Urbanas" (Brasil, 1981; 2001; 2012).

---

<sup>1</sup> Programa Cidades+Verdes. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/agenda-ambiental-urbana/%C3%A1reas-verdes-urbanas.html>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

Considerando esse conjunto de leis e instrumentos legais, reitera-se a importância do planejamento e implementação de diversos projetos práticos e ações concretas, visando resultados efetivos no aumento e aprimoramento da gestão das AVUs em todo o país. Essas medidas têm como objetivo beneficiar a população brasileira.

As leis e os instrumentos legais desempenham um papel fundamental na construção de paisagens urbanas com valores ambientais, estéticos e sustentáveis. No contexto ambiental, as leis estabelecem a proteção e conservação dos recursos naturais, como áreas verdes, parques, rios, lagos e ecossistemas naturais presentes nas cidades. No aspecto estético, contribuem para a criação de paisagens urbanas atraentes, na definição de áreas de interesse histórico, arquitetônico e cultural, além de padrões de qualidade e estética para as construções.

As AVUs são classificadas de acordo com os principais serviços ecossistêmicos que oferecem e sua relevância para os ambientes urbanos, sendo assim, cada categoria engloba diferentes tipologias (Quadro 1).

**Quadro 1** - Classificação das AVUs em categorias, tipologias e serviços

Categoria de AVUs	Tipologia de AVU	Principais serviços ecossistêmicos para o ambiente urbano
Sociocultural	Praça	Serviços Culturais
	Canteiro	
	Jardim Zoológico	
	Área Verde Institucional	
Socioambiental	Horto Florestal	Serviços Culturais
	Jardim Botânico	Serviços de Regulamentação
Econômica	Agricultura Urbana	Serviços de Provisão
		Serviços de Suporte
Ecológica	Parque	Serviços de Regulação
	Bosque	Serviços Culturais
	Áreas Protegidas Urbanas	Serviços de Suporte

Fonte: Programa cidades+verdes (2021). Adaptado pelo autor (2024).

Os parques urbanos são classificados na categoria ecológica, sendo definidos como espaços públicos de múltiplas finalidades localizados em áreas urbanas ou periurbanas. Esses parques possuem predominância de atributos naturais e cobertura vegetal, destinados à proteção e ao uso sustentável de serviços ecossistêmicos. Além disso, são utilizados para atividades de

socialização, lazer ativo e contemplativo, prática de esportes, bem como para atividades econômicas, recreativas e culturais da população. Também podem ser aproveitados para educação ambiental e pesquisa. Portanto, as AVUs atuam como amenidades da paisagem que contrastam com o concreto e as estruturas urbanas, promovendo benefícios ambientais, sociais e psicológicos.

A elaboração e implementação de leis é de grande importância para a preservação e desenvolvimento das AVUs, pois evidencia o compromisso dos governantes das cidades com a sustentabilidade ambiental. Além disso, a legislação pode contribuir para proteger esses espaços contra a pressão imobiliária desenfreada e assegurar que sejam acessíveis à toda população. Ao adotar e cumprir as leis relacionadas às áreas verdes, os governantes assumem uma postura proativa na promoção da qualidade de vida, na saúde pública e no equilíbrio ambiental, consolidando seu compromisso com o bem-estar dos habitantes.

Nesse contexto, o parque em estudo é resultado dessas políticas públicas voltadas para o estabelecimento de AVUs e UCs. O Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira destaca-se como um dos principais cartões postais de Campo Mourão e é reconhecido como uma UC, desempenhando um papel significativo na preservação da biodiversidade e na melhoria da qualidade de vida da população mourãoense.

### 3 METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O objetivo desta seção é apresentar os percursos metodológicos adotados na presente pesquisa, destacando as etapas essenciais que orientaram as investigações. Nesse sentido, o estudo foi conduzido pelo viés da interdisciplinaridade, refletindo também nas análises realizadas. As discussões presentes na seção teórica estão embasadas em autores das diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Economia, História e Políticas Públicas.

Para esta etapa da pesquisa, utilizou-se livros, capítulos de livros, dissertações e artigos científicos publicados em periódicos. A busca do referencial bibliográfico foi feita por meio das plataformas online *Google Acadêmico* e *SciELO*, com os seguintes descritores: “Paisagem”; “Valorização do espaço”; “Desvalorização do espaço”; “Qualidade de vida”; “Arquitetura”; “Conforto térmico”; “Áreas verdes”, entre outros.

Além disso, a pesquisa adota o método misto, com uma abordagem qualitativa e quantitativa. De acordo com Creswell (2007), a combinação dos métodos qualitativo e quantitativo também pode ser chamada de métodos mistos. Segundo o autor, essa abordagem oferece uma compreensão mais ampla e sólida do problema de pesquisa, diferente dos métodos isolados.

Tal abordagem leva em consideração a complexidade da paisagem, os diversos elementos do espaço que a compõe, a percepção objetiva ou subjetiva do observador e as funções atribuídas a paisagem. Do ponto de vista de Minayo (1993), dados qualitativos e quantitativos não se opõem, na realidade, eles se complementam, pela interação constante em que esses dados estão inseridos. Ratificando, Günther (2006) afirma que decorrente da natureza multifacetada de perguntas de pesquisa, comportam mais de um método, justificando as abordagens qualitativas e quantitativas.

Creswell (2007) indica os métodos mistos para coleta de dados qualitativos e quantitativos em um único estudo. Portanto, o método misto de abordagem quali-quantitativa para esta pesquisa se justifica pelo dinamismo e complexidade do desenvolvimento e valorização da região onde se localiza a paisagem em estudo, o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Essa abordagem também está presente no questionário aplicado, com questões que evidenciam as experiências e vivências dos moradores do entorno do parque em seus aspectos objetivos e subjetivos.

Nesse contexto, a abordagem qualitativa abrange o referencial teórico e as análises da contextualização histórica que precede a implementação do parque, passando por sua implementação, a evolução espaço-temporal da paisagem local e o desenvolvimento da malha urbana circundante.

Outra dimensão qualitativa deste estudo está presente no questionário aplicado aos residentes próximos ao parque e nas análises subsequentes dos resultados. O questionário inclui questões abertas que revelam as perspectivas e vivências diretas do público alvo com a paisagem do parque, evidenciadas pelas respostas obtidas. Essas questões tratam sobre a (des) valorização causada pela paisagem do parque na área circundante; características mais e menos atraentes da paisagem; desafios ou inconvenientes relacionados a paisagem; e possíveis melhorias no parque.

Já a abordagem quantitativa também está presente no questionário por meio das questões estruturadas e fechadas, estas, avaliam dados mensuráveis e objetivos. O questionário contempla questões que identificam dados sociodemográficos; graus de avaliação sobre a qualidade da paisagem, o conforto térmico, os valores estético, psicológico, econômico, histórico-cultural e ambiental-ecológico; graus de inconveniência; e a valorização urbana proporcionada pelo parque a nível municipal. Os gráficos originados dessas questões permitem analisar numericamente o fenômeno estudado e identificar padrões e variáveis, portanto, são dados quantificados e mensurados.

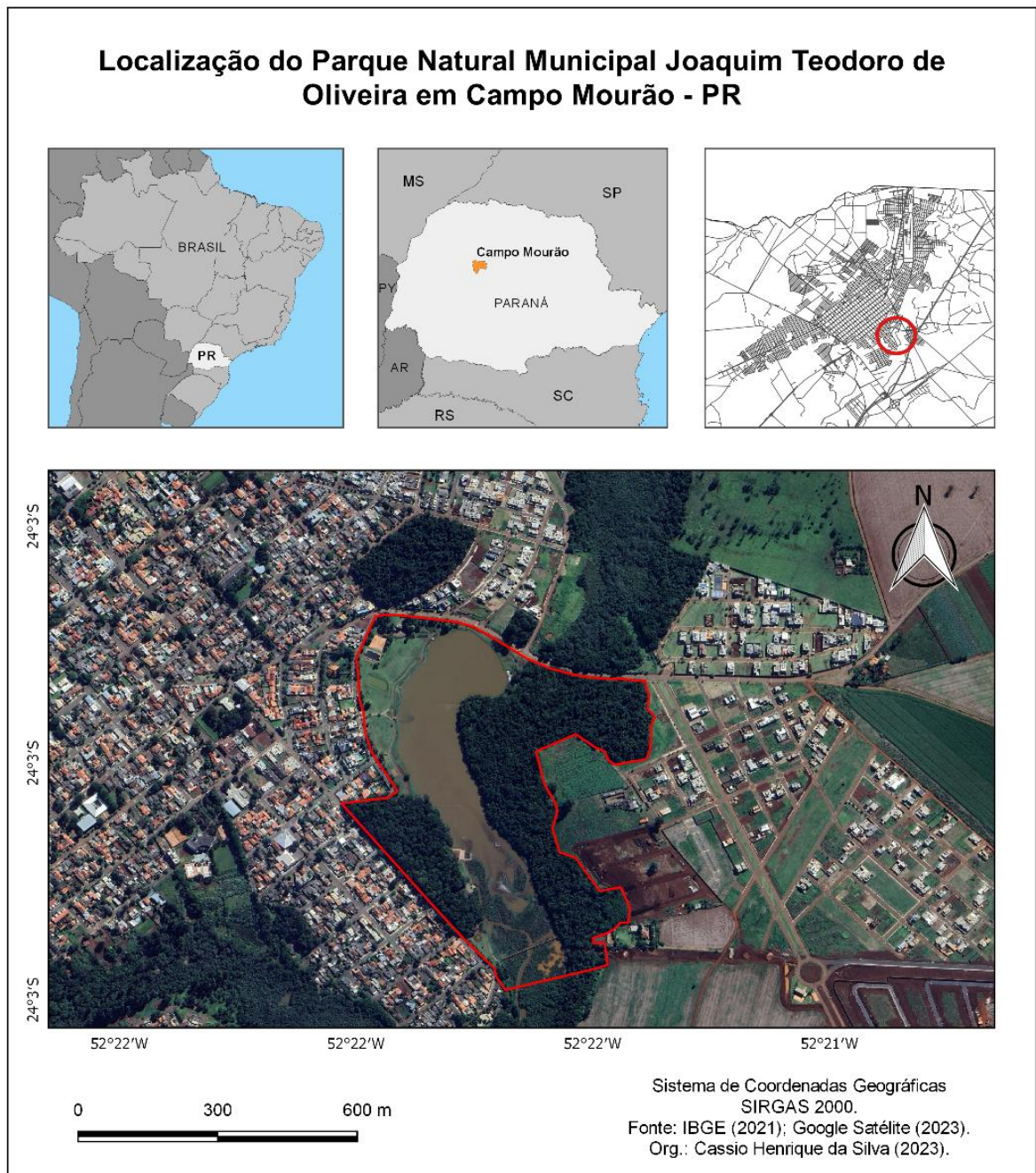
Dessa forma, os percursos metodológicos foram divididos em sete etapas. A primeira consiste na definição do tema de pesquisa e o recorte espacial da área de estudo: a paisagem do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira e seu entorno, em Campo Mourão, no Paraná. O estudo sobre paisagem urbana é uma temática de interesse desde a graduação, período em que me dediquei a uma pesquisa de Iniciação Científica sobre as alterações da paisagem no município de Campo Mourão e, ao observar as imagens históricas da cidade, notou-se que o setor onde o parque está situado passou por muitas transformações na paisagem, especialmente após a implementação do parque. Essas evidências despertaram o interesse em compreender esse processo dinâmico de desenvolvimento urbano relacionado a paisagem local ao longo do tempo.

O município de Campo Mourão está situado na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, a cerca de 500 km da capital, em coordenadas geográficas de 24°02'38" de Latitude Sul e 52°22'40" de Longitude Oeste. O Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, com uma área abrangente de 26.187.55 m<sup>2</sup> (Figura 1), está localizado a leste da área urbana de



Campo Mourão, no bairro Jardim Gutierrez, em coordenadas geográficas de 24°03'12" de Latitude Sul e 52°21'75" de Longitude Oeste.

**Figura 1** - Localização da área de estudo



**Fonte:** o autor (2023).

A escolha da área de estudo foi baseada em sua significância no contexto local, já que se trata de uma das paisagens mais relevantes da cidade, que oferece aos habitantes um ambiente propício para o lazer; a socialização; a prática de esportes ao ar livre, como a caminhada e

ginástica; a participação em eventos culturais, como apresentações musicais; além do contato com a natureza, que está diretamente ligado à qualidade de vida.

Além da significância local, a correlação entre as amenidades da paisagem e a valorização espacial em Campo Mourão emerge como um tema central de discussão nesta pesquisa. O parque se destaca como o principal ícone representativo desse debate complexo, cuja fundamentação teórica embasa a interpretação dos dados coletados e a discussão dos resultados. Além disso, o parque é considerado o cartão postal de Campo Mourão, é a principal amenidade da paisagem da cidade, configura-se como uma fonte rica de dados empíricos sobre valorização urbana e de relações dinâmicas entre moradores e a paisagem observada. A base teórica sobre aspectos objetivos e subjetivos da paisagem permeia toda a discussão dos resultados obtidos.

Além disso, o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira contempla um conjunto de características que agregam valor à área urbana circundante, influenciando as atividades tanto da esfera pública quanto privada, direcionando o uso e ocupação do solo urbano. A utilização do espaço urbano pode ser identificada tanto pelo setor imobiliário, que se beneficia da valorização gerada pelo parque, quanto pelos comerciantes locais, que criam estabelecimentos oferecendo serviços para uma clientela de elevado poder aquisitivo, como academia e restaurante com vista direta ou parcial para o parque.

Conforme evidenciado no mapa apresentado, a área circundante exibe setores urbanos consolidados e outros em estágio de desenvolvimento, incluindo loteamentos já demarcados. Esta é a tendência observada na região, indicando um crescimento contínuo no entorno do Parque. Portanto, a área encontra-se no foco de interesse dos setores público e privado.

A segunda etapa foi a formulação do problema de pesquisa; a justificativa; o objetivo geral e os específicos; e a elaboração de questões problemas a serem respondidas. A formulação do problema de pesquisa ajudou a delimitar o escopo da investigação. A justificativa foi fundamentada na importância do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira como a principal paisagem urbana de Campo Mourão. Já os objetivos (geral e específicos) e as questões problema estão atrelados às seções da dissertação, direcionando as discussões e a elaboração das perguntas presentes no questionário, instrumento utilizado no trabalho de campo.

Na terceira etapa foi realizada a elaboração dos mapas e quadros de imagens históricas apresentados na pesquisa. Para essa etapa, vários procedimentos foram realizados no *software* Qgis, resultando em mapas e quadros imagens da área de estudo. Esses procedimentos abrangem uma quantidade significativa de etapas, o que justifica a necessidade de uma

descrição mais detalhada, presente na subseção “3.1 Procedimentos cartográficos: Mapeamento das alterações da paisagem”.

Na quarta etapa foi realizada a elaboração do questionário, este, pautado nos objetivos da pesquisa, visando fornecer respostas às questões problema. Sendo assim, o questionário contempla perguntas específicas alinhadas à base teórica e contempla um total de 34 questões, sendo 23 fechadas e 11 abertas. A inclusão de questões abertas e fechadas em um questionário é crucial para obter uma compreensão abrangente e precisa, permitindo a coleta de dados quantitativos e qualitativos, enriquecendo a análise sobre o tema em questão.

O questionário foi dividido em duas seções: a primeira explora variáveis relacionadas aos dados sociodemográficos da população, incluindo idade, gênero, nível de escolaridade, profissão, renda familiar, recebimento de benefícios do governo; localização da residência e a distância em metros até o parque, número de pessoas na mesma residência, tempo de residência na casa, e se a residência é própria, alugada ou cedida para uso.

A segunda seção do questionário trata de perspectivas mais subjetivas em relação à paisagem. As questões estão direcionadas a saber se a residência tem vista direta para o parque, se os moradores apreciam viver nas proximidades do parque, se o parque é o fator decisivo na escolha de morar nessa região, a frequência de uso do parque, as atividades realizadas no local, os horários de utilização do parque e os motivos por trás dessas escolhas. Ademais, graus de satisfação em relação à qualidade da paisagem, características do parque que são mais e menos atraentes, aspectos relacionados ao conforto térmico, valor estético, valor psicológico, valor econômico, valor histórico-cultural e valor ambiental-ecológico.

Já a quinta etapa foi a realização do trabalho de campo com aplicação do questionário, levantamento da estrutura do parque e fotografias da paisagem interna e externa do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Essa etapa inclui alguns detalhes que requer maior detalhamento, portanto, foi necessário criar a subseção “3.2 Trabalho de campo e coleta de dados: Aplicação de questionários”.

A sexta etapa consistiu na tabulação dos dados obtidos pelo questionário aplicado. Nessa etapa, as respostas registradas diretamente na plataforma *online Google Forms* foram baixadas e extraídas em um arquivo compatível com o *software Excel*, em formato “.xlsx”, visando sua otimização e preparação para serem utilizados na pesquisa. Essa etapa de refinamento no *Excel* permitiu aprimorar a apresentação visual dos dados por meio de um conjunto de gráficos agrupados, garantindo clareza e precisão na comunicação das informações.

Os dados inseridos no *Excel* foram organizados em abas e correlacionados de acordo com as análises realizadas. Para facilitar a organização nas tabelas, utilizou-se a classificação

de A a Z, resultando em uma tabela categorizada, facilitando a correlação das informações em uma única tabela com os dados agrupados. Alguns agrupamentos de dados foram realizados manualmente, por causa da complexidade das fórmulas do *software* utilizado, outros foram realizados com a fórmula “=SOMA (\*:\*)” na categorização das informações nas tabelas. Posteriormente, os gráficos foram elaborados e ajustados esteticamente para que seguissem um padrão.

A sétima e última etapa foi a análise dos dados coletados, com as informações provenientes das questões fechadas abordadas com tratamento estatístico simples, enquanto as respostas às questões abertas foram submetidas a uma análise de conteúdo, organizadas em quadros. Como parte da análise, os resultados da pesquisa foram analisados à luz da teoria da complexidade de Edgar Morin. Para isso, considera-se a complexidade dos fenômenos sociais, culturais e políticos, dentro da perspectiva da paisagem urbana. De acordo com Morin (2005), o pensamento complexo reconhece a interdependência e interconexão entre diversos elementos. O autor considera que a complexidade está na relação dos objetos e/ou fenômenos e o observador que os analisa. Além disso, a complexidade deve ser considerada como um todo, levando em consideração as múltiplas dimensões e interações dos elementos envolvidos. Nesse sentido, a análise da paisagem se concentra na compreensão da complexidade do espaço, das relações sociais, econômicas e políticas intrínsecas à existência de determinadas paisagens urbanas.

### **3.1 Procedimentos cartográficos: mapeamento das alterações da paisagem**

A quarta seção traz uma representação cartográfica com cartas imagens no decorrer dos anos da região onde o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira se localiza. Adicionalmente aos mapas, a seção apresenta um levantamento bibliográfico e documental utilizando dados históricos do município de Campo Mourão. Foram analisadas informações sobre a ocupação da região, desde sua elevação à categoria de município, a história da cidade, as motivações que impulsionaram seu crescimento e a expansão da malha urbana ao longo do tempo. Essa investigação se baseou em livros, capítulos de livros, artigos científicos, documentos oficiais e notícias de jornais publicados sobre a cidade, a fim de obter uma compreensão abrangente dos aspectos históricos e urbanísticos que moldaram a área de estudo até o momento presente.

A seção apresenta um conjunto de cartas imagens históricas, e para a elaboração dessas, utilizou-se o software QGIS, um programa de Sistema de Informação Geográfica (SIG) de

código aberto e gratuito e que permite a visualização, análise e manipulação de dados geoespaciais, incluindo mapas, imagens de satélite e dados cartográficos.

Para iniciar as comparações das imagens históricas, a primeira carta imagem elaborada é de 1980 e 2023. A imagem de aerolevante datada de 1980 foi obtida no site do ITCG, posteriormente, baixada e georreferenciada no *software* QGIS. O processo de georreferenciamento utiliza pontos de referência comuns entre as imagens históricas e as atuais, totalizando cerca de 30 pontos para garantir maior precisão na correspondência entre a imagem antiga e a atual. Após a conclusão do georreferenciamento, foi elaborado o *layout* da carta comparativa, destacando a evolução da paisagem da área entre 1980 e 2023.

As cartas imagens subsequentes foram elaboradas a partir de imagens do Google Satélite datadas de 2003, 2010, 2012, 2013, 2016, 2020 e 2023. O Google Satélite oferece uma ferramenta que permite explorar imagens históricas capturadas por satélites, disponível no aplicativo. Estas imagens foram georreferenciadas, utilizando cerca de 15 pontos de referência/controle, uma quantidade ligeiramente menor em comparação com a imagem de 1980. Isso se deve ao fato de que, apesar das mudanças na paisagem ocorridas entre 2003 e o presente, há muitos pontos que permaneceram inalterados ou com pouca alteração. Posteriormente, foram elaboradas cartas de imagens comparativas, as quais revelam as mudanças na paisagem circundante ao Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.

### *3.1.1 Trabalho de campo e coleta de dados: Aplicação de questionários*

O trabalho de campo é parte fundamental na pesquisa científica sobre paisagem, pois permite a imersão direta do pesquisador na paisagem em estudo. Ao observar a paisagem *in loco*, é possível observar detalhes da morfologia, os elementos que a compõem, aspectos culturais, sociais, físicos e biológicos, especificidades que muitas vezes não são capturadas por meios de análises de dados remotos.

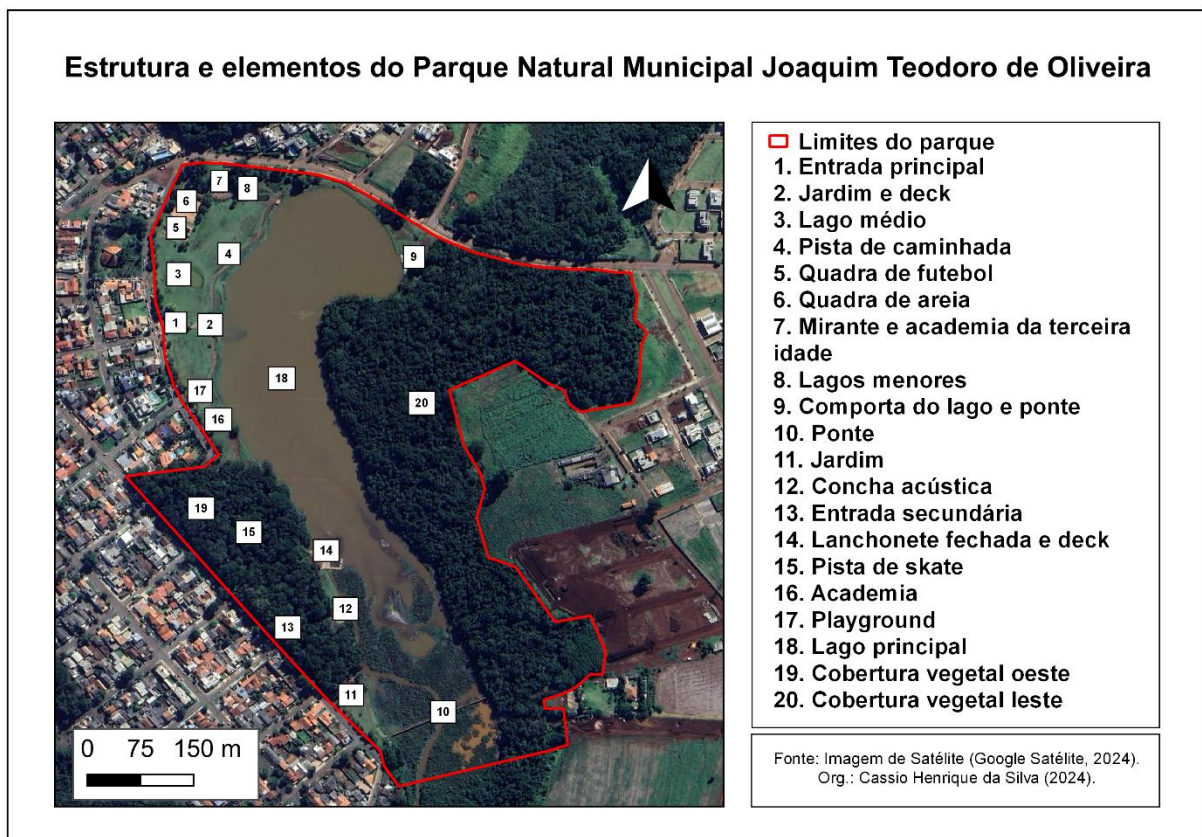
Além disso, permite a coleta de informações sensoriais, como a percepção visual e auditiva, essenciais para compreender as dinâmicas e complexidade da paisagem. Neste estudo em específico, o trabalho de campo também proporcionou o contato direto com o público alvo, moradores circunvizinhos ao parque.

Sendo assim, os trabalhos de campo foram conduzidos durante o mês de janeiro e fevereiro de 2024, em diversos dias, durante os períodos da manhã e tarde. Os estudos foram divididos em duas etapas: 1) Levantamento da estrutura e elementos da paisagem do parque, com análise de imagens de satélite e observações *in loco*, identificando também os diferentes

tipos de usos do parque pelos cidadãos; 2) Aplicação dos questionários com os moradores da região.

A primeira etapa foi a caracterização da paisagem em estudo, com coleta das informações sobre a estrutura e os elementos da paisagem e ocorreu em duas etapas: a primeira, constituiu na identificação dos limites do parque por meio de imagem de satélite; e a segunda, com a visita ao próprio parque e obtenção de fotografias (Figura 2).

**Figura 2** - Estrutura local da área de estudo



**Fonte:** o autor (2024).

O levantamento de dados foi realizado por meio da inspeção visual do parque e, para isso, foi realizado todo o percurso da pista de caminhada (mil metros), o percurso pelo gramado e pelas trilhas do parque, observando, fotografando e anotando os equipamentos e elementos percebidos. No total, vinte equipamentos e elementos da paisagem do parque foram identificados, e configuram como os mais relevantes para a pesquisa.

A partir da estrutura física foi possível identificar as possibilidades de uso do parque. Desse modo, as observações realizadas evidenciaram os seguintes tipos de uso: 1) atividades recreativas: as crianças brincam no playground, as pessoas contemplam a natureza, a vegetação,

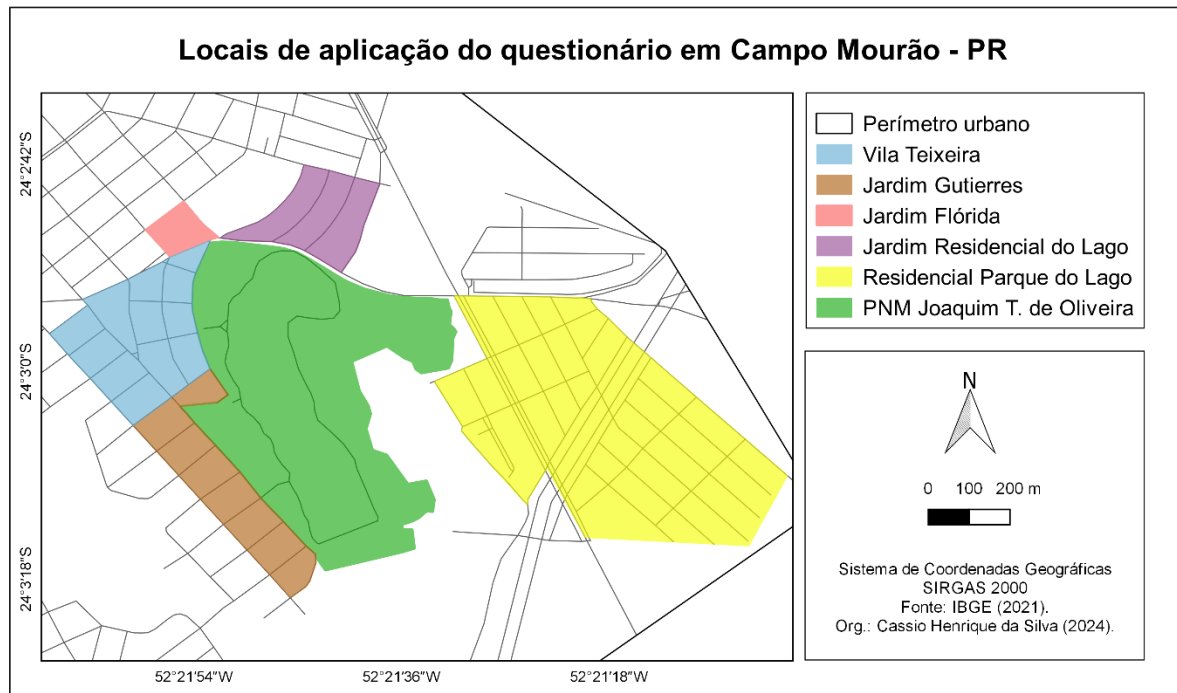
os lagos e os animais silvestres; 2) atividades esportivas: grupos de pessoas utilizam a quadra de futebol, a quadra de areia e a pista de *skate*; 3) eventos culturais: *shows* musicais na concha acústica, festival de verão com atrações musicais e esportivas; 4) socialização: piqueniques, grupos de amigos e familiares desfrutando o dia no parque; 5) Leitura e estudo: pessoas realizando leituras, grupos de jovens estudantes da rede básica ou universitários em aula de campo; 6) descanso e relaxamento: pessoas apenas apreciando a paisagem, sentadas nos bancos e gramados.

Esse levantamento é essencial para a adequação do questionário aplicado, o qual contempla questões sobre as atividades praticadas no parque, a qualidade da paisagem, os aspectos mais e menos atraentes do parque e em quais aspectos o parque pode melhorar. Esses são alguns dos questionamentos presentes no questionário e que nas análises estão relacionados à estrutura do parque, os elementos da paisagem e os padrões de uso da população circundante.

A segunda etapa do trabalho de campo foi a aplicação do questionário, conduzido na área circundante ao Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, em Campo Mourão/PR, nos bairros Jardim Gutierrez, Vila Teixeira, Jardim Flórida, Jardim Residencial do Lago e Residencial Parque do Lago. A seleção dos participantes para este estudo foi estrategicamente direcionada aos moradores do entorno do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. A escolha desses participantes foi fundamentada na relevância de compreender a percepção e interação da comunidade local com a paisagem em estudo. Ao envolver os residentes das proximidades do parque, busca-se capturar as experiências vividas e as perspectivas dos indivíduos que compartilham uma conexão direta com essa paisagem e os valores que produz.

O perímetro de amostragem foi determinado com base na proximidade das residências em relação ao parque, limitando-se a um raio máximo de quatro quadras – 400 metros a oeste do parque. A leste, a aplicação do questionário abrange uma área maior, pois o bairro é relativamente novo, dessa forma, existem muitos vazios urbanos entre as residências. A escolha dessa delimitação visou garantir uma amostra representativa da comunidade circundante (Figura 3).

**Figura 3** - Distribuição dos bairros incluídos no trabalho de campo



**Fonte:** o autor (2024).

O tipo de amostragem da pesquisa é por acessibilidade ou conveniência, considerada menos rigorosa e destituída da meticulosidade estatística, muito utilizada em estudos exploratórios ou qualitativos. Quando não requeridos altos níveis de precisão, “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (Gil, 2008, p. 94).

Nesse sentido, a quantidade de questionários aplicados foi fixada em 80, quando as respostas começaram a se repetir. Nesse caso, de acordo com Gil (2002, p. 139) “O procedimento mais adequado para esse fim consiste no adcionamento progressivo de novos casos, até o instante em que se alcança a “saturação teórica”, isto é, quando o incremento de novas observações não conduz o aumento significativo de informações”.

A aplicação do questionário ocorreu entre os meses de janeiro e fevereiro de 2024 e, para alcançar o quantitativo de 80 respondentes, foram necessárias cinco visitas, conduzidas em diferentes períodos do dia, de segunda-feira à sábado, assegurando uma representação abrangente e variada das respostas obtidas. O questionário foi preenchido *online* via *Google Forms*, onde o pesquisador mesmo fez a aplicação e o preenchimento das informações. Para maximizar a eficácia da coleta de dados, foi realizada uma revisão prévia do questionário antes de sair à campo.



A abordagem presencial nessa pesquisa é essencial, devido à baixa adesão à participação *online*. Entretanto, alguns formulários foram preenchidos *online*, divulgados digitalmente para os residentes da área de estudo. Durante o processo de coleta de dados, foi assegurada a confiabilidade por meio da utilização de um crachá identificador do pesquisador. Esse crachá continha uma foto de rosto, o nome completo, a universidade e o programa ao qual a pesquisa está vinculada. Simultaneamente, para garantir a validade das informações obtidas, foi estabelecida uma comunicação efetiva com os participantes, garantindo a compreensão do propósito da pesquisa. Esse procedimento contribuiu para a obtenção de respostas reflexivas e significativas.

Na aplicação do questionário, o procedimento consistiu em abordar cada residência individualmente, indagando se os moradores estavam dispostos a participar da pesquisa de forma voluntária e, antes de responderem o questionário, foi lido e assinado o TLCE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Os residentes que optaram por não responder o questionário deram como justificativa a falta de disponibilidade no momento, portanto, foram dispensados e a abordagem foi direcionada para outra residência. Para os moradores que concordaram em participar da pesquisa, foi apresentada uma explicação detalhada sobre o tema de estudo, com a informação de que a participação demandaria aproximadamente 10 minutos.

Além disso, enfatizou-se que, a privacidade dos participantes seria estritamente respeitada, não sendo coletadas informações que pudessem identificá-los, como nome e número de documentos. Os participantes também foram informados de que, caso decidissem interromper a resposta à pesquisa, essa decisão seria respeitada, contudo, não houve desistências.

#### **4 DE PAISAGEM PERIFÉRICA À ESPAÇO SUPERVALORIZADO: PARQUE NATURAL MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE OLIVEIRA COMO ELEMENTO TRANSFORMADOR DO ESPAÇO URBANO**

A transição de uma paisagem periférica para um espaço supervalorizado é um fenômeno observado em diversas áreas urbanas ao redor do mundo. Nesse sentido, muitas regiões periféricas têm passado por um processo de transformação e valorização, impulsionado por diferentes fatores, como investimentos em infraestrutura, revitalização urbana e mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas.

Essas transformações muitas vezes resultam em um aumento significativo nos preços dos imóveis, o surgimento de empreendimentos comerciais e residenciais de luxo, além de uma maior atenção por parte do poder público e da iniciativa privada. No entanto, essa valorização nem sempre ocorre de forma igualitária, podendo levar a processos de exclusão social. Além disso, a valorização imobiliária não se processa sozinha, muitas vezes ela decorre de uma valorização prévia do espaço, considerando outras dimensões, tais como a ambiental, a estética, arquitetônica, cultural, dentre outras.

Nesse contexto, esta seção tem como objetivo investigar os processos de transformação da paisagem no uso e ocupação do solo urbano no entorno do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira de sua constituição à atualidade e suas correlações com a produção do espaço urbano de Campo Mourão. A primeira subseção contempla quadros imagens históricas que evidenciam as evoluções da malha urbana na região do parque, registrando a expansão urbana espaço temporal e as novas paisagens. Esses quadros imagens trazem uma abordagem comparativa que permite visualizar as diferenças e semelhanças entre os diferentes períodos analisados. Portanto, é possível identificar e mapear as mudanças no espaço urbano.

##### **4.1 O parque e a expansão urbana: cartografia das transformações históricas e a construção de novas espacialidades**

À medida que as cidades crescem e se desenvolvem, a expansão urbana se torna um fenômeno presente em todo o mundo, e caracteriza um processo marcado pela incorporação de áreas adjacentes e a construção de novas infraestruturas. Dentre as causas da expansão urbana está o crescimento populacional e a busca por oportunidades econômicas.

Nesse sentido, a expansão urbana e o desenvolvimento territorial são processos interligados que transformam a área urbana. Sobre desenvolvimento territorial, dentre as diversas abordagens do conceito, Raffestin (1993) aponta que o espaço e o território não são termos equivalentes, sendo o espaço anterior ao território. O território é formado a partir do espaço, por meio das relações de poder e dominação, resultado de uma ação conduzida por um ator, que ao se apropriar de um espaço, de forma concreta ou abstrata, territorializa o espaço.

A relação entre o espaço e o território é dinâmica, sendo que o território deriva da construção e da ação humana no espaço, mediada por relações de poder e interesses de atores e agentes. Para existir um território, é necessário um ator que conduza essa ação, em um processo que envolve a apropriação do espaço e que resulta na territorialização.

Ainda sobre território, Saquet (2018) faz as seguintes considerações: 1) o território é apropriado, dominado, envolve redes, conteúdo político e econômico; 2) produzido em diferentes escalas, tem um significado relacional, uma complexa trama territorial trans e multiescalar; 3) produzido pelas territorialidades por meio de um processo histórico de relações de poder, nas redes e nas identidades culturais (Saquet, 2018; Dallabrida *et al.*, 2021).

Assim, o processo de produção do território é influenciado por uma multiplicidade de fatores e agentes que estão interligados. Entre os agentes estão os indivíduos, comunidades, empresas, governos e diversas outras entidades. A configuração do território ocorre por meio de uma série de eventos ao longo do tempo, com redes complexas de relações sociais, culturais, econômicas e políticas, que ultrapassa os limites geográficos.

Em seguida, encontra-se a abordagem territorial do desenvolvimento, que abrange uma vasta abordagem em diferentes ciências. Dallabrida *et al.* (2021) indicam que a categoria desenvolvimento territorial trata-se de um avanço na compreensão sobre desenvolvimento. Destaca que o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e aumento de produtividade macroeconômica, mas se trata do acesso a formas sociais que estimulam a criatividade humana e aspirações coletivas (Furtado, 2004; Dallabrida *et al.*, 2021).

O desenvolvimento econômico e a qualidade de vida são dois aspectos interligados e fundamentais para o progresso de uma sociedade. Entretanto, é fundamental compreender que o desenvolvimento econômico não é um indicador da qualidade de vida de uma população. A qualidade de vida envolve aspectos multidimensionais, como acesso a serviços básicos, educação de qualidade, saúde, segurança, meio ambiente saudável e bem-estar físico e emocional.

Conforme as reflexões de Furtado (2004), o crescimento econômico tende a preservar os privilégios das elites que buscam a modernização, enquanto o verdadeiro desenvolvimento

é marcado por um projeto social subjacente. Segundo o autor, o crescimento se transforma em desenvolvimento quando há uma prioridade no aprimoramento das condições de vida da população (Furtado, 2004; Dallabrida *et al.*, 2021).

Portanto, é necessário um enfoque mais amplo que considere o desenvolvimento sustentável, a equidade social e a promoção de políticas públicas inclusivas, para garantir que o crescimento econômico seja acompanhado de melhorias efetivas na qualidade de vida da população. Nessa perspectiva, os parques urbanos estão intrinsecamente relacionados a essas afirmações, por agregar o desenvolvimento econômico, pela valorização dos locais onde são implantados, beneficiando, por exemplo, o setor imobiliário, e também por impulsionar significativamente a qualidade de vida e o bem-estar da população urbana, proporcionando espaços de convivência, lazer e contato com a natureza, essenciais para uma cidade sustentável.

Denardin (2016) elenca dois pilares do desenvolvimento territorial: 1) os recursos territoriais, que são elementos a serem explorados, organizados e revelados, podendo ser genéricos ou específicos; 2) os atores envolvidos (privados, públicos e associativos) com diferentes formas de coordenação, buscando solucionar os desafios produtivos inerentes ao território.

A criação de parques urbanos é resultado de uma colaboração entre diferentes atores, como o poder público, órgãos ambientais, urbanistas, arquitetos paisagistas e a sociedade civil. A atuação conjunta desses atores é fundamental para garantir o planejamento adequado, a preservação ambiental e a promoção do bem-estar da comunidade nas AVUs.

O parque urbano como elemento da paisagem pode contribuir para o desenvolvimento territorial de uma localidade ao torná-la mais atraente. A atratividade está relacionada à qualidade de vida, para os residentes da área circundante, mas também para os visitantes. A localidade passa a ser desejada para morar, visitar e até mesmo trabalhar, atraindo pessoas e investimentos.

A presença de parques urbanos contribui para o desenvolvimento territorial por meio da valorização imobiliária, melhoria das condições e da qualidade ambiental, estímulo à atividade física e promoção da saúde, atração turística e fortalecimento da identidade e coesão social. Portanto, ao investir na construção de paisagens com apelo ambiental e com oferta de atividades diferenciadas para a população, o poder público estará promovendo também o desenvolvimento territorial.

Para Saquet (2018), o desenvolvimento territorial deve atender as necessidades fisiológicas e antropológicas, nas práticas cotidianas, orientadas e concretizadas para a

reprodução da vida, considerando a pluralidade de todas as matizes, religiões e etnias. Dallabrida *et al.* (2021) concluem que o desenvolvimento é territorializado, considera o contexto histórico e deve atender a pluralidade de interesses no território, compreendendo as múltiplas dimensões: ambiental, social, cultural, econômica, política, entre outras. Portanto, compreende-se que alterações no espaço urbano e construções de espaços específicos, podem agir como indutoras ou inibidoras do desenvolvimento territorial.

O processo de expansão urbana dialoga com o desenvolvimento territorial, por suas características variadas. Conforme Brito e Souza (2005), a expansão urbana no Brasil é relativamente recente, com início a partir de 1930, e percorreu os caminhos das mudanças estruturais na economia e na sociedade. Mas, é somente em 1970 que os dados censitários demonstram uma população urbana maior em relação à população rural.

Entre 1930 e 1970, há uma aceleração do processo de urbanização no Brasil, indicando uma mudança no perfil da população urbana. A expansão urbana durante esse período está relacionada às mudanças sociais e econômicas do país, exemplificadas pelo avanço da industrialização e pela mecanização agrícola, que, por sua vez, provocou o êxodo rural. Tais fatores influenciaram diretamente a dinâmica do desenvolvimento territorial ao longo das décadas, definindo não apenas a distribuição populacional, mas também a configuração e a estrutura das áreas urbanas e rurais.

Sobre a expansão urbana, Japiassú e Lins (2014) elucidam que as cidades passam por esse processo, em maior ou menor intensidade, mas que sempre resulta em crescimento, e pode ser analisado por diversas perspectivas, sendo uma delas o aspecto demográfico. Outra perspectiva, seria pelo aspecto territorial, com a ampliação da malha urbana da cidade (território físico), especialmente pela expansão das áreas periféricas.

A expansão para as áreas periféricas muitas vezes está associada a questões como o acesso à moradia, infraestrutura, serviços públicos e oportunidades de emprego. Além disso, essa dinâmica territorial pode influenciar a distribuição de recursos, a segregação socioespacial e o desenvolvimento em diferentes partes da cidade. Limond (2007) afirma que o crescimento da malha urbana na periferia se dá através das distintas formas de expansão e extensificação para além dos limites da cidade. Como por exemplo, com a área rural agregada à área urbana, na delimitação de novos loteamentos. O parcelamento do solo para fins habitacionais resulta em um padrão periférico de crescimento urbano (Costa, 2005 *apud* Japiassú; Lins, 2014).

Desta forma, a paisagem passa por transformações significativas, e os elementos do meio rural são substituídos por elementos urbanos, com novas funções e composições. Existe

uma tendência de implementação de parques urbanos em regiões periféricas, com áreas rurais sendo incorporadas à malha urbana, como é o caso do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira em Campo Mourão – PR. Os parques localizados em regiões periféricas compensam a escassez de espaços verdes no centro das cidades e transformam a paisagem local.

Retornando ao passado da área de estudo, o povoamento da região de Campo Mourão teve lugar na virada do século XIX, quando um grupo de expedicionários originários de Guarapuava chegou à região com o objetivo de estabelecer a atividade de criação de gado bovino (Veiga, 1999; Simionato, 2008). Os guarapuavanos implementaram um plano estratégico para colonizar as vastas terras de Campos do Mourão, uma iniciativa que buscou não apenas a ocupação física do território, mas também a organização e o desenvolvimento da região.

Conforme o Plano Diretor Municipal (2007), a consolidação da estrutura urbana de Campo Mourão teve lugar em 1939, quando o processo de povoamento se intensificou com o início dos serviços de colonização pelo Governo do Estado do Paraná em terras municipais. Na época, o distrito contava com 11.694 habitantes. No dia 6 de outubro de 1940, foram lançadas as bases definitivas do patrimônio de Campo Mourão, marcando a delimitação de sua primeira área urbana. Foi nesse período que o povoamento efetivo da região teve início, tanto na área urbana quanto no interior do distrito, pois o Estado começou a realizar mediações e venda de terras (Simionato, 2008).

O período entre 1939 e 1940 estabeleceu os fundamentos físicos do patrimônio de Campo Mourão, mas também foi um momento que sinalizou o início de um processo de ocupação organizado e de desenvolvimento. Esse marco histórico contribuiu para a configuração inicial das comunidades urbanas e rurais, moldando as bases para o desenvolvimento e crescimento ao longo do tempo.

Em 30 de novembro de 1944, foram estabelecidas as bases definitivas do Patrimônio do Distrito de Campo Mourão por meio do mapeamento da área localizada no centro geográfico entre os rios km123 e do Campo. Nesse processo, foram demarcados os primeiros quarteirões do futuro núcleo urbano, onde atualmente se encontram a praça Getúlio Vargas, a Estação da Luz, o Colégio Vicentino Santa Cruz e a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão (ACICAM). Esses marcos foram definidos no processo assinado pelo inspetor Sady Silva em 17 de agosto de 1945 (Santos Junior, 2018).

De acordo com Bovo e Conrado (2012), a partir de sua emancipação político-administrativa em 10 de outubro de 1947, Campo Mourão/PR experimentou um notável

crescimento, graças aos esforços de um grupo de indivíduos que acreditaram na possibilidade de criar uma cidade em uma área que antes era coberta por campos verdejantes de mata nativa. Naquela época, o Paraná não apresentava ainda uma rede urbana significativa, mas a partir da década de 1970, houve um intenso desenvolvimento na área urbana.

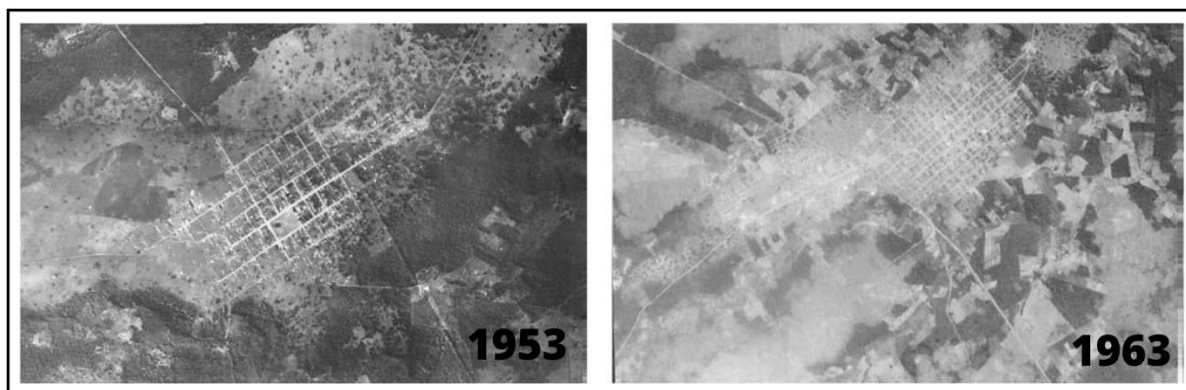
No ano de 1950, o município de Campo Mourão contava com uma população de 32.948 habitantes. A partir desse período, a região testemunhou uma ampla e rápida projeção em seu desenvolvimento, com a chegada de pessoas oriundas de diferentes partes do país, trazendo consigo uma variedade de hábitos e costumes. Muitos chegaram em busca de oportunidades de trabalho nas lavouras, enquanto outros buscavam iniciar novas atividades na cidade recém-estabelecida (Simionato, 2008). Já em 1953, de acordo com o Plano Municipal Diretor (2007), evidenciava-se a abertura das principais vias que atualmente compõem o centro da cidade de Campo Mourão.

Campo Mourão no decorrer de sua história foi construída com a contribuição de migrantes provenientes de diversas partes do país e do mundo, formando uma comunidade rica em diversidade cultural. A presença de migrantes de diferentes regiões do Brasil não apenas enriqueceu a cidade com uma variedade de experiências e tradições, mas também fundamentou a pluralidade de hábitos e costumes que caracterizam a vida em Campo Mourão.

A cidade registrou um crescimento significativo com a aprovação de novos loteamentos. O primeiro loteamento aprovado foi na quadra 125<sup>a</sup>, pertencente a João Cassiano de Paula, em 9 de dezembro de 1955. No mesmo dia, foi aprovado o loteamento Jardim São Pedro, de propriedade de Alcindo Ferreira Toledo (Santos Junior, 2018). O Plano Diretor Municipal (2007) indica que durante a década de 1950, ocorreu a adição de três novos loteamentos, que foram o Jardim São Sebastião, Vila Urupês e Jardim Lar Paraná. Esses loteamentos se estenderam pela malha urbana existente, atravessando a BR-487. Neste momento, a expansão urbana ainda não havia avançado em direção à localidade onde futuramente seria implantado o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.

Já na década de 1960, surgiram loteamentos mais distantes, tais como o Jardim Santa Cruz, Jardim Nossa Senhora Aparecida, Jardim Bandeirantes, Jardim Pio XII e Vila Cândida, conforme observado (Figura 4). Nesta década, o avanço da malha urbana se configurou no sentido sudoeste – nordeste, expandindo-se no interflúvio entre os rios do Campo e Km119, mas ainda estava distante do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Olivera situado a sudeste.

**Figura 4** - Malha urbana de Campo Mourão (1953 e 1963)



**Fonte:** Plano Diretor Municipal (2007).

A política imigratória implementada pelo governador Moysés Lupion (1947/1951) e seu sucessor Bento Munhoz da Rocha Netto (1951/1955) visava a ocupação plena do território paranaense e atraiu milhares de pessoas de diferentes partes do mundo. Em Campo Mourão, essa política começou a atrair os primeiros imigrantes japoneses a partir de 1949. O pioneiro foi Kame-Iti Nakayama, o primeiro agricultor japonês a se estabelecer em Campo Mourão em 1951 (Santos Junior, 2018).

A presença de imigrantes japoneses e de outras partes do mundo em Campo Mourão faz parte do processo histórico de desenvolvimento da cidade. Esses imigrantes contribuíram com suas habilidades agrícolas, práticas sustentáveis e na diversificação econômica da região. Outro aspecto forte e importante a ser citado é o intercâmbio cultural, que enriqueceu a comunidade local ao introduzir novas tradições. Esses são alguns dos fatores que consolidam Campo Mourão e sua identidade única.

Ainda sobre a expansão urbana e a criação de novos loteamentos, Santos Junior (2018) indica que no ano de 1964, os limites territoriais do Jardim Lar Paraná foram incorporados ao perímetro urbano da cidade. A edição de 17 de março de 1963 do jornal “O Piquirivai” enfatizou Campo Mourão como uma das cidades mais progressistas do Paraná. Alguns fatores responsáveis por esse progresso: instalação de iluminação a vapor de sódio nas avenidas principais; construções em alvenaria; pavimentação e construção de sistema de drenagem pluvial; inauguração do cinema; conclusão da Catedral; expansão de hospitais; novo prédio da rodoviária; implantação de serviços de crédito; entre outros.

Além disso, entre os anos de 1963 e 1967, foi construído o primeiro conjunto habitacional composto por casas de alvenaria nas proximidades do Jardim Lar Paraná e fazia parte de um plano de desenvolvimento de um "centro industrial", visando aproximar a mão de obra dos locais de emprego. Em 1969, o perímetro urbano da cidade expandiu-se com o



surgimento dos seguintes jardins: Pio XII, Flórida, Aeroporto, Brasília, Horizonte, Nilce, Curitiba, Bandeirantes e Isabel. Até então a cidade não havia expandido em direção à localidade na qual seria implantado o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.

De acordo com o Plano Diretor Municipal (2007), no ano de 1970, o IBGE registrou uma população de 26.569 habitantes na cidade de Campo Mourão. Durante essa década, observou-se uma expansão da malha urbana nas áreas próximas ao aeroporto e ao rio do Campo, entre o Jardim Bandeirantes e o rio Km 119. Além disso, houve um crescimento ao sul, entre o núcleo inicial da cidade e o rio do Campo, juntamente com o surgimento de alguns loteamentos ao norte, nas proximidades do rio Km 119, dispersos próximos à saída para Araruna (rodovia 558), e também próximos ao Jardim Pio XII. É importante ressaltar que por muito tempo, a expansão da malha urbana teve como limitante o rio do Campo e o rio Km 119, dois rios que margeiam a cidade.

Santos Junior (2018) argumenta que na década de 1970, o desenvolvimento comercial e industrial começou a dar seus primeiros passos com a criação do Parque Industrial em Campo Mourão. Esse período também testemunhou o florescimento da construção civil, com o surgimento de vários edifícios concentrados no centro da cidade. Enquanto a paisagem urbana estava passando por mudanças significativas, os contrastes sociais tornaram-se evidentes. A periferia concentrou um grande número de trabalhadores migrantes vindos da zona rural e de outras pequenas cidades, em busca de emprego braçal.

Assim como na maioria das cidades brasileiras, Campo Mourão experimentou a expansão urbana em suas áreas periféricas. O aumento significativo de pessoas, constituindo uma mão de obra proveniente de contextos socioeconômicos desfavorecidos, deu origem a uma dinâmica social complexa e reflete as disparidades sociais e econômicas em Campo Mourão.

Foram muitas as transformações do espaço urbano de Campo Mourão a partir de 1950 até a atualidade, conforme Bovo e Conrado (2012), em especial, entre os anos de 1960 e 1970, com projetos de construção da Catedral São José e das praças no entorno, com a antiga “Raia dos Porungos” se tornando uma das principais áreas verdes da cidade.

O Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira era conhecido pelos cidadãos como Bosque Municipal, e teve sua inauguração oficial em 01 de maio de 1971, na asa leste do município. Desde então, se tornou a principal área recreativa da cidade, sendo considerado na atualidade como um cartão postal de visita. Nesse período, o antigo Bosque Municipal recebeu atenção das autoridades locais, com infraestrutura inicial contemplando “churrasqueiras, mesas, quiosques, pista de dança ao ar livre, entre outros. Com o crescimento demográfico da cidade,

alguns equipamentos foram sendo removidos e em seu lugar, foram implantados novos padrões de recreação e lazer” (Bovo; Conrado, 2012, p. 62).

As mudanças ocorridas no Bosque Municipal foram motivadas tanto pelo crescimento populacional da cidade, quanto pelo desenvolvimento da área urbana próxima ao parque. Após a criação do Bosque, surgiram novas construções residenciais em seus arredores, o que exigiu modificações físicas na estrutura do parque.

Durante o final da década de 1970, ocorreu uma expansão significativa da área do Bosque em Campo Mourão com a implementação do Programa Cura<sup>2</sup>, com a inclusão de uma faixa de terras localizada à margem esquerda do Rio do Campo, ampliando assim a área já existente do Bosque (Bovo; Conrado, 2012).

Conforme Fest (2005), o programa CURA foi implementado a partir de 1974 em colaboração com 136 prefeituras municipais em todo o Brasil. O programa foi introduzido como um estudo pioneiro e inovador, aberto a ajustes e correções. O objetivo principal era a ocupação de terrenos ociosos nos municípios atendidos. Além disso, almejou formular um conjunto de propostas para a revitalização da área, seguido pela elaboração de um plano operacional para a efetiva implementação do projeto. A pesquisa constatou a necessidade de estimular um processo de ocupação, utilizando o imposto territorial progressivo como uma ferramenta para impulsionar o desenvolvimento.

O programa de ocupação de terrenos ociosos - CURA, foi importante para a utilização eficiente do espaço urbano na região do Bosque, mas também teve papel na revitalização de áreas degradadas, no incremento da oferta habitacional e na promoção da inclusão social.

Em 1980, segundo o Plano Diretor Municipal (2007), a cidade contava com 46.066 habitantes, representando um aumento de 73,4% em relação a 1970. Durante a década de 1980, novos loteamentos foram incorporados à malha urbana, incluindo o Jardim Araucária, localizado além dos limites do rio do Campo; o Jardim Silvana e o Jardim Tropical II, situados a nordeste e próximos ao aeroporto; e, na saída para Goioerê, o eixo da rodovia BR-272, com o Parque Industrial. Nessa mesma década, o Estado começou a desempenhar um papel ativo no mercado imobiliário, criando novos espaços urbanos por meio de conjuntos habitacionais, como o Conjunto Habitacional Milton Pereira (Cohapar), que alterou a paisagem urbana (Figura 5).

---

<sup>2</sup> O Programa Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada (CURA), foi um dos programas do Banco Nacional de Habitação (BNH) implementado em todo o país a partir de 1975. Foi desenvolvido pela Carteira de Desenvolvimento Urbano do BNH e sua implementação se tornou mais comum após 1976.

**Figura 5** - Malha urbana de Campo Mourão (1980)



**Fonte:** Plano Diretor Municipal (2007).

Em 1983, Campo Mourão foi classificado como o 242º município mais desenvolvido do Brasil pela revista *Dirigente Municipal*, da Editora Visão. Durante essa década, a cidade de Campo Mourão experimentou um crescimento significativo. Houve a ampliação horizontal, com o surgimento de vários loteamentos com infraestrutura urbana, e vertical, com a construção de mais de uma dezena de edifícios de médio e grande portes. Esse crescimento transformou a aparência e a paisagem da cidade e abriu múltiplas oportunidades de investimento. No entanto, esse progresso não ocorreu por acaso. Ele foi resultado da implementação da Lei de Zoneamento Urbano durante a administração do prefeito professor José Pochapski. Essa lei proporcionou diretrizes e regulamentações para a ocupação do espaço e o crescimento ordenado da cidade (Santos Junior, 2018).

Dessa forma, compreende-se que a partir da Lei de Zoneamento Urbano, se estabeleceu as diretrizes para o uso do solo e delimitação de áreas específicas em Campo Mourão. Essa legislação promoveu e ordenou o crescimento urbano e garantiu o progresso da cidade. Além disso, é a partir do zoneamento que se garante a funcionalidade e qualidade de vida dos espaços, em aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Na década de 1980, a cidade já apresentava um crescimento em direção à região do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira e o avanço urbano era evidente, com a expansão de bairros e a ocupação de áreas no seu entorno. A demanda por espaços residenciais e a busca por uma maior proximidade com a natureza impulsionaram o desenvolvimento nessa direção. Essa tendência de crescimento urbano já apontava para a importância da região como um local atrativo para moradia e lazer.

De acordo com Bovo e Conrado (2012), o engenheiro Feiz Farhat foi responsável pelo projeto do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Conforme dispõe o Artigo 1º da Lei Municipal n.º 568 de 21 de outubro de 1987 de Campo Mourão – PR: “Fica o Executivo Municipal autorizado a criar o Parque Municipal ‘Joaquim Teodoro de Oliveira’” (Campo Mourão, 1987). Essa designação foi uma homenagem ao ex-prefeito, que governou o município em 1951.

Os limites e confrontações do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, segundo a Lei Municipal n.º 568 de 21 de outubro de 1987 foram definidos como:

**AO NORTE:** Tem seu ponto de partida o marco nº 1, no cruzamento da Rua das Andorinhas com a chácara nº 5-A; deste, segue pela estrada Campo Mourão/Barbosa Ferraz, até o marco nº 2, com o lote nº 91;

**A LESTE:** Seguindo do marco nº 2, em confrontação com os Lotes nºs 91, 91-A-R-1, 91-A-R-2 e 91-A-R-3, divisa com o Lote nº 90;

**AO SUL:** Segue em confrontação com o Lote nº 90 e Lote "A", até o marco nº 4, situado no alinhamento predial da Rua Santa Catarina;

**A OESTE:** Segue pela Rua Santa Catarina, até a quadra nº 15, do Loteamento denominado "Vila Teixeira", deste, segue até a Rua das Andorinhas, indo pela mesma até o marco nº 1, onde teve seu ponto de partida.

Conforme a Lei Municipal n.º 568 de 21 de outubro de 1987 de Campo Mourão – PR, em seu Artigo 1º, Parágrafo Único: “A área do Parque Municipal “Joaquim Teodoro de Oliveira” é de 229.617,32m<sup>2</sup>” (Campo Mourão, 1987). Além disso, de acordo com o Artigo 2º da Lei Municipal n.º 568 de 21 de outubro de 1987 de Campo Mourão – PR, a finalidade do Parque Municipal “Joaquim Teodoro de Oliveira” é:

- I – Resguardar os atributos excepcionais da natureza na região;
- II – A proteção integral da flora, da fauna e demais recursos naturais, com utilização para objetivos educacionais, científicos e recreativos;
- III – Assegurar condições de bem-estar público.

Dados do Plano Diretor Municipal (2007) apontam que em 1991, a população da cidade atingiu 69.996 habitantes, e o crescimento da malha urbana foi menor em comparação com a

década de 1980, portanto, durante o período de 1991 a 1999, a produção imobiliária diminuiu. No entanto, a cidade continuou a crescer em direção ao aeroporto, completando a área entre o núcleo inicial, o rio do Campo e o Jardim Paulista. Além do Jardim Santa Cruz, surgiram o Jardim Batel e o Conjunto Residencial Mário Figueiredo. Na outra extremidade, ao longo do eixo da rodovia BR-272, surgiram pequenos aglomerados urbanos, como o Conjunto Habitacional Mendes e o Parque Verde. Também foram desenvolvidas áreas loteadas pelo Estado, como o Conjunto Habitacional Mundo Novo e o Conjunto Habitacional Antilhas.

Em 1993, o quantitativo da população diminuiu decorrente da criação do município de Farol, que deixou de ser um distrito de Campo Mourão. Na área urbana, a cidade ganhou o calçadão da Avenida Capitão Índio Bandeira, inaugurado em 9 de outubro de 1991. No que diz respeito ao lazer, o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira passou por uma remodelação completa, incluindo a adição de uma lanchonete, pontes e uma pista de caminhada. Com essas melhorias, o parque se tornou um cartão postal da cidade e um local obrigatório para visitação, oferecendo aos moradores e visitantes mais opções de entretenimento e recreação (Figura 6).

**Figura 6** - Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira na década de 1990



**Fonte:** Santos Junior (2018).

Em 1996, houve a ampliação da área do parque, conforme alteração da Lei n.º 1.010 de 02 de dezembro de 1996, indica em seu Artigo 1º: “Parágrafo Único – A área do Parque

Municipal “Joaquim Teodoro de Oliveira” é de 262.187,55m<sup>2</sup>” (Campo Mourão, 1996). Nesse período, as autoridades viram a necessidade de ampliar a área total do parque.

O Artigo 1º, da Lei Municipal n.º 1.010 de 02 de dezembro de 1996, em seu Artigo 1º, define os seguintes limites e confrontações:

**A NOROESTE:** Tem seu ponto de partida o marco nº 1, cravado no cruzamento da Rua Santa Catarina com a quadra nº 15 da Vila Teixeira; deste segue por 11 (onze linhas), a 1ª em confrontação com a quadra nº 15 e Rua das Garças, numa extensão de 86,00 metros; a 2ª confronta com a Rua das Garças, numa extensão de 45,00 metros; e a 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e a 7ª, em confrontação com a Rua das Andorinhas numa extensão de 87,00 mt, 48,00 mt, 109,00 mt, 68,00 mt e 120,00 metros; e a 8ª, 9ª e a 10ª em confrontação com a chácara nº 5-A, com as distâncias de 50,00 mt., 30,00 mt e 50,00 metros e a 11ª em confrontação com a estrada de rodagem que liga Campo Mourão/Barbosa Ferraz, numa extensão de 454,00 metros até o marco nº 2, cravado na divisa com o Lote nº 91.

**A NORDESTE:** Segue por 3 (três) linhas a 1ª em confrontação com o lote nº 91 com o rumo: 19º30'00"-SO, numa extensão de 110,00 metros e a 2ª em confrontação com o lote nº 91-A-R-1, com o rumo: 85º00'00"-NO, numa extensão de 173,00 metros, a 3ª em confrontação com os Lotes n.ºs. 91-A-R-1, 91-A-R-2 e 91-A-R-3, com o rumo: 06º30'00"-SO, numa extensão de 480,00 metros; até o marco nº 03 cravado na divisa com o lote nº 90.

**A SUDESTE:** Por duas linhas, em confrontação com o lote nº 90, a 1ª com o rumo: 81º26'00"-SE, numa extensão de 45,00 metros; a 2ª segue pela margem direita do Rio do Campo até o marco nº 4, cravado na divisa com o lote nº 7.

**A SUDOESTE:** Segue por 3 (três) linhas, a 1ª em confrontação com o lote nº 7, numa extensão de 97,00 metros; a 2ª em confrontação com a Rua Formosa numa extensão de 50,00 metros; e a 3ª pela testada do alinhamento predial da Rua Santa Catarina numa extensão de 520,00 metros, até o marco 01, onde teve seu início.

A ampliação da área total do parque foi implementada para atender as necessidades da população mourãoense à medida que a região onde o parque está localizado recebeu investimento imobiliário, resultando na expansão da malha urbana circundante. Além disso, o parque é uma UC, portanto, aumentar sua área é importante para acolher um maior número de espécies de plantas e animais.

Em 1998, o parque consolidou ainda mais sua posição como uma das principais áreas de lazer e contemplação para a população de Campo Mourão (Figura 7).

**Figura 7** - Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira (1998)



**Fonte:** Página do Facebook Viva Campo Mourão<sup>3</sup>.

Conforme observado na imagem, é possível perceber a atmosfera serena e acolhedora do ambiente, onde pessoas desfrutam de momentos de relaxamento e interação social. A presença de famílias e grupos de amigos ressalta o parque como um espaço vital para lazer e encontros dos cidadãos. Os elementos naturais, como o lago e a arborização, evidenciam a importância duradoura dessa paisagem como um refúgio para as pessoas, algo que se manteve no decorrer do tempo e até a atualidade.

Em 2000, a cidade registrou uma população de 74.242 habitantes, apresentando um crescimento populacional urbano menor em comparação com o ano de 1991. Da mesma forma, o crescimento da malha urbana também foi inferior à década anterior. Durante o período de 2000 a 2007, observou-se que os novos loteamentos eram menores e localizavam-se principalmente nas proximidades do núcleo inicial e do Jardim Flórida, estendendo-se até o rio Km 119, próximo ao Jardim Kennedy. Os demais loteamentos espalharam-se pelo restante da cidade (Plano Diretor Municipal, 2007).

Em 2017, o parque passou por uma alteração em seu nome, de acordo com o Decreto Municipal n.º 7202 de 27 de abril de 2017, em seu Artigo 3º: “Altera-se o nome do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira que passa doravante a denominar-se Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira” (Campo Mourão, 2017). O mesmo decreto ampliou

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/vivacampmourao>. Acesso em: 04 dez. 2023.

a área total do parque, em seu Artigo 1º: “Fica ampliado o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira criado pela Lei nº 568, de 21 de outubro de 1987, de 262.187,55 m<sup>2</sup>, para 520.787,85m<sup>2</sup> equivalente a 52,07 hectares” (Campo Mourão, 2017).

Posteriormente, no mesmo ano, os limites do parque passaram por modificações que interferiu na área total do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, resultando em sua redução. Conforme o Decreto Municipal N.º 7.240 de 02 de junho de 2017 de Campo Mourão - PR, em seu Artigo 1º: “Fica ampliado o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, criado pela Lei nº 568, de 21 de outubro de 1987, de 262.187,55m<sup>2</sup>, para 255.447,10m<sup>2</sup>, equivalente a 25,5447 hectares” (Campo Mourão, 2017)<sup>4</sup>.

O Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira passou por diversas alterações em relação à sua área total com o passar do tempo. Essas transformações incluíram tanto a ampliação da área total em 1996 quanto a posterior redução em 2017. Essas modificações refletem a evolução e adaptação do espaço do parque ao longo dos anos, de acordo com as demandas e necessidades da região, ordenadas pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão.

A implementação do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira foi impulsionada pelo crescimento físico e, principalmente, populacional da cidade de Campo Mourão. Com o aumento da população, houve a necessidade de criar espaços públicos destinados ao lazer e recreação, acessíveis a toda a comunidade (Bovo; Conrado, 2012).

Simionato (2008) indica que os primeiros habitantes de Campo Mourão, à medida que a cidade crescia, costumavam se reunir em uma casa específica para realizar suas atividades recreativas. Iniciavam rezando o terço e, em seguida, realizavam a chamada "mesada dos anjos", uma festa anual realizada no dia 13 de junho, em homenagem a Santo Antônio. Nessa ocasião, crianças, especialmente aquelas em situação de carência, eram convidadas e recebiam um generoso almoço, com carnes e doces. Essa celebração era sempre concluída com um baile.

Os homens da cidade encontravam diversão em atividades como caçadas, pescarias e nas apostas feitas na “Raia dos Porungos”, onde ocorriam corridas de cavalos. Tais apostas tinham como prêmio maços de rapadura (Simionato, 2008). Sobre esse local, Bovo e Conrado (2012) argumentam que seria uma das primeiras áreas recreativas da cidade.

Com o aumento da população e a intensificação das atividades urbanas, tornou-se cada vez mais importante criar ambientes propícios para o relaxamento, a socialização e a recreação das pessoas. O Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira foi implementado nesse

---

<sup>4</sup> A redação do Decreto Municipal n.º 7.240 de 02 de junho de 2017 utiliza a palavra “ampliou”, quando na verdade, a área total foi diminuída de 262.187,55m<sup>2</sup> para 255.447,10m<sup>2</sup>.

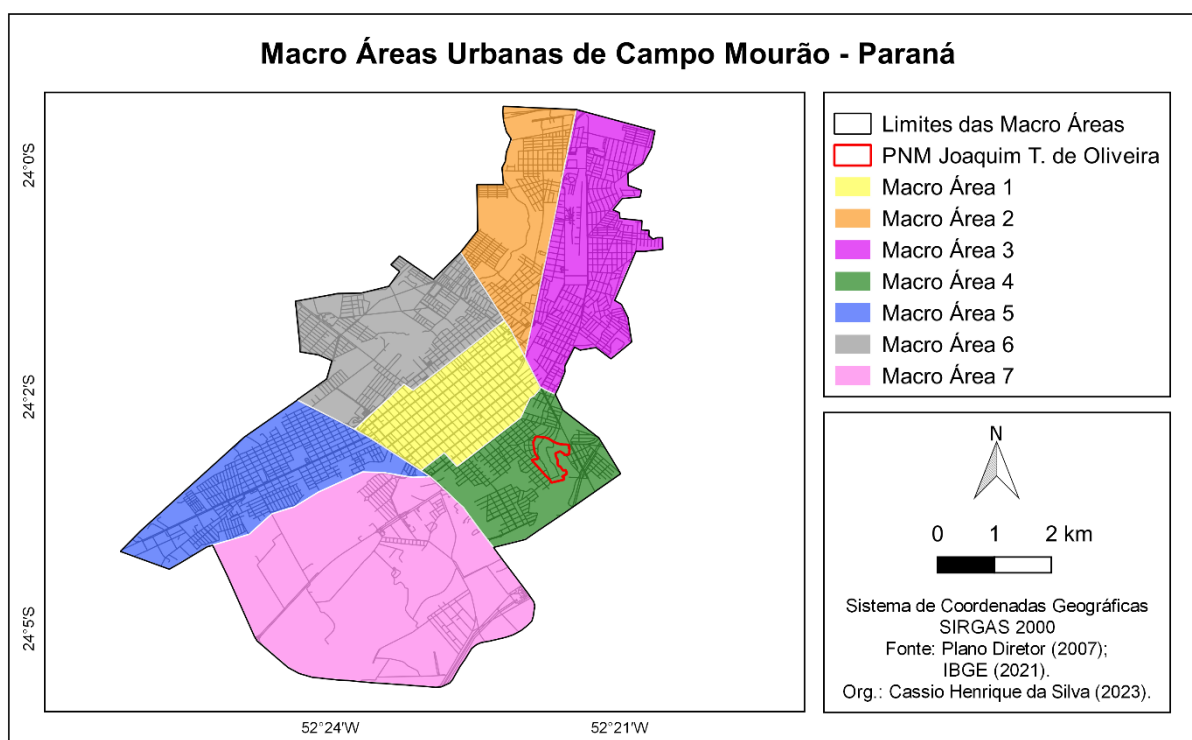


contexto, e hoje é considerado como um espaço natural da cidade, fundamental para garantir uma cidade mais equilibrada, saudável e atraente para os habitantes de Campo Mourão.

Bovo e Conrado (2012, p. 61) indicam que a área do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira “é também uma tradicional área verde urbana de uso intensivo”. Além disso, esse espaço proporciona o contato com a natureza, por meio das práticas de lazer e recreação. A vegetação local é nativa, pertence ao bioma Mata Atlântica, mas também foram introduzidas espécies exóticas visando o ajardinamento e a estética arbórea do local.

Além de ser uma tradicional área verde de Campo Mourão, o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira destaca-se por sua localização estratégica, muito próximo do centro da cidade. Nesse contexto, a área urbana está dividida em 07 macro áreas, cujo parque localiza-se na macro área 04 (Figura 8).

**Figura 8** - Macro áreas urbanas de Campo Mourão



**Fonte:** Plano Diretor (2007). **Org.:** o autor (2024).

De acordo com o Plano Diretor (2007), a área em questão está localizada ao sul do núcleo original da cidade de Campo Mourão, entre esse núcleo e o rio do Campo. Ela inclui o loteamento conhecido como Jardim Araucária, situado na margem direita desse rio. Os terrenos são predominantemente planos, mas apresentam declividades mais pronunciadas à medida que se aproximam das margens do rio do Campo. O uso predominante do solo nessa região é

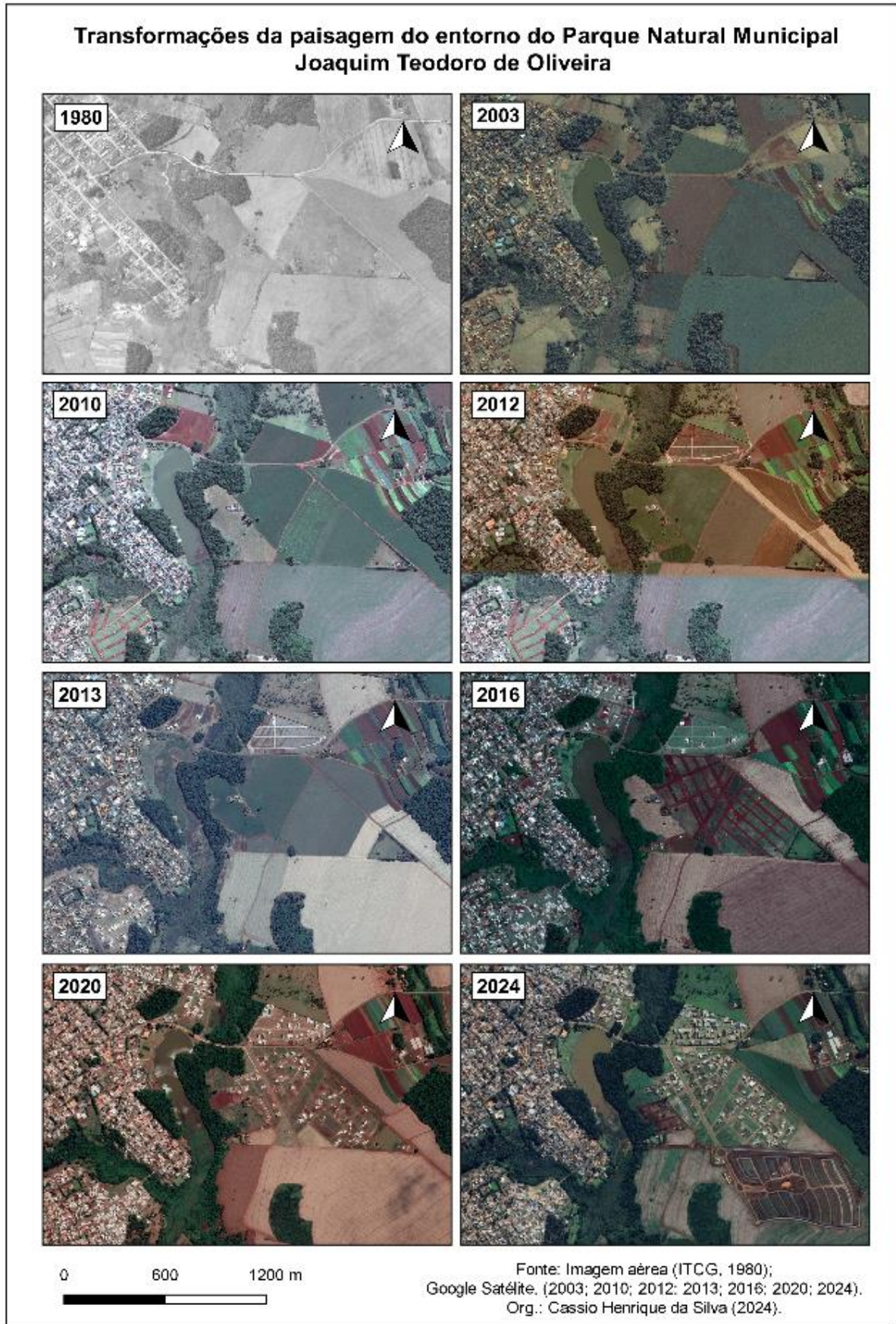
residencial, sendo o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira o principal destaque na paisagem. O desenho urbano da área mantém as características do núcleo inicial da cidade.

Goya (1989) indica que é impossível reconstituir uma paisagem urbana com precisão, por conta de suas variações constantes. Os elementos físicos, como as edificações, podem até se manter durante o tempo, mas outros elementos como jardins e vias, por exemplo, se alteram, são alargados, o espaço livre é modificado. Porém, na memória das pessoas, perduram imagens que são uma síntese de elementos significativos da paisagem do seu dia a dia, e podem ser encontrados vestígios dessas imagens, por vezes diluídos, nas novas paisagens.

Nesse sentido, desde a constituição do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, a região circundante passou por inúmeras transformações da paisagem. É possível visualizar essas transformações no quadro imagem a seguir (Figura 9). As imagens de satélite utilizadas possibilitam observar várias alterações da paisagem na área circundante ao parque. Ademais, a partir dessas imagens, é possível fazer uma análise espaço-temporal dessas alterações. A análise considera o uso e ocupação do solo, no que diz respeito as mudanças nas áreas urbana e agrícola circundante ao parque, ou seja, os padrões de urbanização, no crescimento da malha urbana na região; as mudanças na cobertura vegetal do parque, no aumento ou decréscimo da área verde; as mudanças no parque, como os níveis de água e extensão do lago.

O quadro é composto por uma série de imagens históricas que abrangem o período de 1980 a 2024, dispostas em ordem cronológica para analisar as transformações da paisagem. A primeira imagem traz o registro aéreo mais antigo disponível da região do parque, datado de 1980, enquanto as imagens subsequentes, a partir de 2003, foram obtidas pelo aplicativo *Google Earth*.

**Figura 9** - Imagens históricas das transformações da paisagem



**Fonte:** o autor (2024).

Analisando detalhadamente as imagens ao longo do tempo, é possível observar uma evolução significativa na paisagem, revelando as mudanças e os impactos ocorridos ao longo das décadas. A primeira imagem, datada de 1980, evidencia que o represamento do rio para formação do lago ainda não havia ocorrido. Além disso, a cobertura vegetal que vemos atualmente já estava em desenvolvimento na época da imagem. Em relação a disposição urbana, a área localizada a oeste da imagem apresenta algumas residências e uma malha urbana mais desenvolvida em comparação a área leste, esta, configurando uma paisagem predominantemente agrícola.

Em 2003, duas décadas depois, a região apresenta notáveis alterações na paisagem, evidenciadas pelo aumento significativo de residências a oeste, com o acréscimo na malha urbana já existente e com o surgimento de um novo bairro ao sudoeste da área, que em 1980 era composta por uma paisagem agrícola. As áreas ao norte e leste da imagem demonstram o fortalecimento da cobertura vegetal, porém, manteve-se a característica de uma paisagem predominantemente agrícola.

Nesse intervalo de tempo ocorreu o represamento do rio e a formação do lago, um dos elementos presentes no parque que influencia diretamente na percepção pessoal e coletiva da paisagem nos tempos atuais. Também é possível observar que ainda não havia nenhum processo de assoreamento do lago. Outro elemento da paisagem do parque é a cobertura vegetal, sendo possível observar um notório fortalecimento da arborização a leste do lago.

Após sete anos (2010), a paisagem evidencia transformações direcionadas aos bairros já existentes, com o acréscimo de habitações. Um novo loteamento foi instalado à sudoeste, com os lotes e ruas demarcadas, mas sem edificações. À leste do parque, a paisagem agrícola ainda era predominante. E em relação ao lago, é perceptível em sua extremidade sul o início do processo de assoreamento, o qual reflete na diminuição da extensão do lago e nos níveis de água. Esse é um problema ambiental que perdura até os tempos atuais, conforme pode ser observado na sequência de imagens históricas.

Em 2012, a cidade começa a dar indícios de expansão ao norte e nordeste do parque. A malha urbana se expande para as áreas agrícolas, com alguns loteamentos, mesmo que ainda sem habitações. Esses loteamentos são projetados com vista direta para o parque, portanto, a expansão da malha urbana é impulsionada na área circundante ao parque. A cobertura vegetal do parque passa por poucas alterações e o lago continua apresentando um processo gradual de assoreamento na ponta extrema sul.

No ano seguinte (2013), o bairro ao sudoeste, que no ano anterior (2012) possuía apenas demarcações de terrenos, teve suas primeiras residências construídas e, apesar de contemplar

vazios urbanos, a área caminha para a consolidação da malha urbana. O loteamento implementado ao norte do parque é o Jardim Residencial do Lago, sendo possível observar, ainda de modo tímido, as primeiras residências construídas, enquanto o loteamento a nordeste, denominado Rio do Campo Condomínio Club, havia apenas demarcações do terreno.

Outro aspecto observado na paisagem do parque, é que no ano de 2013, houve a drenagem completa do lago, após as comportas serem abertas para dar início às obras de desassoreamento. Segundo as notícias da época, a vazão da água foi realizada para facilitar o acesso à área para as melhorias necessárias<sup>5</sup>.

Como resultado desse processo de assoreamento, a paisagem interna do parque é constantemente alterada. Isso se manifesta na formação de ilhas rasas de sedimento, na redução da profundidade da água, na extensão do lago e na alteração do tipo de vegetação. Além disso, a qualidade da água também é comprometida, por um lado impactando negativamente a saúde dos ecossistemas aquáticos, mas por outro propiciando a sobrevivência de outras espécies, especialmente de aves.

Apesar do parque ser reconhecido por sua beleza, um dos aspectos importantes da paisagem e que se tornou símbolo local, é a presença marcante das capivaras. Sendo animais semiaquáticos, as capivaras enfrentam desafios semelhantes aos dos animais totalmente aquáticos. O processo de assoreamento modifica o habitat aquático, impactando as áreas de preferência das capivaras. Como resultado, altera-se a vegetação, que constitui em sua fonte de alimento. A qualidade da água é crucial para a saúde desses animais, e a competição por espaço para descanso e alimentação pode surgir como consequência. Assim, as alterações resultantes do assoreamento afetam diversos aspectos da vida desses animais no ambiente do parque e afeta diretamente a paisagem.

Em 2016, muitos terrenos a leste do parque foram delimitados, são loteamentos pertencentes ao Residencial Parque do Lago, mas, até então, não havia nenhuma residência construída. Ao norte (Jardim Residencial do Lago) e a nordeste (Rio do Campo Condomínio Club), são áreas que contemplam loteamentos demarcados, contudo, contemplam poucas residências construídas. Com isso, o período de 2013 a 2016 pode ser considerado como o início de fato do desenvolvimento urbano dessa área. É relevante destacar que esses novos loteamentos visam principalmente a população de alto poder aquisitivo, dada a significativa valorização do solo em comparação com outras áreas da cidade.

---

<sup>5</sup> Obras de desassoreamento do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Disponível em: <https://comunidadecm.wordpress.com/2013/03/11/comportas-do-parque-do-lago-foram-abertas-hoje-para-dar-inicio-as-obras-de-desassoreamento/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

Nesse período, os terrenos a sudoeste do parque apresentam novamente um acréscimo de residências, com um número menor de vazios urbanos comparado ao ano de 2013. A área segue os caminhos para a consolidação urbana e, gradualmente, conforme a cidade se expande com o aumento da procura por moradias nesse setor da cidade, a paisagem agrícola é pouco a pouco substituída pela paisagem urbana.

Posteriormente, ao observar a imagem de 2020, é possível afirmar que a região adjacente ao parque continuou a se desenvolver, novamente, com o aumento no número de residências à sudoeste, apresentando ainda menos vazios urbanos que em 2016. O Jardim Residencial do Lago ao norte e o Rio do Campo Condomínio Club a nordeste também apresentam um aumento de moradias construídas.

O grande destaque de desenvolvimento e aumento na quantidade de residências construídas é na área a leste do parque, onde está situado o Residencial Parque do Lago. Essa dinâmica de expansão da malha urbana resultou em alterações significativas da paisagem, e em um período de aproximadamente quatro anos, a área que configurava apenas loteamentos demarcados, passou a ser ocupada por residências, mesmo que dispostas com certo afastamento umas das outras. Os terrenos que ainda não possuem edificações estão disponíveis para venda, e a medida que o tempo passa, seu valor aumenta, beneficiando os proprietários da terra, os promotores imobiliários e as construtoras.

Nesse contexto, o padrão de uso e ocupação do solo nessas áreas é significativamente influenciado pelo Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, que é um atrativo na paisagem. Assim, os promotores imobiliários comercializam os loteamentos com o conceito de *marketing* verde, destacando a localização privilegiada, a proximidade com o parque, a possibilidade de viver perto da natureza e a qualidade de vida. O Condomínio Rio do Campo Club<sup>6</sup> e o Residencial Parque do Lago<sup>7</sup> são implementados a partir dessa proposta.

A última e mais atual imagem histórica data o ano de 2024 e, ao fazer algumas observações, nota-se que no período de quatro anos, todos os loteamentos circundantes tiveram uma intensa ocupação, ao norte (Jardim Residencial do Lago), a nordeste (Rio do Campo Condomínio Club) e a leste (Residencial Parque do Lago), todos contemplam residências construídas ou em processo de finalização. Contudo, essas áreas ainda contemplam lotes vazios,

---

<sup>6</sup> Condomínio Rio do Campo Club. Disponível em: <https://www.washiempreendimentos.com.br/lancamentos/11397/Rio-do-Campo-Condor%20-Clube>. Acesso em: 21 fev. 2024.

<sup>7</sup> Residencial Parque do Lago. Disponível em: <https://www.facebook.com/casafacilcm/videos/1197544420377513/>. Acesso em: 21 fev. 2024

sendo um indicativo de que a região comporta mais residências e futuramente abrigará uma população maior.

Além disso, surge um novo loteamento no extremo sudeste do parque, denominado *Royale Premium Condomínio Resort*. Embora ainda esteja em fase de implementação, os lotes já estão demarcados, indicando uma significativa expansão para esta área. A propaganda imobiliária em torno desse condomínio destaca o lugar como um espaço *premium*, com opções de lazer, sofisticação e segurança, um residencial fechado de alto padrão, sendo o primeiro em Campo Mourão que adota o conceito de *Spa Resort*.

Para esse empreendimento, também é empregado o *marketing* verde, destacando a proximidade do condomínio com o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. O audiovisual de divulgação mostra imagens do parque, dando enfoque na harmonia com a natureza, a apreciação da paisagem, com imagens do lago e das capivaras<sup>8</sup>. Nesse contexto, está em andamento a obra de uma ponte que ligará o *Royale Premium Condomínio Resort* e o Residencial Parque do Lago ao Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, que facilitará o acesso direto dos moradores ao parque (Figura 10).

**Figura 10** – Área externa e interna do local onde será construído a ponte que ligará o condomínio ao parque



**Fonte:** compilado do autor (2024).

É possível perceber que antes mesmo da inauguração do condomínio a estrutura física já inclui uma ciclovia na área externa do parque, que se estende até a mata. Essa vegetação será removida para dar lugar à construção da ponte que conectará os condomínios de alto padrão diretamente à área interna do parque.

---

<sup>8</sup> *Royale Premium Condomínio Resort*. Disponível em: <https://www.corpalincorporadora.com.br/royale-premium-campo-mourao>. Acesso em: fev. 2024.

Fica evidente que o parque municipal é uma amenidade da paisagem na região e influencia na formação de novos loteamentos, principalmente, os residenciais de *status*, pautados na exclusividade. O Residencial Parque do Lago, o Condomínio Rio do Campo Club e o *Royale Premium Condomínio Resort* seguem esse padrão. Este último, ainda mais sofisticado, previsto para contemplar um espaço arborizado e um lago em seu interior, já sendo possível identificar na imagem a localização desse espaço. Portanto, além da vantagem da proximidade com o parque municipal, o espaço contemplará em seu interior uma paisagem própria, com elementos que remetem ao natural. Levando isso em consideração, é certo dizer que os valores de aquisição desses loteamentos estão entre os mais altos da região.

As imagens de 1980 a 2024 mostram a implementação dos loteamentos no processo espaço-temporal de consolidação da malha urbana. No decorrer dos anos a paisagem nos arredores do parque passou por algumas transformações, incorporando novas paisagens à medida que a malha urbana se expandia (Figura 11).

**Figura 11** - Imagens históricas do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira



**Fonte:** compilado do autor (2024)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Montagem a partir de imagens coletadas no Facebook. Imagens: 1982 (sem autor); 2016 (Irineu Ricardo Botelho dos Santos): Disponível em: [https://www.facebook.com/parquejoaquimteodorodeoliveira?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/parquejoaquimteodorodeoliveira?locale=pt_BR). Acesso em: 20 fev. 2024. Imagens de 1990 e 2023 (sem autor): Disponível em: <https://www.facebook.com/vivacampomourao>. Acesso em: 20 fev. 2024.



As alterações na topografia e na vegetação evidenciam o impacto da sociedade, onde a paisagem agrícola do entorno do parque deu lugar a uma paisagem urbanizada. É possível observar o período que precede a implementação do parque e o período pós implementação, são mudanças significativas na paisagem circundante. Mas, também na paisagem interna do parque, com o fortalecimento da cobertura vegetal e o assoreamento do lago.

Reiterando a respeito do parque, atualmente, ele desempenha um papel fundamental como um elemento de grande importância para a cidade de Campo Mourão. Além de ser um espaço de lazer e recreação, se destaca como um ambiente que promove a interação social, o bem-estar e a qualidade de vida. Com seus espaços verdes, trilhas, espaços para prática de esportes e atividades culturais, o parque se torna um local atrativo para moradores e visitantes, contribuindo para a melhoria do ambiente urbano.

O parque é uma das principais paisagens da cidade, oferece momentos de contemplação e conexão com a natureza. Suas áreas arborizadas compõem o elemento paisagístico que proporciona um ambiente tranquilo, possibilitando a apreciação da beleza da paisagem, configurando-se como um local de desconexão da vida urbana (Figura 12).

**Figura 12** - Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira



**Fonte:** compilado do autor (2023).

O parque também desempenha um papel importante na preservação e valorização dos recursos naturais. Dessa forma, o parque se configura como um elemento essencial para a cidade de Campo Mourão, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável e para o bem-estar da comunidade. Além de proporcionar um ambiente natural e agradável, o parque é um local propício para atividades culturais e de socialização (Figura 13).

**Figura 13** - Festival de verão no Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira



**Fonte:** compilado do autor (2023).

As pessoas se reúnem para praticar esportes, fazer piqueniques, participar de eventos culturais, como apresentações musicais, e desfrutar de momentos de lazer em família e com amigos. Essas atividades promovem a integração entre os moradores da cidade e fortalecem os vínculos sociais, contribuem para a ampliação do senso de pertencimento da população de Campo Mourão. O parque é visto como um ponto central para os moradores locais e reforça os laços de identidade e conexão com a região.

## 4.2 A relação dos moradores locais com a paisagem urbana: O Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira em perspectiva

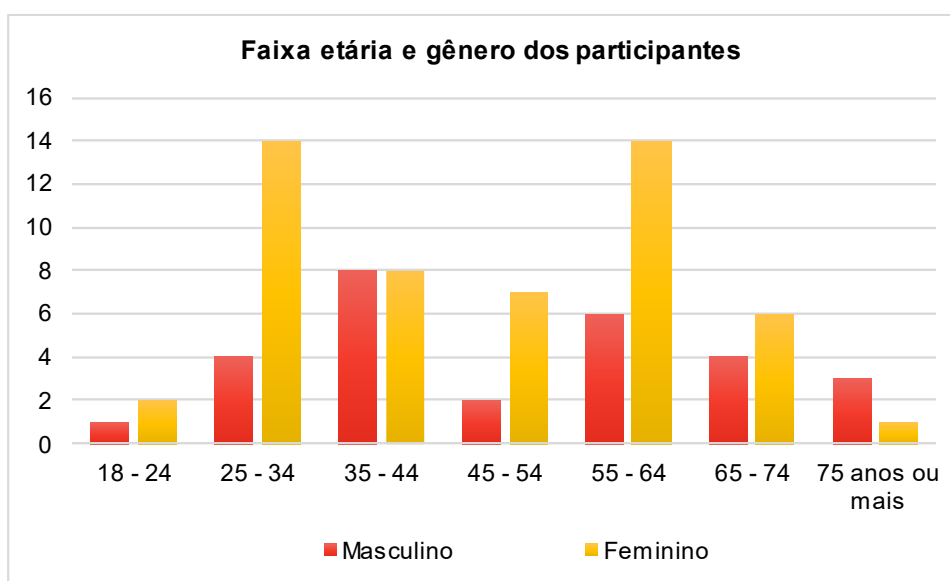
Esta subseção tem como objetivo apresentar os resultados obtidos pelo questionário aplicado aos moradores circunvizinhos do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Nesse sentido, a discussão inicial objetiva delinear o perfil sociodemográfico dos respondentes e, em seguida, apresentar de quais formas os moradores locais se relacionam diretamente com a principal paisagem local – o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Os dados coletados estão organizados e representados por meio de recursos visuais como gráficos e tabelas.

### 4.2.1 Perfil sociodemográfico dos entrevistados

A coleta de dados sociodemográficos é uma etapa essencial para esta pesquisa, pois possibilita conhecer a população que vive próximo ao Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Nesse sentido, busca-se conhecer as características, compreender as necessidades e as dinâmicas sociais do contexto local. Essas informações são valiosas e auxiliam o desenvolvimento das discussões dos resultados.

As primeiras questões presentes no questionário estão relacionadas a faixa etária e o gênero dos participantes (Figura 14).

**Figura 14** - Predominância de faixa etária e gênero dos entrevistados



**Fonte:** o autor (2024).

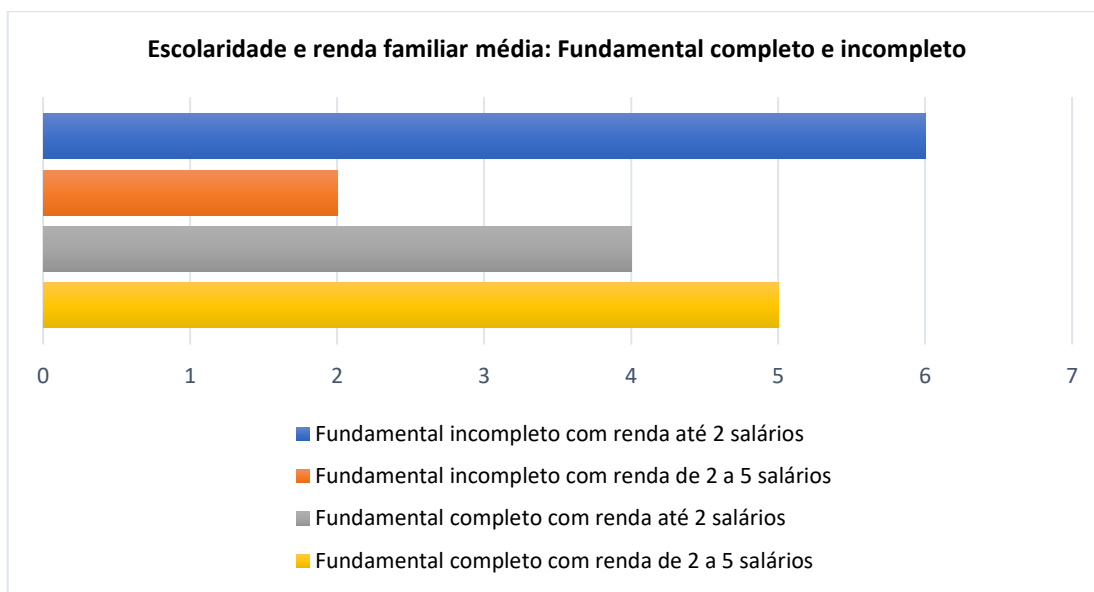
Os dados coletados estão organizados em sete faixas etárias e distribuídos por gênero dos participantes e, no contexto geral, foram 80 participantes, sendo (53) mulheres e (27) homens. Vale ressaltar que, apesar da aplicação do questionário visar uma ampla cobertura de respostas e ter ocorrido em cinco dias, em diferentes períodos (manhã e tarde), o número de participantes do sexo feminino é superior ao número de participantes do sexo masculino. Isso pode ser explicado pela disponibilidade das mulheres, que estavam em casa nos horários em que os questionários foram aplicados e se dispuseram a participar da pesquisa.

Além disso, em relação a faixa etária, de forma generalizada obteve-se a seguinte predominância: entre 55 e 64 anos (20); entre 25 e 34 anos (18); entre 35 e 44 anos (16); entre 65 e 74 anos (10); entre 45 e 54 anos (9); de 75 anos ou mais (4); entre 18 e 24 anos (3). Ao analisar por gênero, nota-se que as mulheres são maioria em quase todas as faixas etárias, exceto na de 75 anos ou mais, onde foram registrados (3) homens e apenas (1) mulher. Houve equidade no número de participantes entre homens e mulheres na faixa etária entre 35 e 44 anos, com (8) participantes de cada gênero. Portanto, a pesquisa apresenta uma amostra de dados mais representativa de mulheres em comparação com os homens.

Outro aspecto analisado é o nível de escolaridade e a renda familiar média dos participantes. Nesse sentido, o questionário apresenta oito níveis de escolaridade (Fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; pós-graduação incompleta e pós-graduação completa). Já a renda familiar, foi distribuída em quatro categorias (Até 2 salários mínimos; de 2 a 5 salários mínimos; de 5 a 8 salários mínimos; superior a 8 salários mínimos).

Os dados referentes ao nível de escolaridade e à renda familiar média foram analisados com base nas categorias encontradas nas respostas. É importante ressaltar que os níveis de escolaridade se referem aos indivíduos que responderam à pesquisa, e não necessariamente à escolaridade de toda a família. Isso significa que dentro de uma mesma família podem existir pessoas com diferentes níveis de escolaridade. Sendo assim, a correlação busca identificar se aqueles com maior escolaridade tendem a ter uma renda familiar média mais alta.

Para a análise foi realizado o agrupamento dos níveis de escolaridade, organizado da seguinte forma: ensino fundamental completo e incompleto; ensino médio completo e incompleto; ensino superior completo e incompleto; e pós-graduação completa e incompleta. Dessa forma, o primeiro gráfico apresenta os níveis de escolaridade ensino fundamental completo e incompleto (Figura 15).

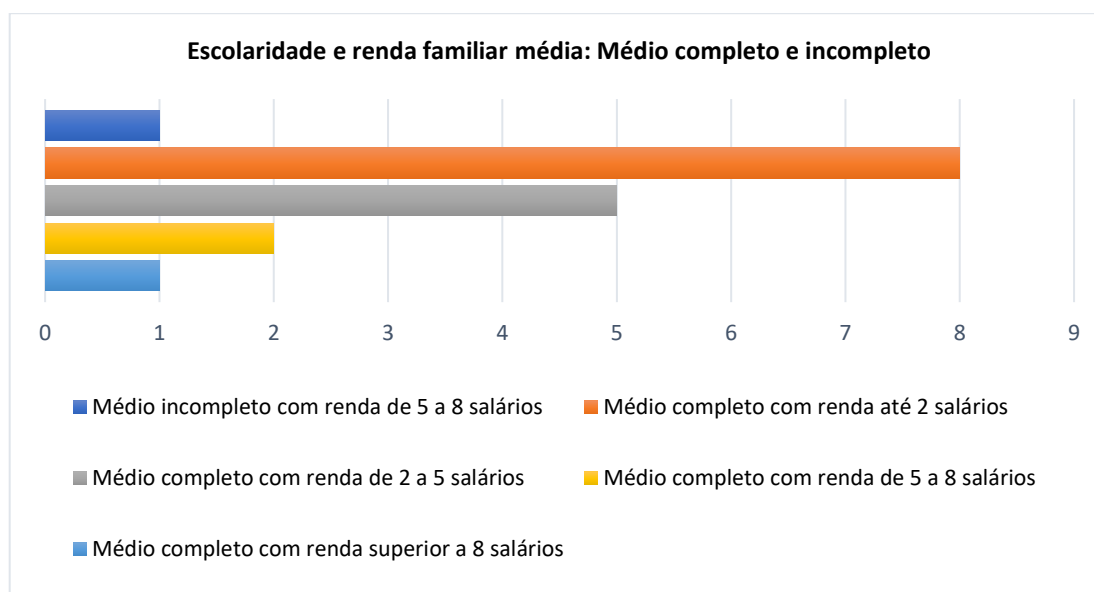
**Figura 15** - Escolaridade e renda familiar média - Fundamental completo e incompleto

**Fonte:** o autor (2024).

Em uma primeira análise geral, os dados apontam que entre os participantes que possuem o menor nível de escolaridade “ensino fundamental completo ou incompleto”, predomina a renda familiar média de até 2 salários (10), seguido de 2 a 5 salários (7). De um total de 80 participantes, 17 estão dentro dessa categoria (21,25%).

Em uma segunda análise, entre os participantes que possuem ensino fundamental completo, é possível identificar que a predominância da renda familiar média é de 2 a 5 salários (5), seguido de até 2 salários (4). Já para os que possuem ensino fundamental incompleto, predomina a renda familiar média de até 2 salários (6), seguido de 2 a 5 salários (2). Isso indica que nesse grupo de participantes, as menores médias salariais estão direcionadas aos que não completaram o ensino fundamental.

O segundo gráfico correlaciona a renda familiar média e os níveis de escolaridade ensino médio completo e incompleto (Figura 16).

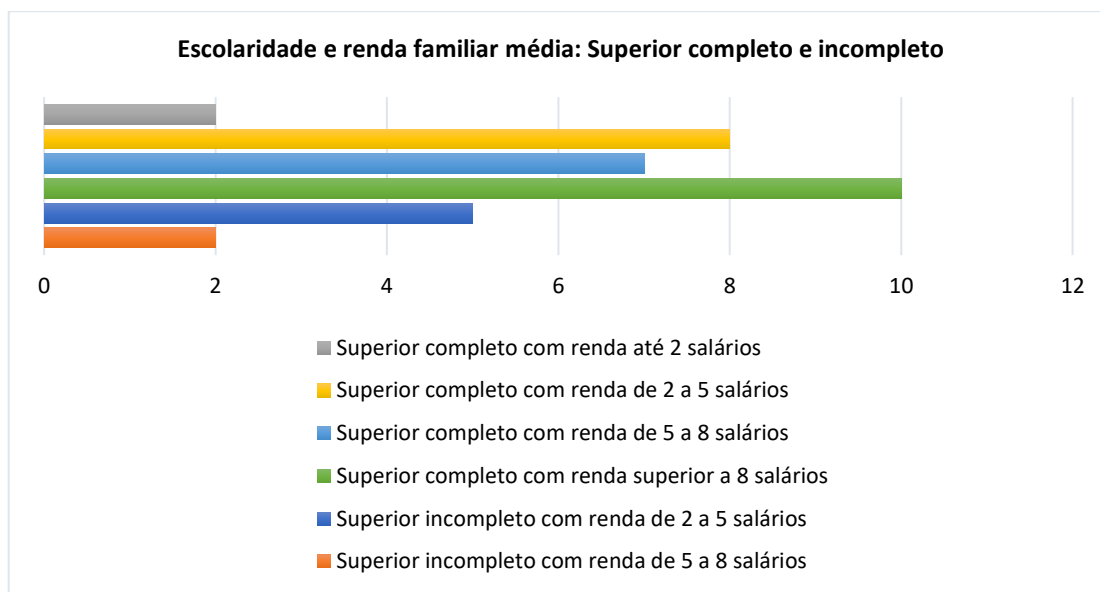
**Figura 16** - Escolaridade e renda familiar média - Ensino médio completo e incompleto

**Fonte:** o autor (2024).

Entre os participantes que possuem ensino médio completo ou incompleto, a média salarial familiar apresenta maior diversificação comparado com os que possuem apenas o ensino fundamental completo e incompleto. A análise generalizada dos dados aponta que entre os participantes que possuem a escolaridade “ensino médio completo ou incompleto”, predomina a renda familiar média de até 2 salários (8), seguido de 2 a 5 salários (5), de 5 a 8 salários (3), e superior a 8 salários (1). De um total de 80 participantes, 17 estão dentro dessa categoria (21,25%).

Em uma segunda análise, entre os participantes que possuem ensino médio completo, é possível identificar que a predominância da renda familiar média é de até 2 salários (8), seguido de 2 a 5 salários (5), de 5 a 8 salários (2), e superior a 8 salários (1). Para a categoria de ensino médio incompleto, apenas um participante se encaixa nesse quesito, com renda média familiar de 5 a 8 salários. Sendo assim, para o grupo que possui ensino médio completo ou incompleto, a renda média familiar predominante é de até 2 salários mínimos, mas com 3 situações que ultrapassam a renda de 5 salários mínimos, classe essa que não apareceu no grupo anterior.

O terceiro gráfico correlaciona a renda familiar média e os níveis de escolaridade ensino superior completo ou incompleto (Figura 17).

**Figura 17** - Escolaridade e renda familiar média - Ensino superior completo e incompleto

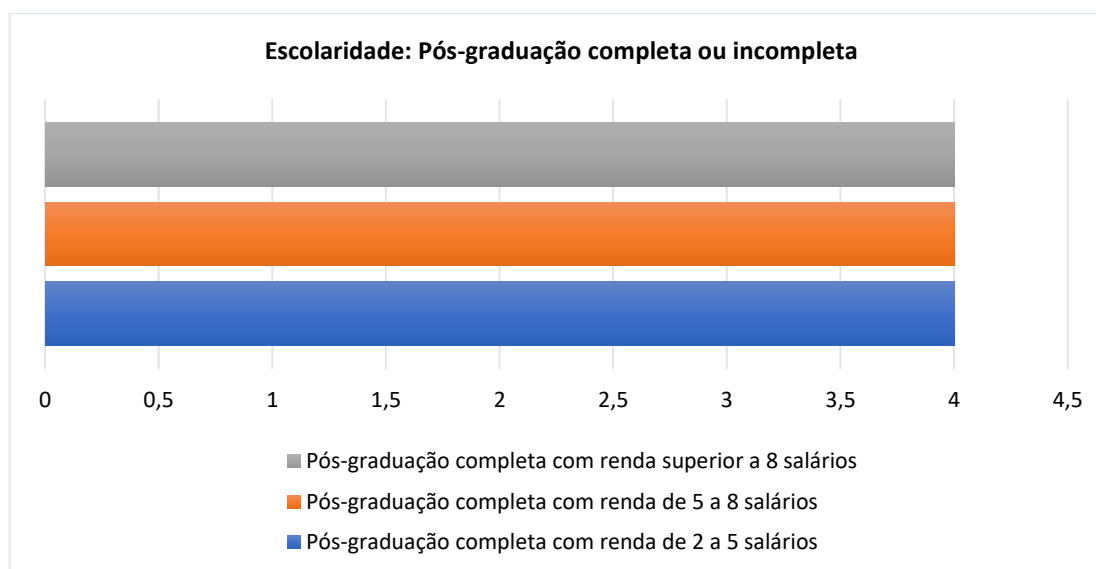
**Fonte:** o autor (2024)

Observa-se que os participantes com “ensino superior completo ou incompleto” possuem a média salarial familiar mais diversificada dentre os grupos supracitados. No contexto geral, a predominância é de renda familiar média de 2 a 5 salários (13), seguido de superior a 8 salários (10), de 5 a 8 salários (9), até 2 salários (2). De um total de 80 participantes, 34 estão nesse grupo (42,5%).

Em uma segunda análise, entre os participantes que possuem ensino superior completo, é possível identificar que a predominância da renda familiar média é superior a 8 salários (10), seguido de 2 a 5 salários (8), de 5 a 8 salários (7), e de até 2 salários (2). Já entre os que possuem ensino superior incompleto a renda familiar média é de 2 a 5 salários (5), e de 5 a 8 salários (2). Dessa forma, para quem possui ensino superior completo a renda familiar média predominante é superior a 8 salários mínimos, e para os que possuem ensino superior incompleto, a renda familiar média predominante é de 2 a 5 salários mínimos. Esses dados indicam que os participantes com ensino superior completo possuem uma renda familiar maior, comparado com os que não concluíram o ensino superior.

O próximo gráfico correlaciona a renda familiar média e os níveis de escolaridade de pós-graduação completa ou incompleta (Figura 18).



**Figura 18** - Escolaridade e renda familiar média - Pós-graduação completa e incompleta

**Fonte:** o autor (2024).

Conforme evidenciado no gráfico, esse grupo contempla o menor número de participantes (12), equivalente à 15%. É importante ressaltar que não foi diferenciado o tipo de pós-graduação (*lato sensu*, *stricto sensu* ou especialização), portanto, o grupo abrange qualquer uma delas. Outra informação evidente é que esse grupo não possui variação nos níveis de escolaridade, os 12 participantes concluíram a pós-graduação. A única variação apresentada está relacionada à renda familiar média: de 2 a 5 salários (4), de 5 a 8 salários (4) e superior a 8 salários (4). Sendo assim, é possível afirmar que esse grupo de participantes, as famílias possuem uma renda acima da média da região, comparando com os grupos de menores níveis de escolaridade.

Ao correlacionar essas duas variáveis, fica evidente que os menores níveis de escolaridade refletem nas menores rendas familiares médias, sendo possível identificar desigualdades relacionadas à educação e renda. Analisando os dados de forma generalizada, dos 80 participantes, 33,8% possuem ensino superior completo, 15% possui pós-graduação completa, somados, chegam a 48,8%, quase metade dos entrevistados. Os participantes com ensino médio completo chegam a 20%, seguidos de ensino fundamental incompleto (10%), superior incompleto (8,7%), fundamental completo (11,3%), e ensino médio incompleto (1%).

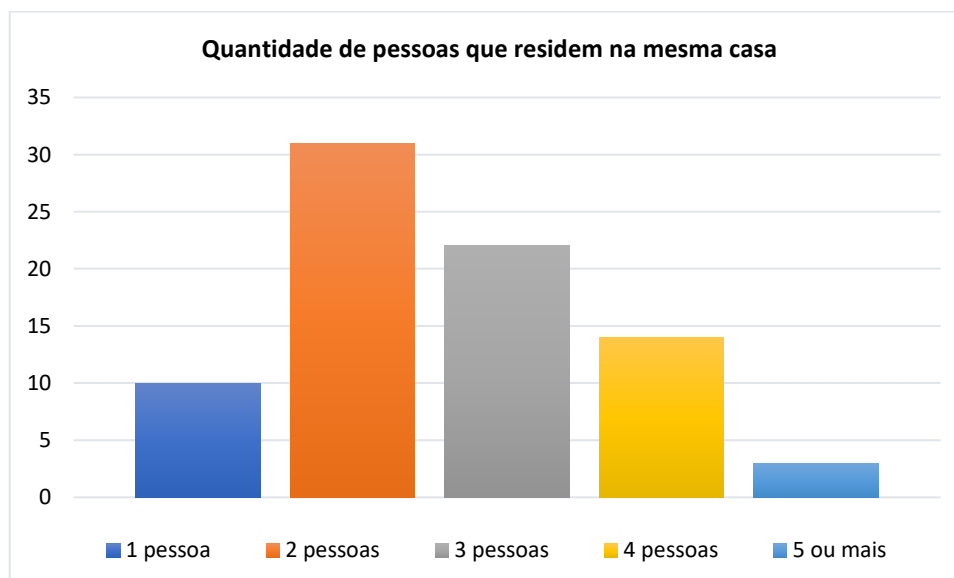
De acordo com os dados coletados, o padrão educacional da população que reside no entorno do parque é de nível superior completo. Com isso, é possível afirmar que essas pessoas tiveram oportunidades e condições para cursar uma graduação, algo que não é tão acessível para grande parte da população.

Já a renda familiar média de forma generalizada, os dados apontam que 36,3% possuem de 2 a 5 salários, seguidos de até 2 salários (25%), de 5 a 8 salários (20%), e superior a 8 salários (18,8%). Sendo assim, a média salarial familiar de 5 a 8 salários e superior a 8 salários, somados chegam a 28,8% do total, é uma porcentagem expressiva. A categoria de 2 a 5 salários também é expressiva (36,3%). Ao considerar as categorias acima de 2 salários mínimos, o total somado chega a 75,1%, indicando um padrão de vida acima da média brasileira *per capita*, que em 2023 foi de R\$ 1.893,00 (IBGE, 2024)<sup>10</sup>. Sendo assim, 25% dos participantes possuem uma renda familiar média abaixo da renda média *per capita*.

Atrelada aos dados de renda familiar média, foi questionado se os participantes recebiam algum benefício do governo. As respostas apontam que 14 participantes recebem algum tipo de benefício, sendo eles: aposentadoria (12), pensão (2), e bolsa família (1). Essas informações indicam que 18,75% da população recebe algum tipo de auxílio do governo, contudo, não foi identificado o tipo de aposentadoria ou de pensão.

Nesse contexto familiar, também foi questionado a quantidade de pessoas que moram na mesma casa (Figura 19).

**Figura 19** - Quantas pessoas residem na mesma casa?



**Fonte:** organizado pelo autor (2024).

Conforme os dados coletados, são famílias em sua maioria compostas por duas pessoas (31), seguido de famílias com 3 pessoas (22), famílias com 4 pessoas (14), apenas uma pessoa

<sup>10</sup> IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2023 para Brasil e unidades da federação. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39262-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2023-para-brasil-e-unidades-da-federacao>. Acesso em: 29 fev. 2024.

(10) e, por fim, famílias com 5 ou mais pessoas (3). Diante disso, é possível identificar um padrão de famílias compostas por duas ou três pessoas.

De acordo com Leone, Maia e Baltar (2010) conhecer o tamanho das famílias e seus diferentes arranjos é fundamental nos estudos sobre a situação socioeconômica da população, já que a família é a esfera responsável pela qualidade de vida de seus membros. Nesse contexto, as famílias dos participantes podem ser consideradas pequenas.

As famílias compostas por poucos membros refletem a sociedade contemporânea, com famílias adaptadas às novas realidades socioeconômicas, culturais e demográficas. Alguns fatores influenciam essa nova realidade, como o retardamento do primeiro filho e o espaçamento no nascimento dos filhos; diminuição da taxa de fecundidade; divórcios; famílias monoparentais, em especial as chefiadas por mulheres (Leone; Maia; Baltar, 2010).

Outra questão aplicada foi sobre a profissão/ocupação dos participantes. Algumas aparecem mais do que outras, sendo possível observar no quadro (2).

**Quadro 2** - Profissão/ocupação dos participantes

<b>Qual é a sua profissão?</b>	<b>Quantitativo</b>
Do lar	16
Professor (a)	9
Empresário (a)	6
Vendedor (a)	5
Eletricista	3
Agricultor; Arquiteto (a); Bancário; Engenheiro agrônomo; Mecânico; Policial militar.	2
Agente comunitário de saúde; Cuidadora; Diarista; Enfermeira; Estudante; Farmacêutica; Gastrônomo; Jardineiro; Juíza; Médico; Músico; Psicóloga; Representante comercial; Técnico administrativo; Advogada.	1

**Fonte:** o autor (2024).

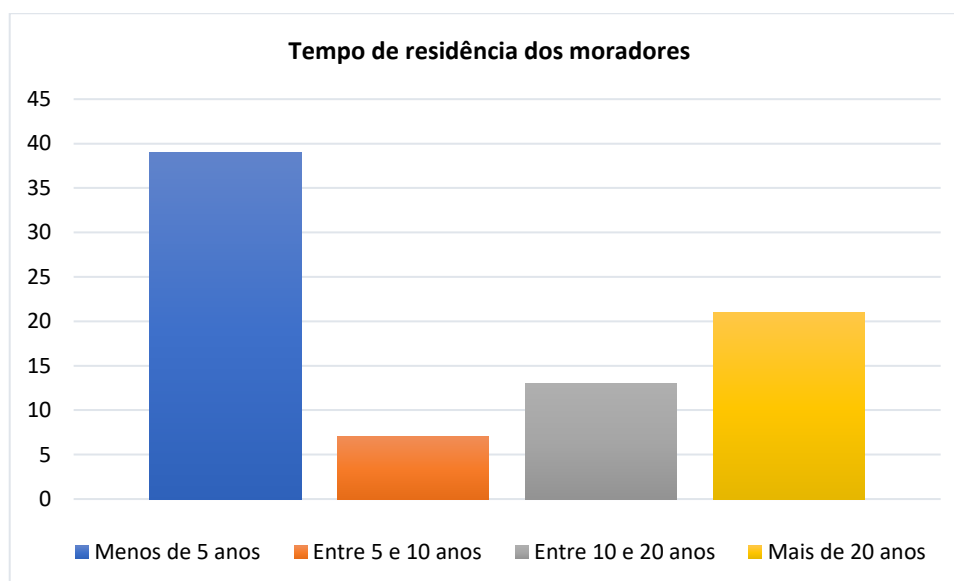
Conforme observado no quadro 2, a distribuição em termos de ocupação/profissão que mais foram citadas são: Do lar (16), seguido dos professores (9); empresários (6), vendedores (5), eletricitas (3), agricultores, (2), arquitetos (2), bancários (2), engenheiros agrônomos (2), mecânicos (2), e policiais militares (2). Destaca-se que nessa mesma questão alguns participantes responderam aposentado (12), pessoas que não estão trabalhando em tempo integral; e funcionário público (6), termo que não descreve uma profissão, mas sim um grupo de pessoas que trabalham para o governo em diversas funções.

A maioria dessas ocupações/profissões exigem algum tipo de estudo, e correlacionando com os dados de escolaridade, onde 48,8% possui graduação e pós-graduação concluídas, reafirma que dentro dessa amostra, a população circundante teve acesso à educação de nível

superior. Os funcionários públicos e aposentados também entram nessa estatística, além disso, são pessoas que possuem estabilidade financeira com renda mensal fixa.

Para compreender a relação dos participantes com o parque, a investigação se preocupou em questionar há quanto tempo eles residem na casa (Figura 20).

**Figura 20** - Há quanto tempo você reside nesta casa?



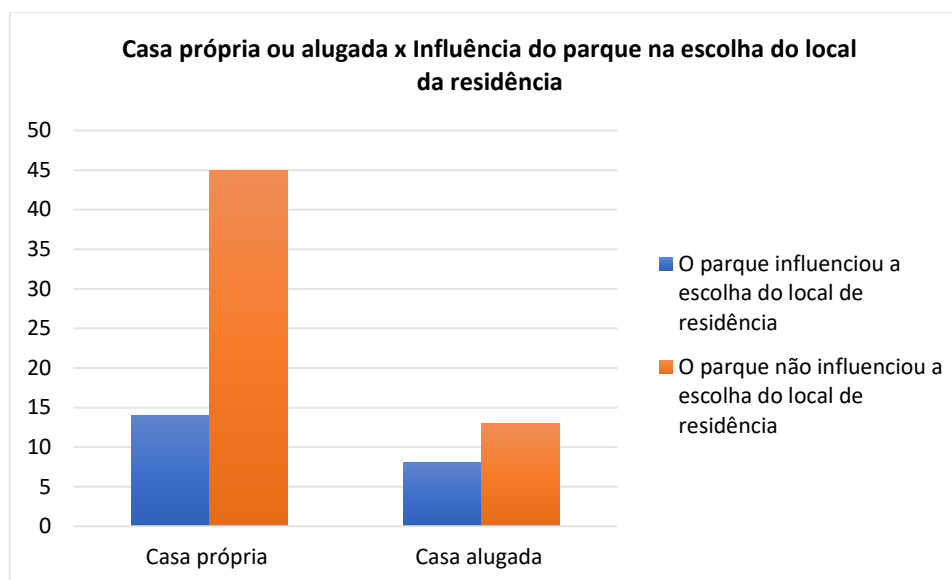
**Fonte:** o autor (2024).

A distribuição temporal de residência na região aponta: menos de 5 anos (39), seguido de mais de 20 anos (21), entre 10 e 20 anos (13), e entre 5 e 10 anos (7). Esses dados indicam que existe uma quantidade significativa de pessoas que moram na região a menos de 5 anos, portanto, a região esteve e ainda está em processo de expansão. Contudo, também existe famílias que moram na região há mais de 20 anos, são pessoas que presenciaram muitas transformações da paisagem do parque e do seu entorno, viram a valorização da região acontecer de forma gradual.

Considerando que a região teve um desenvolvimento acelerado nos últimos 10 anos, com novos residenciais sendo construídos, as pessoas que moram na área entre 10 e 20 anos e entre 5 e 10 anos, também acompanharam a evolução histórica da paisagem, e vivenciaram melhorias na paisagem do parque, assim como o antigo e atual problema ambiental de assoreamento do lago, que pode ser observado no quadro de imagens históricas apresentado na seção 4. Portanto, a área abriga moradores antigos que vivenciaram as mudanças históricas da paisagem, assim como mais recentes, que estão vivenciando a expansão urbana e as novas morfologias da paisagem atual.

Também foi perguntado se a residência dos participantes é própria, alugada ou cedida para uso. Além disso, outro ponto chave da discussão está presente no questionário: Você veio morar aqui por conta da existência do parque? (Figura 21).

**Figura 21** - Influência do parque entre os proprietários e residentes



**Fonte:** o autor (2024).

De acordo com os dados, 73,7% dos participantes possuem casa própria (59), enquanto 26,3% moram de aluguel (23). Portanto, a maioria dos residentes possuem casa própria, independentemente de serem moradores recentes ou antigos na região. Conforme os dados coletados, 72,5% dos residentes não escolheram a moradia exclusivamente por conta da existência do parque, enquanto 27,5% tiveram o parque como principal motivo para residirem na região.

Contudo, durante a aplicação do questionário, a subjetividade das respostas foi observada, sendo assim, possibilitou analisar que, por mais que a maioria dos respondentes escolheram a opção “não” para o motivo de terem escolhido a localização da residência, o parque configura sim como um dos motivos que atraíram essas pessoas. Os comentários diziam que o parque não foi o principal motivo, mas que sim, teve influência alguma influência.

Nesse sentido, a subseção seguinte apresenta discussões relacionadas as percepções e interações da comunidade local em relação à paisagem do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.

De modo geral, foi possível observar que os participantes com as menores rendas familiares possuem os menores níveis de escolaridade da região, enquanto os que possuem

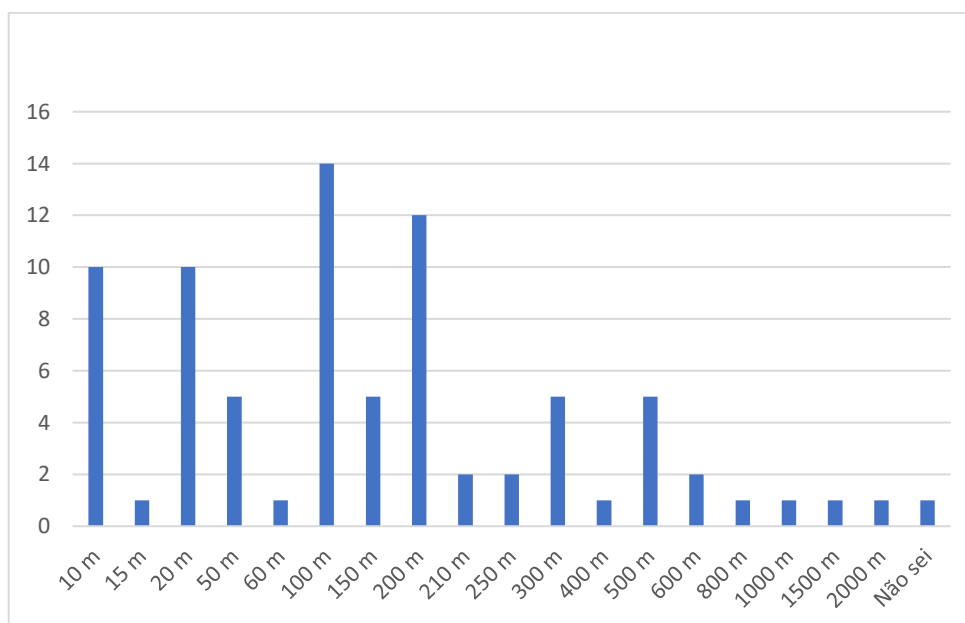
maiores níveis de escolaridade, possuem as maiores rendas familiares. Dos entrevistados, a maior parte são mulheres, com percentual expressivo de ocupação “do lar”. Os homens entrevistados possuem ocupações que exigem deslocamento até o trabalho, esse fator pode justificar a menor participação nas abordagens das residências em dias úteis.

Outra evidencia é que grande parte dos moradores residem na região a menos de cinco anos. Sendo assim, são casas novas, recém construídas, um processo de expansão urbana recente, caracterizam os residenciais de alto padrão no entorno do parque. Os moradores mais antigos estão na região antes mesmo da criação do parque, há mais de 20 anos. Correlacionando com o fator temporal de moradia, a maioria dos entrevistados possuem casa própria, portanto, é possível afirmar que além da recente expansão urbana, os proprietários desses imóveis fazem parte de uma pequena parcela da população solvável.

#### 4.2.2 Da percepção à apropriação do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira

A relação entre os moradores locais e a paisagem em estudo é multifacetada e dinâmica, as interações ocorrem de forma direta e indireta no cotidiano. Dessa forma, esta subseção busca explorar como os residentes utilizam e se apropriam da paisagem. O primeiro aspecto questionado foi sobre a distância aproximada da residência em relação ao parque (Figura 22).

**Figura 22** - Distância aproximada das residências do parque



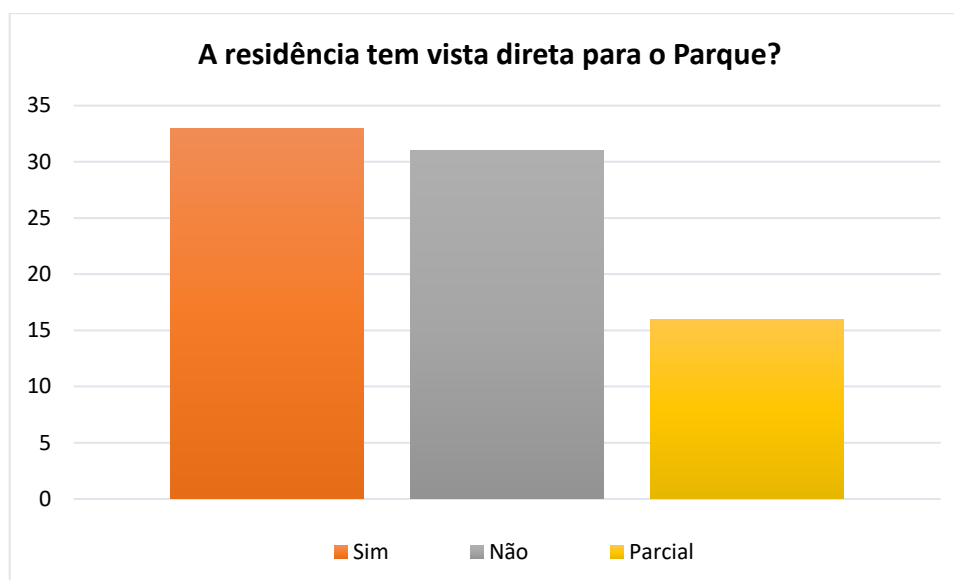
**Fonte:** o autor (2024).

É evidente que a maioria dos entrevistados residem muito próximo ao parque. Nesse sentido, quanto mais próximo do parque, mais valorizado o imóvel, principalmente em termos econômicos. Gomes (2014) aponta essa perceptiva de valorização econômica do espaço relacionado com as áreas verdes, que direcionam o uso e ocupação do solo nos arredores.

Com isso, é possível afirmar que grande parte dessas famílias fazem parte da população solvável, ou seja, que podem pagar por valores altos no mercado imobiliário. Esses imóveis fazem parte de um grupo seletivo de residências próximas ao Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, a principal amenidade da paisagem na região. O reflexo dessa valorização são os residenciais de *status*, construídos e planejados próximos às áreas verdes, Corrêa (2004) elucida que essa perspectiva das áreas verdes, amenidades naturais ou construídas, como é o caso do parque, valorizam a região.

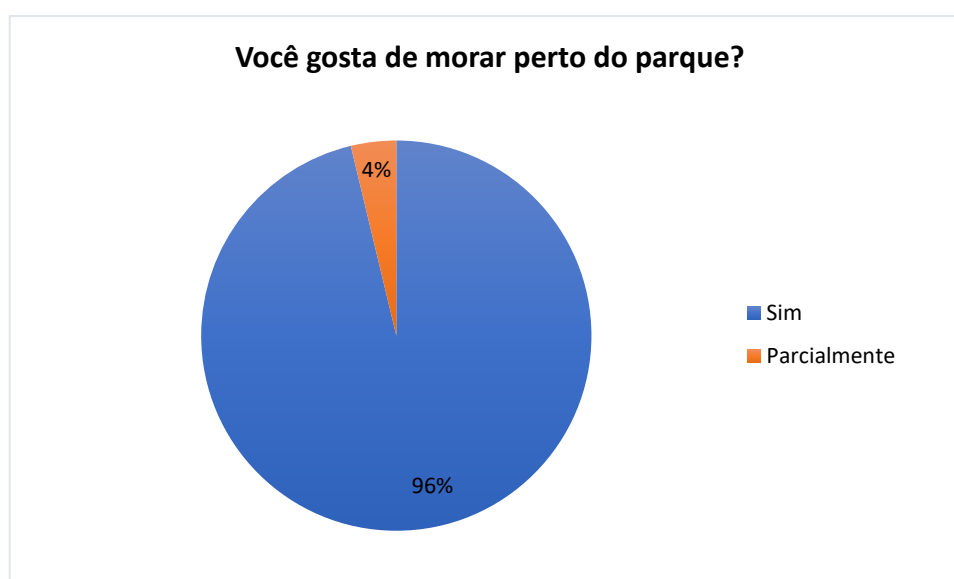
Outro aspecto sobre a distância das residências em relação ao parque, é que esse fator pode interferir na acessibilidade do espaço, quanto mais próximo, mais fácil o acesso. Mazzei, Colesanti e Santos (2007) argumentam sobre a importância da curta distância entre as áreas verdes e as residências, na acessibilidade para práticas de lazer e recreação. Além disso, Buchcheti-Filho e Tonetti (2011) apontam a qualidade ambiental como componente que supre as necessidades fisiológicas dos indivíduos, portanto, quanto mais próximo ao parque, maiores são as chances de se ter qualidade de vida.

A distância também reflete na contemplação, nas possibilidades dos moradores de vivenciarem a paisagem da janela de suas residências, especialmente os que moram com vista direta ou parcial para o lago. Nesse sentido, também foi perguntado se as residências tinham vista direta ou parcial para o parque e se os participantes gostam de morar próximo ao parque (Figura 23).

**Figura 23** – Distribuição das residências que possuem ou não vista direta ou parcial para o Parque

**Fonte:** o autor (2024).

De acordo com os dados coletados, as residências com vista direta para o parque são (33), as que não possuem vista direta são (28), e as com vista parcial são (16). Sobre essa proximidade, foi perguntado se os participantes gostam de morar próximo ao parque (Figura 24).

**Figura 24** – Preferência dos moradores em relação à proximidade de morar perto do Parque.

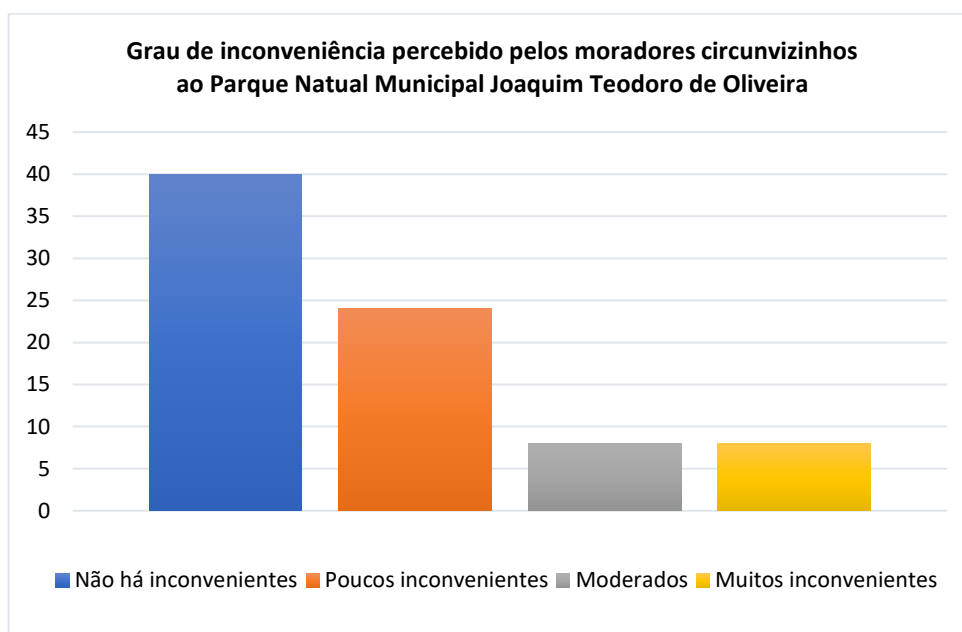
**Fonte:** o autor (2024).

Sobre gostar ou não de morar próximo ao parque, (77) participantes disseram que sim, enquanto apenas (3) disseram gostar parcialmente. Nesse sentido, as vivências e percepções



relacionadas à paisagem do parque são subjetivas. Neves (1992) relaciona os aspectos estéticos da paisagem à percepção individual, enquanto Bhering (2019) pontua os efeitos emocionais resultantes da nossa experiência visual, portanto, de 80 participantes, 77 tiveram mais experiências positivas em relação à paisagem do que negativas, e 3 participantes encontraram alguns desafios ou inconvenientes. Sendo assim, é importante avaliar o grau de inconveniência percebido pelos moradores (Figura 25).

**Figura 25** - Avaliação do grau de inconveniência percebido



**Fonte:** o autor (2024).

Os dados coletados evidenciam que a maior parte dos moradores entrevistados (40), consideram que não há inconvenientes como resultado de morarem próximo ao parque, enquanto (24) apontam poucos inconvenientes, seguido de moderados (8), e muitos inconvenientes (8). Os números de entrevistados satisfeitos com a localidade chegam a 50%, os que encontraram poucos inconvenientes é de 30%, sendo possível afirmar que a região proporciona mais benefícios do que malefícios. Contudo, não se deve ignorar os inconvenientes percebidos, entre moderados e muitos inconvenientes o número chega a 20%.

Nessa perspectiva, uma questão aberta foi disponibilizada para que os participantes pudessem expressar quais desafios ou inconvenientes eles já tiveram como resultado de morar próximo ao parque (Quadro 3).

**Quadro 3** - Desafios e inconvenientes vivenciados pelos moradores

<b>Quais desafios ou inconvenientes você já experimentou como resultado de morar próximo ao parque?</b>
Barulho de estabelecimentos próximos e comércio desorganizado em frente ao portão principal.
Grande movimento de pessoas no final de semana, pouca segurança em torno do parque. Lixo, vigias que não cuidam da limpeza e instrução dos frequentadores que jogam lixo no chão.
O trânsito aos finais de semana, motoristas que entram na contramão, ruas estreitas e falta de estacionamento para quem é morador.
O lixo jogado pelas pessoas que frequentam o parque.
Muitas capivaras no parque e o risco de transmitir doenças (carrapato).
Bagunça, algazarra, muito barulho aos finais de semana.
Há 12 anos, os peixes do lago morreram, resultando em um odor desagradável persistente na região por vários dias.
No inverno, a sensação de frio é mais intensa quando se vive nas proximidades do parque.
Ocorrem acidentes de trânsito nas proximidades (talvez pela necessidade de melhor sinalização) e atropelamento de animais silvestres.
Muitos insetos em casa e animais silvestres atropelados nas proximidades.
Grades estouradas que cercam o parque e o uso de drogas no seu interior.
Pessoas estranhas paradas na frente do lago, medo de caminhar sozinha na pista e barulho por conta dos carros que param para escutar música.
Já vivenciei assédio próximo ao parque, deveria ter mais segurança na região.
Algumas pessoas que frequentam a quadra usam vocabulários esdrúxulos e a gente que mora perto se sente incomodado, temos criança em casa, são muitos “palavrões”. Muito barulho de madrugada, certo dia chutaram o portão de casa e tivemos que chamar a polícia, pois os garotos insistiam no vandalismo de madrugada. De manhã aqui em casa já acordamos com barulho devido a movimentação de pessoas.
A vista da paisagem da minha casa é bem de frente com essa parte de assoreamento do lago, é muito feio. E a limpeza deixa a desejar nesse lado oposto da entrada principal, é um descaso.
Temos pouca privacidade aqui em casa, moramos em frente ao portão (secundário), mas também tem muito movimento.

**Fonte:** o autor (2024).

As respostas indicam que os inconvenientes percebidos pelos residentes da região estão principalmente relacionados ao trânsito, como o tráfego intenso de automóveis e, conseqüentemente, ruas superlotadas, carros estacionados em frente das casas, ocupando um lugar onde os moradores gostariam de utilizar para seus veículos próprios ou para seus visitantes. Outro aspecto evidenciado foram os acidentes nas ruas próximas ao parque, muitas

ruas são estreitas e de sentido único, alguns motoristas passam na contramão, causando incômodo para quem é da região.

O parque é um dos principais pontos de encontro da cidade de Campo Mourão, portanto, aos finais de semana é intensamente frequentado, causando esse fluxo intenso de pessoas, que para muitos residentes, causam alguns inconvenientes. Atrelado aos frequentadores do parque, alguns residentes relatam o incômodo com os ruídos sonoros, onde grupos de pessoas se reúnem no parque ou em seu entorno, para ouvir música alta em carros ou caixa de som, interferindo na sensação de tranquilidade. Outra questão mencionada e que tem relação com os ruídos sonoros é o som alto dos estabelecimentos comerciais presentes na região.

Outro incômodo percebido é com a forma como as pessoas se expressam no parque. Os inconvenientes relatados são: barulho excessivo; a forma como as pessoas se expressa, utilizando xingamentos; ruídos pela manhã e madrugada, causados pelas pessoas; vandalismo contra as casas próximas. Esses inconvenientes foram relatados por uma participante que reside na frente no parque, e convive esporadicamente com essas situações que geram inúmeros desconfortos.

Alguns respondentes também relatam a poluição como um inconveniente, pois, segundo eles, alguns frequentadores jogam lixo, deixando as ruas sujas e pouco atrativas. A sensação de insegurança também foi relatada, segundo os moradores, há pouca segurança, poucos guardas para monitorarem o parque, com isso, em alguns pontos as grades que cercam o parque estão com buracos, dando margem para pessoas entrarem em horários de não funcionamento do parque, objetivando a utilização de substâncias ilícitas (Figura 26).

**Figura 26** - Grade aberta que cerca o parque



**Fonte:** o autor (2024).

Outro inconveniente citado é que existem muitos insetos invadindo as casas próximas do parque, bem como ocorre atropelamento de animais silvestres na região. De fato, morar próximo a áreas verdes pode causar esse incômodo relacionado aos insetos. Sobre os animais atropelados, alguns pontos das grades estão abertos, sendo assim, cabe a administração pública cuidar da estrutura para que isso não aconteça.

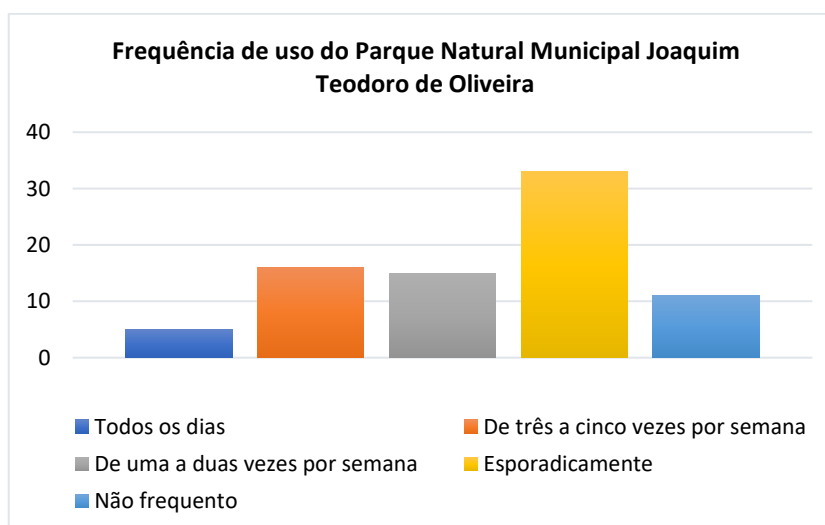
Também foram relatadas questões relacionadas ao conforto térmico, ou mais precisamente, ao desconforto térmico. Enquanto no verão a vegetação contribui na mitigação do calor, reduzindo a temperatura do local e proporcionando o conforto térmico ao minimizar a sensação de aridez, no inverno a região se torna mais fria do que as outras devido à interferência da vegetação no microclima local.

Uma outra questão citada tem relação com a segurança nas redondezas do parque, muito importante para evitar situações de assédio. Uma participante chegou a relatar que é bem comum isso acontecer na região, principalmente pela falta de segurança. Além disso, essa sensação de insegurança ocorre também dentro do próprio parque, pela falta de iluminação em pontos específicos da trilha de caminhada, que ao entardecer se torna muito escura (Figura 27).

**Figura 27** - Pista de caminhada

**Fonte:** o autor (2024).

A paisagem do parque vista de fora também causa desconforto, principalmente para os moradores da lateral do parque onde é possível ver o lago assoreado do quintal de suas casas. Inclusive, um participante chegou a relatar que há alguns anos, devido ao assoreamento do lago, vários peixes morreram e a região foi tomada pelo odor desagradável, causando desconforto olfativo. Entretanto, ainda que existam essas situações de incomodo e desconforto, 96,25% dos participantes gostam de morar próximo ao parque, portanto, outro ponto importante a se investigar é qual a frequência que os moradores utilizam do parque (Figura 28).

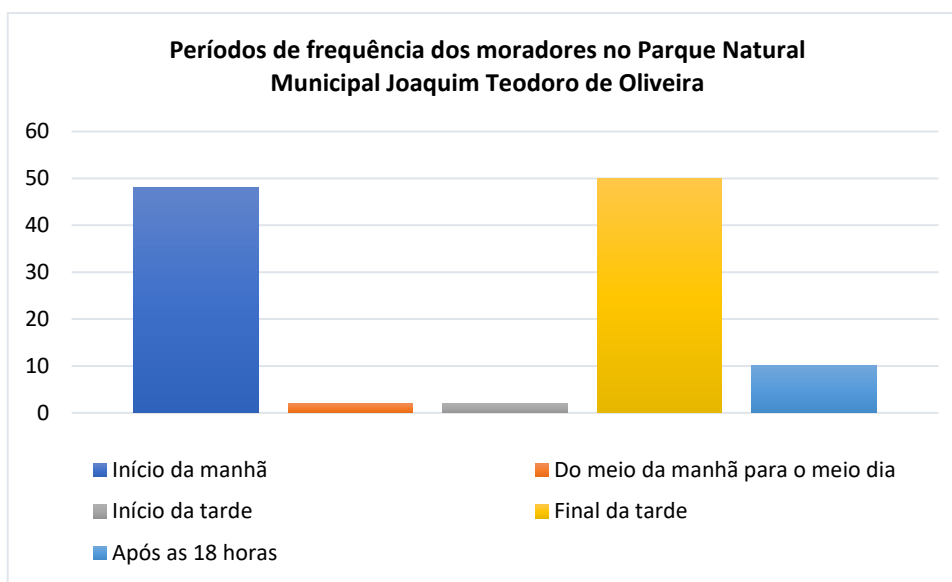
**Figura 28** - Com que frequência você utiliza o parque?

**Fonte:** o autor (2024).

Conforte exposto no gráfico, a maioria dos participantes frequentam o parque esporadicamente (33), seguido de três a cinco vezes por semana (16), de uma a duas vezes por semana (15), não frequenta o parque (11), e todos os dias (5). Sendo assim, de um total de 80 participantes, 36 usufruem do parque e vivenciam a paisagem, com maior ou menor frequência, e 44 frequentam esporadicamente ou não frequentam.

Nesse sentido, para compreender quais horários os participantes costumam vivenciar a paisagem, foi questionado os horários de frequência no parque (Figura 29). A questão foi estruturada de forma que os participantes poderiam selecionar mais de um período.

**Figura 29** - Períodos do dia em que os residentes costumam utilizar o parque



Fonte: o autor (2024).

Observa-se que a maioria dos participantes indicam preferência por frequentar o parque durante o início da manhã (48) e no final da tarde (50). Outros preferem após as 18 horas (10), seguido do meio da manhã para o meio dia (1) e início da tarde (2). Essas preferências estão relacionadas às diferentes formas de percepção da paisagem, sendo possível identificar um padrão de horário na utilização do parque – início da manhã e final da tarde.

Neves (1992) indica que a paisagem pode ser percebida de diferentes formas a depender do período do dia (manhã, tarde ou noite), sendo a luminosidade um dos fatores que interferem na percepção. Nesse contexto, foi questionado os motivos para essas escolhas de horários (Quadro 4).

**Quadro 4** - Justificativas pelas escolhas dos horários frequentados

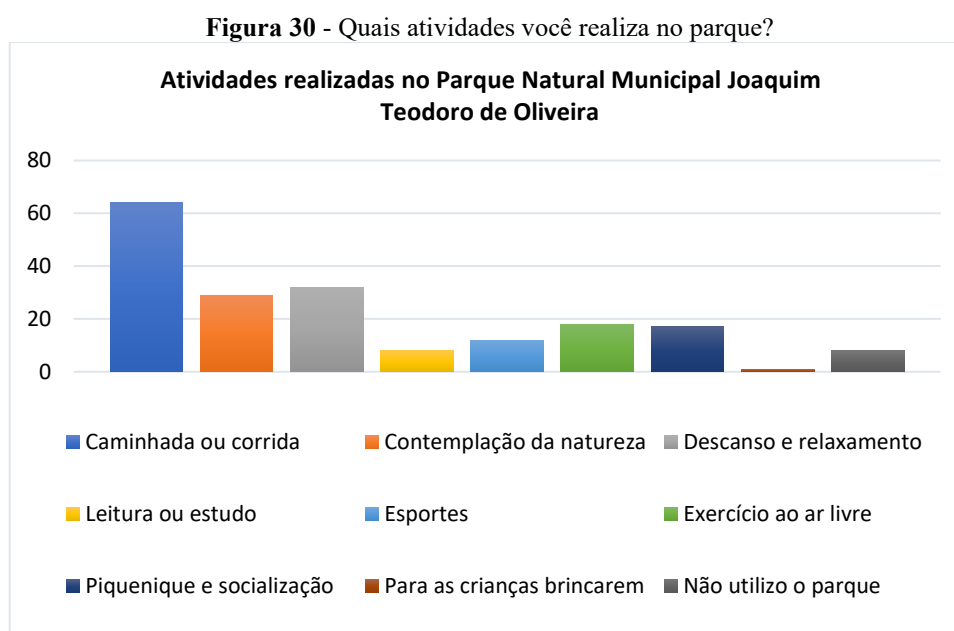
<b>Períodos do dia mais frequentados</b>	<b>Justificativas</b>
Início da manhã	Por conta de ser mais fresco.
	Menos movimento e temperatura agradável.
	Mais fresco e disponibilidade de tempo, antes de ir trabalhar.
	É um bom horário para fazer caminhada.
	Disponibilidade por conta do trabalho e também é mais fresco.
	Menos exposição ao sol e menos movimento.
Do meio da manhã para o meio dia	Bom horário para descanso e lazer.
Início da tarde	Horário que tem tempo livre e o parque está pouco movimentado.
Final da tarde	Disponibilidade de horário, após chegar do trabalho.
	Disponibilidade por conta do trabalho e o tempo ameno.
	Menor incidência solar (mais fresco).
	É o horário mais fresco e o sol está mais brando.
	O tempo está mais fresco e quando tenho disponibilidade.
	A temperatura baixa nesse horário.
	Menos exposição ao sol e menor movimento no parque.
Procuro horários em que o sol e calor estejam mais brandos.	
Após as 18 horas	Disponibilidade de horário, após o trabalho.
	Menor incidência solar e está mais fresco.

**Fonte:** o autor (2024).

A investigação das razões pelas quais as pessoas optam por frequentar o parque em horários específicos revela que alguns participantes destacam o período da manhã e o final da tarde como preferidos, e as justificativas são: temperatura amena; menor exposição solar; disponibilidade de horários; e após o trabalho. Para o início da manhã, outro aspecto é que o parque apresenta um menor número de frequentadores, algumas pessoas preferem utilizar o espaço nesse período, pois preferem praticar atividade física em um ambiente mais tranquilo.

Essas respostas começaram a se repetir, muitos moradores da região que frequentam o parque no período da manhã, também frequentam no final da tarde, pelas mesmas justificativas. Os participantes que frequentam após as 18 horas justificam a escolha pela disponibilidade de horário, após chegarem do trabalho e pela menor incidência solar. Já do meio da manhã e início da tarde, são períodos pouco frequentados, são horários em que a incidência solar está muito forte, comparado aos outros períodos do dia.

O parque é visto como espaço de encontro de pessoas, atividades em grupo ou individuais, como o estudo e leitura. Também se configura espaço para a família, pois propicia espaço para crianças brincarem e terem um momento de lazer e recreação. Nesse contexto, é importante compreender como essa paisagem é apropriado pelos moradores da região, portanto, também foi questionado quais atividades os participantes realizam no parque, permitindo a seleção de mais de uma resposta (Figura 30).



**Fonte:** o autor (2024).

As atividades mais mencionadas incluem caminhada ou corrida (64), descanso e relaxamento (32) e contemplação da natureza (29). Essas atividades refletem o parque como espaço que promove o bem-estar físico e mental, por meio das práticas esportivas, o descanso e relaxamento em meio ao caos urbano. A contemplação da natureza está ligada aos aspectos subjetivos da paisagem e as sensações evocadas por ela, percebidas pelo confronto psicológico (Andreotti, 2013).

Autores como Sitte (1992); Nucci (2008) e Vieira (2004) elucidam as funções psicológicas das áreas verdes, que influenciam nas sensações de tranquilidade, relaxamento,



afastando a “angústia” da cidade, sendo a cobertura vegetal capaz de alterar o humor das pessoas. Esses aspectos do parque estão relacionados com a forma como os participantes se apropriam do parque, em atividades ativas (práticas de esportes) ou atividades passivas (de contemplação e descanso).

Outras atividades que também aparecem de forma expressiva são os exercícios ao ar livre (18), piquenique e socialização (17), esportes (12), leitura ou estudo (8), e para as crianças brincarem (1). O espaço público, conforme Gomes (2018), é o local onde distintos grupos se encontram e interagem. A partir das respostas, é possível afirmar que o Parque Natural Joaquim Teodoro de Oliveira cumpre sua função quanto espaço público.

Essa variedade de atividades refletem o parque como espaço de lazer, recreação e contato direto com a natureza. O entendimento de como o parque é utilizado pela comunidade local contribui para que os governantes locais voltem a atenção para a infraestrutura do parque e desenvolva eventos que atendam às expectativas e interesses não só de quem reside nas proximidades, mas para toda a comunidade do município.

Morin (2005) enfatiza as interações dinâmicas e não lineares entre os elementos de um sistema. Nesse sentido, a paisagem é um sistema dinâmico de interconexões entre elementos naturais, construídos e as relações sociais. Ao se apropriar da paisagem, os moradores interagem com esses elementos e constroem a própria subjetividade. A forma como os moradores utilizam o espaço é determinada pelo o que o espaço tem a oferecer, sendo assim, a relação de interdependência dos elementos da paisagem deve ser clara, para realizar atividades físicas no parque, a estrutura deve estar funcionando; para se sentir confortável, o parque precisa contemplar elementos naturais que impactam no conforto térmico; para a permanência de animais silvestres, a qualidade da água do lago deve ser prioridade.

De modo geral, os participantes da pesquisa gostam de morar próximo ao parque, alguns possuem vista direta e outros vista parcial para a paisagem do parque, e podem desfrutar da beleza cênica. Mas, não existem somente aspectos positivos proporcionados pela proximidade. O parque é um espaço público muito frequentado durante toda a semana, portanto, existem alguns inconvenientes percebidos pelos moradores.

Apesar dos graus de inconveniência serem baixos, os moradores relataram alguns como: ruídos sonoros; o fluxo de pessoas e automóveis; problemas relacionados ao trânsito; o lixo jogado pelos visitantes; o desconforto térmico no inverno; assédio; insegurança; entre outros. É possível reconhecer o parque como um espaço que traz muitos benefícios a população circundante, mas é necessário também reconhecer os desafios enfrentados pelos moradores locais.

Os dados relevam informações sobre a utilização do parque, indicando que a maioria visita o parque esporadicamente. Mas, existem pessoas que frequentam quase que diariamente, e que devido a rotina, família e filhos, não é possível frequentar todos os dias. Essa frequência é observada principalmente em horários em que a incidência solar é menor, como no início da manhã ou no final da tarde, inclusive, ao serem questionados sobre os horários, os moradores responderam exatamente esse fator. Além disso, a disponibilidade também caracteriza como justificativa, muitos frequentam antes ou depois do trabalho.

As formas de utilização do espaço do parque mais evidente foram: caminhada ou corrida; descanso ou relaxamento (lazer passivo); e contemplação da natureza. Outros exercícios ao ar livre e piquenique e socialização também são atividades que aparecem de forma expressiva.

## 5 O PARQUE COMO ELEMENTO (DES) VALORIZADOR DO ESPAÇO URBANO: A PAISAGEM COMO VITRINE

Os parques urbanos em sua grande maioria são planejados para desempenharem um papel essencial no ambiente urbano, apresentando cores vibrantes e estruturas físicas atraentes em contraste com o concreto da cidade. A harmonia visual desses espaços estabelece uma atmosfera acolhedora e relaxante, contribuindo para o bem-estar daqueles que os frequentam.

Além da estética, a presença de vegetação nos parques urbanos oferece um refúgio para o ritmo acelerado da vida urbana. O contato direto com elementos naturais como as árvores e os gramados, além de elementos construídos como os lagos artificiais, proporcionam uma conexão com a natureza que revigora os sentidos e alivia o estresse cotidiano.

A harmonia da paisagem entre uma estética cuidadosamente planejada e a influência restauradora da natureza realça a beleza do ambiente urbano e contribui significativamente para a saúde mental e emocional daqueles que buscam refúgio nos parques, considerados como verdadeiros oásis urbanos.

Adicionalmente, com base nos valores intrínsecos à paisagem apresentados na seção teórica, é possível elaborar um quadro síntese com os principais valores da paisagem identificados, destacando a objetividade e subjetividade na paisagem. Esses valores da paisagem foram agrupados em sete eixos orientadores, são eles: conforto térmico; estético; psicológico; econômico; histórico-cultural; ambiental-ecológico; saúde (Quadro 5).

**Quadro 5** - Valores da paisagem

<b>CONFORTO TÉRMICO</b>	<b>Aspectos objetivos:</b> Temperatura, umidade relativa e velocidade do ar, radiação solar de um ambiente, temperatura radiante média (paredes, pisos, tetos).
	<b>Aspectos subjetivos:</b> Estão relacionados à forma como as pessoas percebem e interpretam essas condições objetivas no ambiente. Ou seja, as preferências pessoais por ambientes mais quentes ou mais frios. O estado psicológico de uma pessoa também pode influenciar na percepção, bem como o nível de atividade física, pois uma pessoa fisicamente ativa, pode se sentir mais quente, portanto, mais confortável em um ambiente mais frio.
<b>ESTÉTICO</b>	<b>Aspectos objetivos:</b> A paisagem possui características físicas, elementos como lagos, vegetação, incluindo as árvores, flores, também os animais, construções, pontes, cores e texturas, que, contribuem para a estética da paisagem, seguindo princípios estéticos compartilhados. Além disso, a construção paisagística de parques tem a intenção de reproduzir simétrica ou assimetricamente ambientes que são agradáveis ao olhar, ou que chamem a atenção de alguma forma dos usuários daquele espaço.

	<p><b>Aspectos subjetivos:</b> As pessoas são influenciadas pelas experiências e emoções individuais, como os valores culturais, estado emocional e mental, além de associações simbólicas, com significados não compartilhados. A estética da paisagem atua diretamente na sua transformação em beleza cênica, quando agradável ao olhar dos observadores.</p>
<b>PSICOLÓGICO</b>	<p><b>Aspectos objetivos:</b> A paisagem com a presença de elementos naturais, como plantas e água, pode promover o relaxamento e a concentração. Essa composição de elementos estimula, para várias pessoas, o sentimento de conexão com o natural, além disso, tendem a ser consideradas paisagens mais atraentes e podem promover o bem-estar psicológico, bem como a diversidade de espécies de plantas e animais em uma paisagem.</p>
	<p><b>Aspectos subjetivos:</b> A percepção de uma paisagem é influenciada pelas experiências pessoais e memórias associadas. Pode-se então, evocar lembranças felizes, mas também tristes, considerando a afetividade. A paisagem também constitui em valores diferentes para cada indivíduo, com o senso de pertencimento e identidade, as preferências pessoais, os significados históricos e culturais, o estado emocional e as conexões espirituais ou religiosas.</p>
<b>ECONÔMICO</b>	<p><b>Aspectos objetivos:</b> Referem-se aos elementos físicos da paisagem que podem impactar de forma direta ou indireta na economia. Aspectos quantificados e mensurados como os recursos naturais disponíveis na paisagem, o turismo, a valorização imobiliária, e os serviços ecossistêmicos, na prevenção da erosão do solo e a polinização de plantas. Outros fatores que contribuem para a valorização econômica da paisagem: possibilidades de lazer, prática de exercícios físicos, socialização e contemplação.</p>
	<p><b>Aspectos subjetivos:</b> A percepção de valor de uma paisagem pode variar individualmente, pois existem pessoas de diferentes classes sociais, o que pode ser de alto custo para determinada pessoa, para outra pode não ser. Além disso, as pessoas carregam valores individuais do que é considerado belo. As preferências individuais ou culturais de uso da terra também são considerados aspectos subjetivos, pois uma sociedade pode preferir valorizar a construção de espaços verdes e UCs, ou desenvolver uma região para fins comerciais e residenciais. Ao atribuir valor econômico à uma paisagem, as pessoas podem ser influenciadas pelo sentimento de elitização desses espaços, pela associação de determinada localidade ao empoderamento econômico de quem ali reside.</p>
<b>HISTÓRICO-CULTURAL</b>	<p><b>Aspectos objetivos:</b> A paisagem é um registro visual das nossas origens e do legado deixado pelas gerações passadas, portanto, paisagem também é história. Compõem a paisagem os elementos mensuráveis como monumentos e edifícios históricos, patrimônio arqueológico, manifestações físicas de tradições culturais, como as esculturas, murais e outras formas de arte pública, e o planejamento urbano com a disposição de edifícios, parques e outros espaços públicos.</p>
	<p><b>Aspectos subjetivos:</b> Os significados e identidades culturais das paisagens se relacionam com as pessoas de formas diferentes. Além disso, as conexões culturais e as memórias também podem ser perspectivas individuais, com valores e crenças distintas, interpretações históricas diversas, e que influenciam na percepção e valorização das paisagens.</p>

<b>AMBIENTAL- ECOLÓGICO</b>	<p><b>Aspectos objetivos:</b> A paisagem composta por vegetação abriga uma diversidade de espécies de flora e fauna e podem constituir em área de preservação. Além disso, inclui a regulação climática e a purificação do ar. Tudo isso contribui para a saúde e bem-estar humano, por meio de espaços urbanos de recreação que promovem a saúde física e mental e espiritual. Além disso, destaca-se a educação ambiental, com o aprofundamento do conhecimento do ambiente natural, o conhecimento ecológico, o desenvolvimento do sentido de conexão e apreciação da natureza, e o entendimento dos impactos das ações humanas no ambiente.</p>
	<p><b>Aspectos subjetivos:</b> Cada indivíduo estabelece uma conexão única com a natureza, que é moldada por suas experiências pessoais. Em relação à educação ambiental, o conhecimento obtido será aplicado de distintas formas, variando de pessoa para pessoa.</p>
<b>SAÚDE</b>	<p><b>Aspectos objetivos:</b> A qualidade do ar influencia na saúde das pessoas, bem como a qualidade da água, que pode ser utilizada para o consumo ou irrigação. Os espaços verdes e recreativos podem promover a saúde física e mental, trazendo oportunidades para exercício físico e interação social. Além disso, existe os vetores de doenças presentes nas paisagens, como água parada, locais de reprodução para mosquitos que transmitem doenças como a dengue. Os ruídos presentes em uma paisagem podem influenciar no estresse de pessoas que estão inseridas nelas.</p>
	<p><b>Aspectos subjetivos:</b> A sensação de segurança em uma paisagem pode variar entre as pessoas, inclusive, considerando a idade e o gênero. Esse aspecto influencia na saúde física e mental das pessoas. O bem-estar também é subjetivo, pois as pessoas percebem o ambiente e os arredores de formas distintas. Além disso, os estímulos da conexão com a natureza que promove o alívio do estresse podem ser diferentes entre as pessoas.</p>

**Fonte:** o autor (2023).

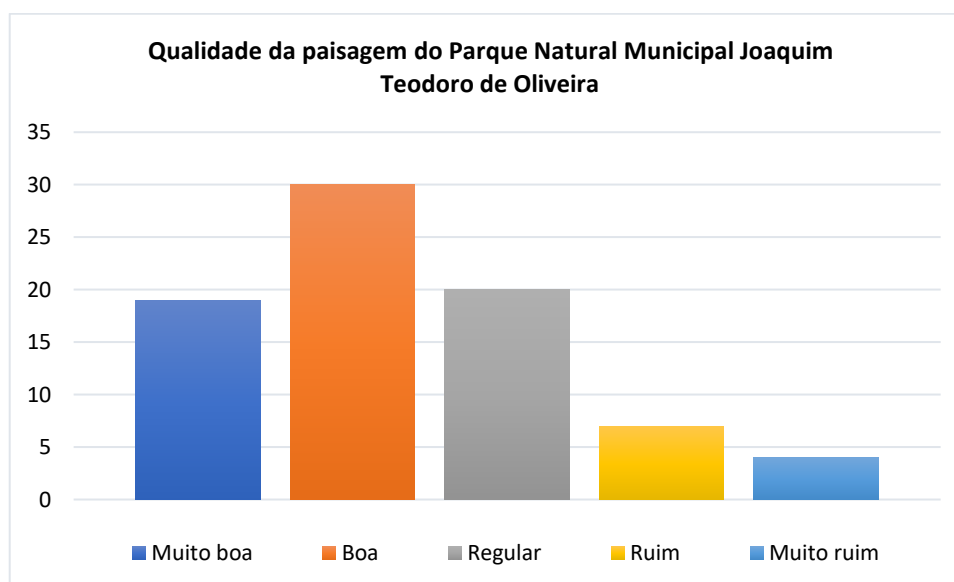
Mesmo diante dos valores mencionados no quadro, um parque nem sempre proporciona exclusivamente vantagens aos residentes das proximidades. Assim, o objetivo desta seção é identificar a partir da visão dos moradores da região, em quais aspectos o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira atribui valor ou desvaloriza o seu entorno. Para isso, por meio do questionário aplicado, um questionamento é levantado: Será que o parque apenas valoriza o espaço urbano?

Nesse contexto, é importante levar em consideração que, além de proporcionar valorização, o intenso fluxo de pessoas na área durante a semana, principalmente nos finais de semana, pode acarretar desconfortos para os moradores locais, como ruídos elevados, aumento do tráfego de pessoas e veículos, e congestionamento nas vias. As subseções seguintes trazem as respostas para essas e outras questões relacionadas aos fatores de (des) valorização do espaço urbano.

## 5.1 Valorização multidimensional da paisagem: olhares para a qualidade de vida

Uma paisagem esteticamente agradável e bem cuidada desempenha papel relevante na qualidade de vida e bem-estar da população, contribui para o conforto térmico; nas emoções e no senso de pertencimento; na valorização urbana em termos econômicos; nos aspectos ambientais e ecológicos; e na cultura e historicidade das cidades. Nesse sentido, essa subseção tem como objetivo investigar em quais aspectos a principal paisagem de Campo Mourão - o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, contribui na valorização ou desvalorização multidimensional do espaço urbano. Inicialmente, foi questionado como os moradores descrevem a qualidade da paisagem do parque (Figura 31).

**Figura 31** - Como você descreve a qualidade da paisagem do parque?



**Fonte:** o autor (2024).

Como resposta para a questão, se tem que a qualidade da paisagem é considerada boa (30), regular (20), muito boa (19), ruim (7) e muito ruim (4). No total, 49 participantes consideram a paisagem boa ou muito boa, portanto, 64,25% dos entrevistados encontram na paisagem do parque aspectos positivos. Enquanto 25% consideram a paisagem regular, indicando percepções positivas e negativas. E 13,75% consideram ruim ou muito ruim, estes, não reconhecem pontos positivos da atual paisagem do parque.

São diversos os fatores e elementos que moldam a percepção a respeito das paisagens: elementos físicos, perspectivas subjetivas, fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais. Nesse sentido, apesar de 64,25% dos participantes considerarem a paisagem do parque boa, 38,75% consideram regular, ruim e muito ruim, ou seja, encontram aspectos negativos. Para

melhor compreensão de quais aspectos os participantes se referem quando julgam a qualidade da paisagem, o questionário contempla uma questão aberta que busca informações sobre os aspectos mais atraentes e menos atraentes da paisagem do parque (Quadro 6).

**Quadro 6** - Aspectos mais e menos atraentes da paisagem do parque

<b>Quais características do parque são mais atraentes para você?</b>	<b>Quais características do parque são menos atraentes para você?</b>
O lago, a pista de caminhada, os animais e as opções de esportes como a quadra de areia, a quadra sintética, o parque infantil, a concha acústica.	O matagal em algumas partes do parque e dentro do lago, causados pelo assoreamento.
O verde e natureza do parque transmite tranquilidade.	O elevado número de pessoas circulando pela área.
Observar o lago, as árvores, os animais, as crianças brincando, pessoas se exercitando.	Algumas pessoas sem educação que não cuidam do parque.
O ar puro do parque.	O assoreamento no lago e a ausência de guardas atuantes.
O espaço do lago e os brinquedos infantis, a pista de caminhada.	A distância entre os ambientes mais frequentados e os banheiros.
A presença de animais (capivaras e patinhos) e a paisagem natural.	A estrutura do parque está abandonada. O parque está abandonado, está menos atraente hoje em dia.
O parque todo, as quadras, espaço para crianças e a pista de caminhada.	Falta de cuidado com o parque, desprezo pelo parque, falta de segurança.
A floresta da trilha.	O assoreamento. Antigamente tinha peixes, pedalinho, lanchonete, a “bica do macaco” acabou.
O espaço favorável para caminhadas e o gramado para socialização.	Árvores cortadas, alguns trechos do parque que não são feitas manutenções, a lista de <i>skate</i> , por exemplo.
Observar o lago, as árvores, os animais, as crianças brincando, pessoas se exercitando.	O assoreamento do lago. Outro ponto negativo são as árvores que dão sementes que exalam mau cheiro. Nós aqui não aguentamos esse cheiro vindo para casa.
A água e a pista de caminhada.	A prefeitura não atua no cuidado e manutenção do parque. Falta incentivo e verbas.
O lago, na parte não assoreada e a arborização.	Excesso de capivaras e o mato no parque.
As passarelas onde fazemos caminhada.	O assoreamento no lago. A lanchonete fechada e outras estruturas abandonadas.
A paisagem como um todo é muito bonita, a natureza e os animais (as capivaras).	Árvores cortadas, alguns trechos do parque que não são feitas manutenção, a pista de skate, por exemplo.
A noite temos o silêncio, é lindo.	Parte que está assoreada, gramado danificado, somente 01 parque infantil, pequeno e mal cuidado.
A academia da terceira idade.	O mato, a terra que tem dentro do lago. Sem árvores, colocaram banco em espaço sem sombra. Precisa ter mais bancos para sentar.
A qualidade do ar, o ambiente é fresco, a pista de caminhada.	Muito sol nos brinquedos do parque infantil.

**Fonte:** o autor (2024).

O aspecto da paisagem mais citado como mais atraente é a vegetação presente no parque. A vegetação é um elemento objetivo da paisagem, ligado ao valor psicológico, evoca

sentimentos subjetivos. Segundo (Troppmair; Galina, 2003; Benini; Martin, 2011), a vegetação impacta positivamente nas sensações de conforto térmico, mas, é importante ressaltar que a sensação térmica também é subjetiva. Ainda sobre a vegetação, se relaciona com os valores ambiental e ecológico.

Alguns participantes citaram o ar puro e o frescor que a paisagem transmite, aspectos ligados à cobertura vegetal, relacionados a saúde e bem-estar. O lago também foi citado algumas vezes, sendo um elemento composto por água que faz diferença na percepção da paisagem, atuando na valorização estética da paisagem. Andreotti (2013) e Macedo (1986) argumentam que a água é um elemento da paisagem em que o cromatismo se faz presente, influenciando nossas percepções sobre o ambiente, produz movimento, reflexão, umidade, cores de diversas tonalidades.

Alguns aspectos ligados a estrutura do parque foram citados, que também fazem parte da paisagem, como a área dos brinquedos para as crianças, a pista de caminhada, as opções de esportes com as quadras de areia e a de grama sintética (Figura 32).

**Figura 32** - Quadras de esportes



**Fonte:** compilado do autor (2024).

Esses são elementos da paisagem que atraem pessoas que buscam essas atividades e agregam os seguintes valores: econômico; psicológico; e saúde. Além disso, o aspecto de socialização no parque também foi mencionado, crianças ou adultos, o parque é um atrativo para pessoas de qualquer idade.

Os animais também foram citados como aspectos atraentes do parque, relacionados a valorização ambiental-ecológica. Nesse sentido, o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira abriga algumas espécies de animais, como capivaras e patos (Figura 33).



**Figura 33** - Capivaras e patos no Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira



**Fonte:** compilado do autor (2024).

Os animais silvestres presentes no parque garantem a preservação da biodiversidade, promovendo a estabilidade ecológica. Esse aspecto é muito importante, pois o parque também é um espaço de educação (Bovo; Amorin, 2013), a fauna local pode servir para o aprendizado de crianças e jovens e estimular a consciência ambiental.

Já as respostas sobre o que mais desvaloriza o parque, conforme os dados coletados, alguns participantes expressaram descontentamento com a falta de manutenção do parque, pois algumas áreas estão com muito mato e também tem a questão do assoreamento do lago, aspectos que não são esteticamente agradáveis. No caso do assoreamento é ainda pior, além de não favorecer a beleza cênica, causa a redução da profundidade, afetando a fauna e flora. O *habitat* dos peixes, patos, tartarugas e capivaras que vivem no local é constantemente alterado pela sedimentação, diminuindo a biodiversidade.

Outro aspecto mencionado é a estrutura física do parque, que em sua grande parte se encontra deteriorada e em desuso, como os sanitários, os quiosques e a pista de skate, locais que poderiam estar sendo utilizados, mas encontram-se fechados e abandonados. Outros participantes responderam a falta bancos para as pessoas sentarem, além da necessidade de mais

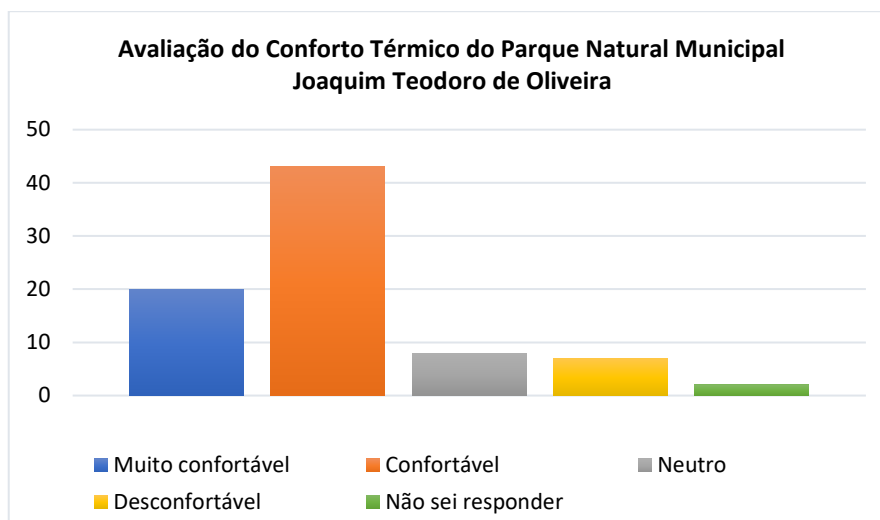
árvores, porque em alguns locais durante o dia, a incidência solar é um obstáculo para o uso, como a área dos brinquedos das crianças. Inclusive, segundo os moradores, houve a poda de árvores, e isso impactou negativamente a experiência visual e subjetiva da paisagem, afetando diretamente o conforto térmico na região.

Uma outra percepção negativa para alguns moradores é a presença de animais silvestres no parque, sendo citadas as capivaras. Enquanto alguns consideram isso um aspecto positivo, outros acham que a presença das capivaras é um fator negativo, pois segundo eles, em alguns momentos elas estão andando na pista de caminhada e interferindo nas atividades esportivas das pessoas. Essa é uma percepção subjetiva, muitas pessoas consideram as capivaras um o símbolo do parque, outras, encontram desafios em conviver com elas naquele espaço. Morin (2005) destaca essa complexidade e subjetividade das relações e os fenômenos observados.

É importante ressaltar que o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira é considerado uma UC pela Lei Municipal N.º 568 de 21 de outubro de 1987, portanto, a presença das capivaras é essencial para garantir a preservação da biodiversidade local. Não só as capivaras, assim como os demais animais presentes no parque, não podem ser considerados invasores, o parque é o habitat deles.

Sobre os aspectos mais e menos atraentes, é importante compreendê-los, pois são essenciais para a formulação de estratégias de gestão e a implementação de melhorias de acordo com as percepções da comunidade local. A partir disso, o setor público pode encontrar caminhos para promover uma experiência positiva e satisfatória para quem vive essa paisagem diariamente, mas também para quem visita esporadicamente, seja residente de Campo Mourão ou visitante.

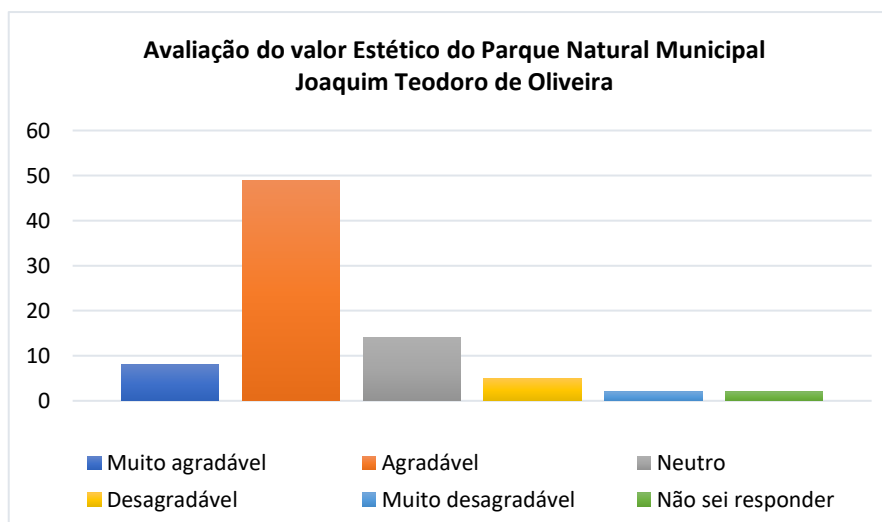
O questionário contempla algumas questões para avaliar o grau de satisfação relacionado à algumas características do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, sendo a primeira o conforto térmico (Figura 34).

**Figura 34** - Como você avalia o conforto térmico no parque?

**Fonte:** o autor (2024).

De acordo com os dados coletados, os participantes consideram as sensações térmicas no parque confortáveis (43), seguido de muito confortável (20), neutro (8), desconfortável (7) e não soube responder (2). Diante disso, a grande parte dos respondentes consideram que o parque apresenta benefícios relacionados ao conforto térmico, entre confortável e muito confortável chega a 78,8% dos participantes. Enquanto uma menor porcentagem considera neutro ou desconfortável (18,8%), estes, justificaram na questão aberta que existem áreas do parque onde há pouca arborização.

O próximo aspecto analisado é o valor estético do parque em termos de apelo visual e harmonia paisagística (Figura 35).

**Figura 35** - Como você avalia o valor estético do parque?

**Fonte:** o autor (2024).

Observa-se que os participantes consideram o valor estético agradável (49), neutro (14), muito agradável (8), desagradável (5), muito desagradável (2), e não soube responder (2). Com isso, sabe-se que (71,3%) consideram a paisagem agradável ou muito agradável e esteticamente harmoniosa. A neutralidade também expressa um valor significativo (17,5%), representam os participantes que consideram aspectos positivos e negativos sobre o valor estético do parque.

Os valores também são representativos para quem considera desagradável ou muito desagradável (8,8%). Esses dados apontam descontentamentos com a paisagem do parque, durante a aplicação do questionário, foi possível perceber que a insatisfação está relacionada ao assoreamento do lago, visto de dentro do parque, mas também de fora, pelos moradores do bairro Gutierrez que possuem vista direta para essa paisagem (Figura 36).

**Figura 36** - Paisagem vista da casa de uma moradora



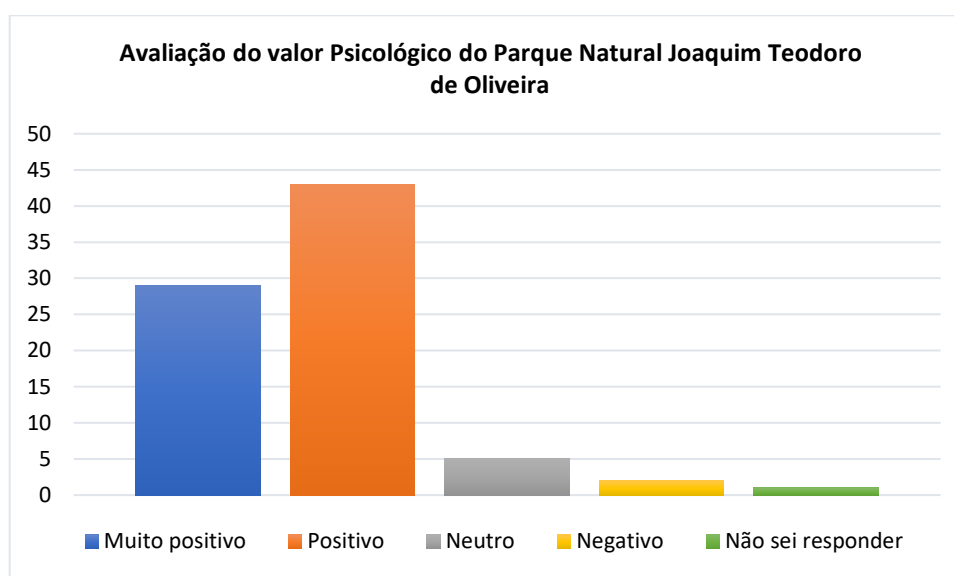
**Fonte:** compilado do autor (2024).

As duas primeiras imagens foram registradas do portão da casa de uma moradora da região, enquanto a terceira é de dentro do parque para capturar maiores detalhes. Toda essa área

coberta por mato há alguns anos fazia parte do lago. Conforme observado, o volume de água está muito baixo, e os moradores locais que costumavam contemplar a paisagem do quintal de suas casas, hoje lamentam a situação do lago.

Outro aspecto relevante da paisagem é o valor psicológico, relacionado ao bem-estar emocional e mental, ao senso de pertencimento e significados simbólicos, sendo a cobertura vegetal capaz de despertar essas emoções (Neves, 1992; Sitte, 1992; Andretti, 2013; Gomes, 2004; Mazzei; Colesanti; Santos, 2007). Nesse sentido, foi questionado para os moradores como eles avaliam o valor psicológico do parque, em relação ao bem-estar emocional e mental (Figura 37).

**Figura 37** - Como você avalia o valor psicológico do parque?

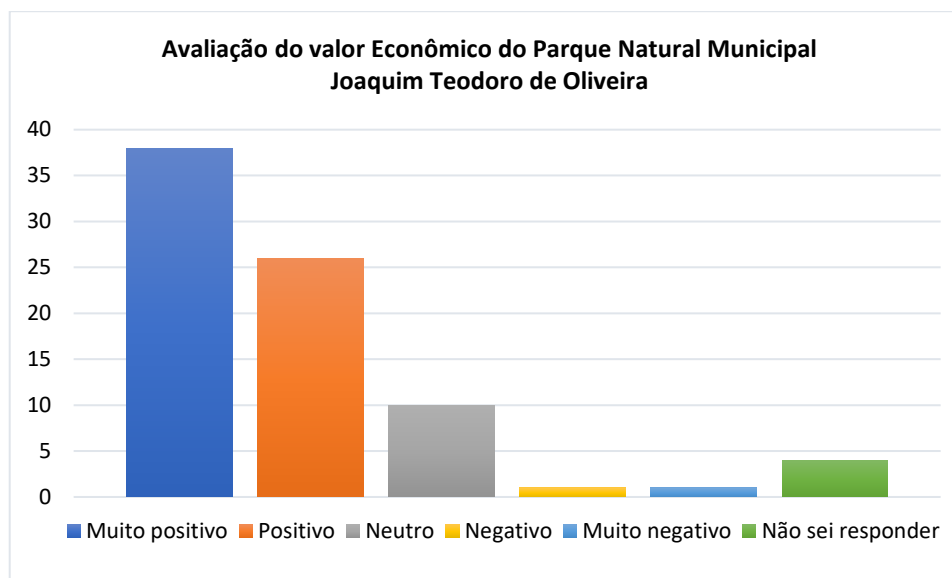


**Fonte:** o autor (2024).

Mais da metade dos respondentes consideram o parque importante para a qualidade de vida relacionada ao valor psicológico. Os dados apontam os graus de satisfação: positivo (43), muito positivo (29), neutro (5), negativo (2) e não soube responder (1). A avaliação positiva chega a 90%, levando em consideração os comentários realizados pelos participantes, a avaliação positiva está relacionada a cobertura vegetal do parque e as oportunidades de prática de esporte ao ar livre, bem como os espaços construídos (quadras de esportes, academias e parque para as crianças).

Outra característica da região é o grande potencial de valorização econômica e imobiliária. Nesse aspecto, foi questionado como os moradores avaliam a importância do parque na valorização econômica do entorno (Figura 38).

**Figura 38** - Como você avalia a importância do parque na valorização econômica do entorno?



**Fonte:** o autor (2024).

É possível observar que os participantes consideram a valorização do entorno algo muito positivo (38), seguido de positivo (26), neutro (10), negativo (1), muito negativo (1), e não soube responder (4). Considerando os graus de valorização muito positivo e positivo, 80% dos respondentes percebem o parque como uma paisagem que atribui valor para a região no setor econômico. As respostas para neutro também são significativas, indicam que alguns aspectos do parque precisam melhorar, como muitos participantes citaram, a iluminação em alguns pontos e o assoreamento do lago, citado em diversas questões aplicadas.

A principal forma de valorização econômica é a imobiliária e a comercial, autores como Bovo (2013); Amorin (2013); Santos (2008); Corrêa (2004) e Gomes (2014) fazem essa correlação, nesse processo dinâmico onde a paisagem é a mercadoria utilizada nas propagandas imobiliárias, que utilizam áreas verdes, amenidades da paisagem, para vender loteamentos de alto padrão na produção de residenciais de *status*, áreas nobres que possuem elevados preços no mercado imobiliário.

O uso comercial da região também é forte, espaços elitizados são construídos com vista parcial ou direta para o parque, como é o caso da área circundante ao parque que contempla uma academia, um restaurante e uma sauna (Figura 39).

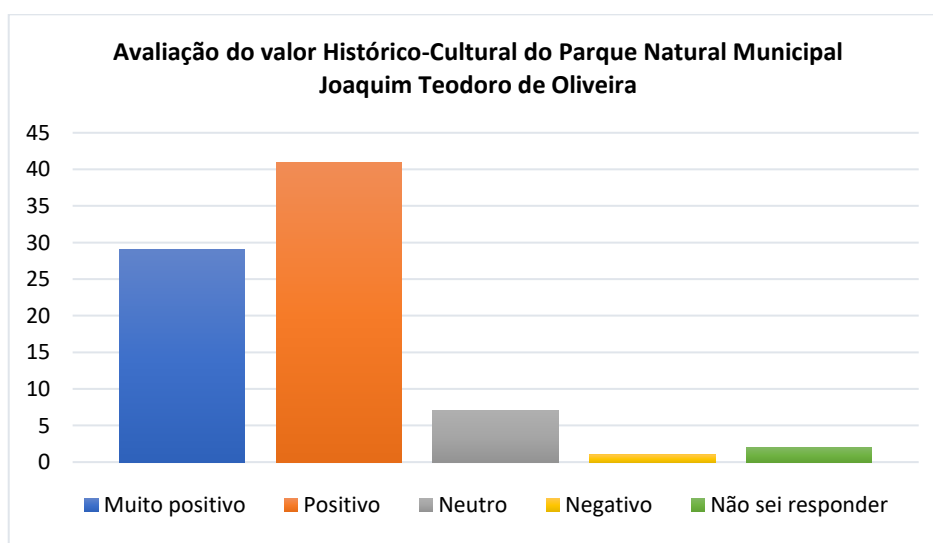
**Figura 39** - Comércio com vista direta ou parcial para o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira



**Fonte:** compilado do autor (2024).

Outra questão importante é o reconhecimento do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira como uma paisagem histórica de Campo Mourão, além disso, é um ícone cultural, palco para eventos de música, teatro e esportivos. Nesse contexto, o questionário também contempla uma questão sobre o valor histórico-cultural do parque (Figura 40).

**Figura 40** - Como você avalia o valor histórico e cultural do parque?



**Fonte:** o autor (2024).

Sobre o valor histórico-cultural da paisagem, os participantes consideraram positivo (41), muito positivo (29), neutro (7), não soube responder (2), e negativo (1). Somadas as respostas muito positivo e positivo chegam a 87,5%, esses moradores consideram o parque como uma paisagem de grande relevância para Campo Mourão como espaço de preservação da história local e de representação cultural.

No que diz respeito à paisagem como história, autores como Neves (1992); Meneses (2002); Andreotti e Furlanetto (2012) citam a paisagem como espaço de vivências, onde histórias são contadas, refletindo culturas, modos de vida, projeções que refletem as sociedades em seus contextos históricos, padrões estéticos e religiosos, entre outros aspectos que configuram a historicidade de um local.

O Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira é uma paisagem que passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, e representa a cultura de Campo Mourão e os períodos de avanço da malha urbana. A configuração da paisagem foi moldada pela história da cidade e continua a ser modificada conforme surgem novos padrões de ocupação da região, como é o caso dos residenciais de alto padrão. Nesse sentido, toda e qualquer transformação da paisagem deixa marcas da cultura da sociedade vigente (Cosgrove, 2004; Sauer, 2004).

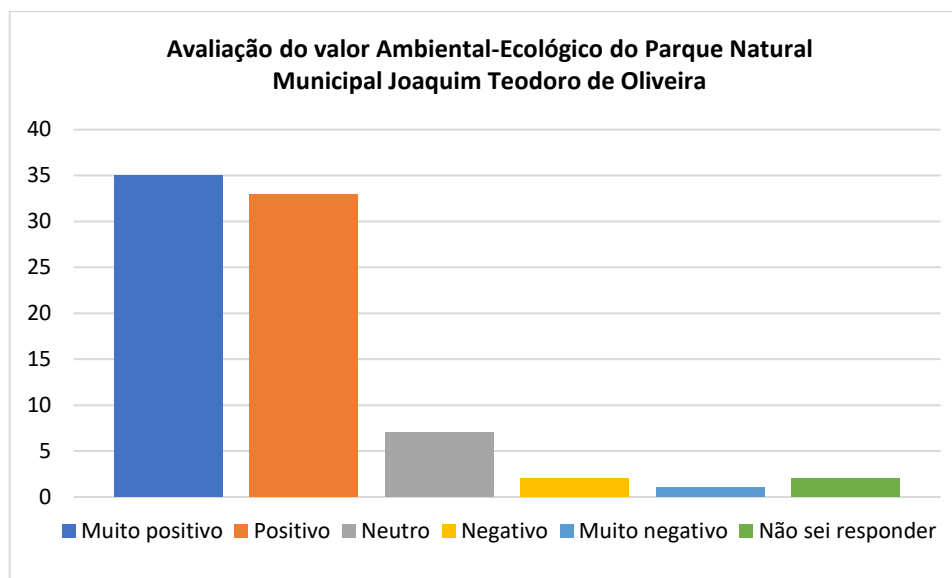
Ademais, o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira além de refletir a cultural, é também um espaço de expressão cultural, atuando como vitrine dos artistas locais que se apresentam nos eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão. Eventos como o festival de verão, que foi realizado no ano de 2023, e também no início de 2024<sup>11</sup>, são importantes para perpetuar o parque como um espaço social.

Uma outra potencialidade da paisagem é o valor ambiental-ecológico. Essa categoria de valor diz respeito a conservação da biodiversidade, as AVUs e UCs que proporcionam ao ambiente uma melhora da qualidade do ar, mitigação do calor urbano e a promoção da saúde e bem-estar (Figura 41).

---

<sup>11</sup> Festival de verão em Campo Mourão. Disponível em: <<https://campomourao.atende.net/cidadao/noticia/fundacao-cultural-promove-festival-de-verao>>. Acesso em: 29 fev. 2024.



**Figura 41** - Como você avalia o valor ambiental e ecológico do parque?

**Fonte:** o autor (2024).

Os respondentes consideram essa valoração que o parque proporciona como muito positivo (35), positivo (33), neutro (7), negativo (2), muito negativo (1), e não soube responder (2). Com isso, somados os valores de muito positivo e positivo (85,1%), os participantes avaliam de forma favorável o parque em aspectos ambientais e ecológicos em termos de valorização do espaço. Nessa perspectiva, as AVUs não possuem somente as funções estética e de proporcionar lazer, também são importantes por servirem de abrigo aos animais silvestres e espaço de reprodução, além de espaço destinado a plantas de interesse ecológico (Nucci, 2008; Alencar; Cardoso, 2015). Os respondentes que consideram a valorização neutra citaram a cobertura vegetal como aspecto positivo, e como aspecto negativo o assoreamento do lago, este, evidenciado no momento da aplicação do questionário como justificativa para os respondentes de negativo e muito negativo.

De acordo com os moradores da região, a paisagem do parque é considerada boa. Contudo, há alguns aspectos que fizeram a avaliação ser expressiva entre regular, ruim e muito ruim. Os aspectos considerados mais atraentes da paisagem são: o lago; a cobertura vegetal; os espaços que proporcionam atividades físicas; e a qualidade do ar. Os aspectos menos atraentes são: o assoreamento no lago; o fluxo de pessoas, em especial nos finais de semana; o abandono da estrutura do parque, como banheiros, quiosques e lanchonete; e a sensação de insegurança em alguns pontos do parque desprovidos de iluminação.

O grau de satisfação dos participantes relacionados às categorias de valor da paisagem indica que o parque como confortável para o conforto térmico; agradável para o valor estético;

positivo para o valor psicológico; muito positivo para a valorização econômica da região; positivo para o valor histórico-cultural; e muito positivo para o valor ambiental-ecológico. Esses são os principais fatores de valorização urbana na área de estudo, dos quais a maioria dos moradores descrevem como positivos.

## 5.2 Desconstrução da paisagem idealizada: a (des) valorização do espaço urbano

O parque urbano é uma paisagem que valoriza o espaço de diversas formas, como a valorização imobiliária, os benefícios relacionados ao bem-estar e a saúde física e mental. Contudo, existem alguns elementos ou características da paisagem que podem desvalorizar uma área. Nesse sentido, a presente subseção investiga quais são esses fatores de (des) valorização para o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Sendo assim, foi questionado qual característica ou elemento do parque que mais valoriza o seu entorno (Quadro 7).

**Quadro 7** - Elementos ou características do parque que valorizam o entorno

<b>Na sua opinião, qual é a característica ou o elemento do parque que mais valoriza o seu entorno?</b>
A presença do lago no parque.
A natureza, o verde do parque.
A paisagem toda é muito bonita. As pessoas utilizam o parque para tirar fotos de criança, para casamento. Também é visitado por diversas pessoas de outras cidades, meus parentes sempre que estão aqui, a primeira coisa que fazem é ir no parque, é um grande atrativo. Gosto das cores da paisagem, tons de amarelo e vermelho das flores.
A paisagem como um todo.
A preservação da natureza.
A pista de caminhada.
A opção de prática de esporte e atividade física.
A localização excelente do parque, próximo ao centro.
O carinho das pessoas para com o espaço. A valorização humana (sentimento de pertencimento).
Lazer, oportunidade de prática de esporte.
Os animais e as atrações do parque.
A qualidade do ar e a beleza da área verde.
O acesso a natureza, ter um espaço que as árvores estão presentes em grande quantidade é muito importante.
O “clima” fresco e a arborização.
A arborização e o movimento que o parque proporciona na região.

**Fonte:** o autor (2024).

Vários aspectos e elementos do parque foram citados pelos participantes, porém, o elemento de valorização mais citado foi a composição vegetal do parque, as árvores e plantas presentes são vistos como atrativos de beleza cênica. Nesse contexto, a vegetação reflete no microclima local, sendo o conforto térmico outra característica citada. A presença da vegetação reflete nas condições do microclima local (Borsato, 2013).

As áreas verdes promovem a qualidade do ar, um outro aspecto bastante citado pelos moradores. Nesse sentido, a literatura de Troppmair e Galina (2003) e Benini e Martin (2011)

evidencia os impactos da arborização nessas condições do ambiente. Sendo assim, é possível afirmar que o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira é como se fosse os “pulmões” da área circundante. Segawa (1996) engloba essa perspectiva dizendo que parques urbanos são “pulmões da cidade”.

Outro elemento bastante citado por quase todos os moradores é o lago. A água é um dos elementos presentes no parque de grande relevância, figura como habitat de animais silvestres, mas também é importante para os observadores da paisagem, que em sua subjetividade, que conforme Andreotti (2013), denota emoções ao observá-lo. Além disso, serve para organizar o espaço, refletindo da beleza cênica da paisagem, Macedo (1986) reforça essa ideia em suas obras.

O senso de pertencimento é outra característica evidenciada nas respostas, um aspecto subjetivo da paisagem do qual um dos participantes respondeu: “*o carinho das pessoas para com o espaço. A valorização humana*”. Essa percepção emerge da interação do indivíduo com o ambiente, ao observar uma paisagem, as vivências que ali são construídas. Torres (2002) ressalta essa interação entre o coletivo e o espaço público, em que Bhering (2019) destaca as vivências que preservam o patrimônio cultural e natural, ligados ao senso de pertencimento.

A localização do parque também é um fator citado de valorização da região. Segundo os participantes, o parque está localizado muito próximo ao centro da cidade, interligando a região aos principais pontos de Campo Mourão. Outro fator de valorização evidenciado nas respostas é o parque como ponto turístico da cidade, segundo os participantes, familiares que costumam visitar a cidade, sempre querem conhecer o parque e, após conhecerem, sempre que retornam para a cidade querem revisitar.

Além disso, o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira é o grande cartão postal da cidade, fica claro pelas respostas, pois é relatado que a paisagem é frequentemente utilizada pela população nos ensaios fotográficos, para festas de crianças ou casamentos, a beleza cênica do parque tem grande destaque. Esse é um aspecto da paisagem que está relacionado a memória afetiva das pessoas, as fotografias marcam momentos importantes das nossas vidas, assim como a paisagem registrada.

Outros elementos ou características do parque que foram citados contemplam: a pista de caminhada, as opções de prática de esporte e lazer, os animais e as atrações do parque. Esses são elementos e características do parque que oferecem inúmeros benefícios aos moradores da região e da cidade. A paisagem local é rica em elementos, e como pode ser observado pelas respostas, valorizam a região e refletem na qualidade de vida dos moradores locais. Os tipos

de valorização espacial observadas são: conforto térmico; estético; econômico; psicológico; histórico; cultural; ambiental; e ecológico.

Embora o parque valorize a região nos aspectos supracitados, é importante considerar os aspectos de desvalorização. Portanto, também foi questionado qual característica ou elemento do parque que mais desvaloriza o entorno do parque (Quadro 8).

**Quadro 8** - Elementos ou características do parque que desvalorizam o entorno

<b>Na sua opinião, qual é a característica ou o elemento do parque que mais desvaloriza o seu entorno?</b>
A falta de cuidado das pessoas com o espaço (depredação).
Ambulantes em cima da calçada, deveriam criar uma praça de alimentação.
O assoreamento do lago.
Falta de infraestrutura e cuidado do parque, falta de sombra, de higiene, limpeza, banheiros.
O intenso fluxo de pessoas, o trânsito nos finais de semana, muito movimentado.
As pessoas que utilizam, o vandalismo.
O lixo na parte interna e externa do parque.
Falta de sombra e bancos, além da estrutura abandonada do parque.
O que mais tem desvalorizado o entorno do parque é o corte de árvores que vem acontecendo.
A falta de cuidado com o parque, pois quanto mais tempo se passar, mais difícil será a recuperação ambiental dele.
A falta de iluminação na região no período noturno, falta de cuidado com a estética do parque.
Falta de segurança pública, partes da grade estão abertas.
Pouco cuidado com as áreas externas do parque.
As entradas de acesso. A entrada principal é bem cuidada, mas a entrada lateral está abandonada, uma árvore caiu com a chuva e o tronco e galhos estão todos ali há muito tempo.
A falta de um parquinho adequado para as crianças, falta de sombreamento na área.

**Fonte:** o autor (2024).

O aspecto que desvaloriza o entorno mais citado foi o assoreamento do lago, um problema ambiental que reduz a capacidade de armazenamento de água no lago ao longo do tempo, e afeta diretamente a percepção da paisagem dos moradores das proximidades do parque. Contudo, a preocupação não se limita apenas com o senso estético da paisagem, mas também com a recuperação ambiental do lago e preservação do ecossistema aquático.

O grande fluxo de pessoas também foi citado como algo que desvaloriza a região. A grande movimentação de pessoas e automóveis nos finais de semana é uma característica da região do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, sendo visto por alguns participantes como um aspecto negativo e que desvaloriza a área. Essa perspectiva é subjetiva, enquanto alguns moradores encaram o fluxo de pessoas como um desafio, algo que tira o sossego e a tranquilidade, outros consideram algo positivo, pois gostam dessa movimentação, conforme evidenciado nas respostas da questão sobre valorização.

Nesse sentido, a falta de cuidado com a estrutura física do parque e o acúmulo de lixo jogado pelos visitantes também foram citados. A estrutura física é um dos elementos da paisagem, que ao estarem deterioradas, impacta negativamente a perspectiva e apropriação do

espaço. A área externa do parque também foi mencionada e relacionada com a falta de cuidado, com grades com buracos e locais com mato alto.

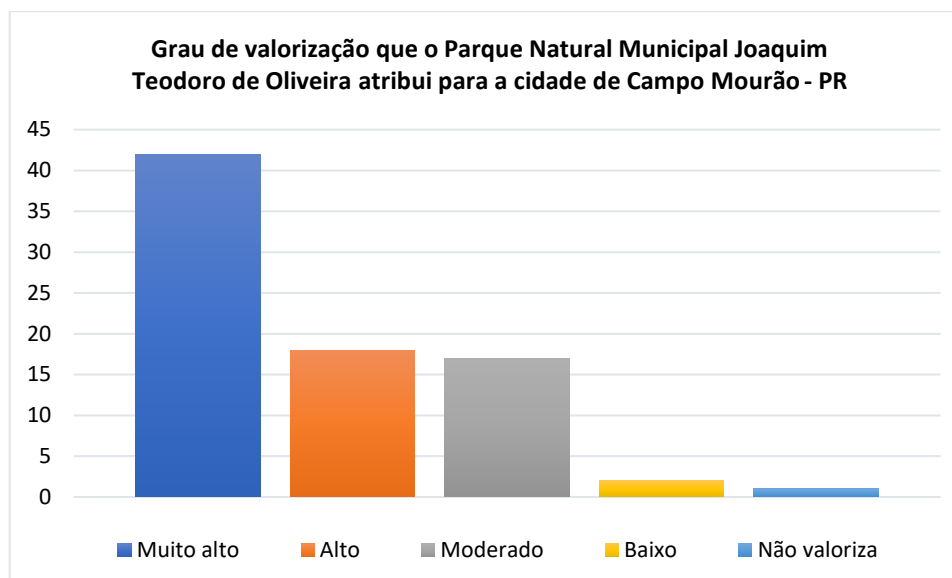
Ainda sobre a estrutura do parque, alguns participantes apontaram que existem poucos bancos para sentar e o corte das árvores. Desse modo, a ausência de bancos impacta na forma como a paisagem vivenciada, os bancos são elementos do parque destinados ao descanso dos visitantes. Além disso, relacionado à arborização, também foi citada a falta de sombreamento no parque infantil. Os bancos e as árvores são condições de permanência das pessoas no parque, propiciam sombreamento e relaxamento em horários de muita incidência solar, portanto, a ausência de arborização é considerada um fator de desvalorização.

Outro problema citado como desvalorizador é a falta de iluminação na região no período noturno. Esse aspecto causa insegurança, principalmente nas mulheres, que estão mais vulneráveis em situações de roubo e assédio. Até mesmo nos ambientes internos do parque há lugares com pouca ou nenhuma iluminação devido a cobertura vegetal, causando desconforto e receio não só no período noturno, mas também durante o dia.

Existe também uma reclamação em relação as barracas de venda de alimentos que ficam na calçada na entrada principal do parque, cujo apontamento é que deveria existir uma praça de alimentação no parque. A presença de barracas, carrinhos e outros equipamentos utilizados pelos vendedores pode obstruir as áreas de circulação e gerar ruídos que podem gerar algum desconforto.

Também é evidenciada a falta de cuidado em relação a entrada secundária. Um participante citou o fato de que a limpeza deixa a desejar, se comparada com a entrada principal. O lixo que fica acumulado é visto como um fator negativo, que pode causar desvalorização da área.

O Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira não é apenas uma paisagem que atribui valor para a região circundante, mas também para o município de Campo Mourão, pois é uma das principais paisagens da cidade, um espaço utilizado para inúmeros eventos culturais, local destinado a recreação, prática de esporte ao ar livre e socialização. Nesse sentido, foi questionado o grau de valorização que o parque atribui para a cidade (Figura 42).

**Figura 42** - Grau de valorização que o parque atribui para Campo Mourão

Fonte: o autor (2024).

Os respondentes avaliaram a importância do parque para a cidade em grau de relevância: muito alto (52), alto (18), moderado (17), baixo (2), e não valoriza (1). Desse modo, 75% dos entrevistados consideram o parque muito relevante para a cidade de Campo Mourão. Conforme observado nas respostas do questionário, são vários os fatores que valorizam a cidade: a vegetação; as oportunidades que o espaço oferece para recreação, lazer e atividades físicas ao ar livre; os eventos culturais que ocorrem; o senso estético da paisagem; o parque visto como o principal cartão postal da cidade; o turismo proporcionado; a valorização econômica; a importância histórico-cultural, dentre outras.

Dessa forma, o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira é um espaço importante para a manutenção da qualidade de vida na cidade, portanto, é conveniente saber o que os moradores gostariam que melhorasse no parque (Quadro 9).

**Quadro 9** - Aspectos do parque passíveis de melhora

O que você gostaria que melhorasse no parque?
Retirar definitivo o assoreamento, melhorar a pista de caminhada, o parque infantil e a academia da terceira idade. Limpar a quadra de areia e melhorar a arborização no entorno
Gostaria que melhorasse a questão do trânsito.
Maior segurança, ter mais vigias no parque. Também melhorar a limpeza, tem muito lixo e sujeira.
Melhorar a questão do assoreamento. A lanchonete transformar em quiosque. Melhorar a iluminação da quadra no interior da mata para <i>beach</i> tênis e com isso ela poderia ser utilizada novamente, com mais seguranças dispostos a cuidar. Contratar mais funcionários/estagiários para cuidar do parque. Deixar os jardins/gramado mais bonito. Colocar uma área limitando o espaço das capivaras, para que possamos passear com nossos animais domésticos no parque.
Plantio de árvores e cobrir o parquinho das crianças, pois não há sombras no espaço. Melhorar a arborização do parque em alguns pontos.

Melhorar e cuidar da estrutura física do parque, mais bancos para sentar e mais flores no jardim.
São poucas entradas de acesso. A entrada secundária não é bem cuidada, a limpeza deixa a desejar. Parece que cuidam mais da entrada principal, enquanto nós que moramos próximo a entrada secundária, convivemos com a sujeira das folhas das árvores nas ruas. As grades externas também tem vários pontos abertos, facilitando a entrada de gente má intencionada.
Falta sombra no parque, maior higiene com o ambiente, limpeza do parque, principalmente dos banheiros, que estão insalubres.
Voltar o funcionamento da lanchonete, melhorar as condições do lago para que tenha mais peixes e aumentar as atividades culturais.
Gostaria que melhorasse a segurança do parque com mais guardas atuantes.
Poderia ter uma área coberta próximo a quadra de esportes e uma arquibancada.
O assoreamento e o mau cheiro decorrente desse problema.
Instalação de lanchonete, melhoria do palco para eventos (concha acústica), melhorar os banheiros e bebedouros, e otimização das entradas do parque.
Mais bancos para as pessoas sentarem e apreciarem a beleza.
Reformar a lanchonete, fazer a manutenção no lago e voltar com os atrativos como os pedalinhas, e também os peixes.
Revitalização das infraestruturas tais como banheiros, vestiários, lanchonete, pedalinhas e tratamento do assoreamento que a cada ano vem aumentando e roubado a imagem do lago.
Instalação de mais parques infantis, melhorar o embelezamento do parque.
Aumento de segurança pública, maior cuidado e investimento nas áreas comuns do parque e assoreamento lago.
Ter mais vendedores ambulantes para oferecer maior oportunidade ao pequeno empresário.
Mais árvores, bancos e mais portões de entrada, facilitando o acesso.
Ter mais árvores nos gramados para ficar mais confortável em qualquer horário.
Mais árvores com flores que exalam um odor agradável. Algumas árvores possuem sementes com odores desagradáveis, que acabam chegando em nossas casas. Mudar o tipo de árvore, essas atuais estragam a calçada do entorno.
Melhorar a limpeza do parque, ter mais uma iluminação em alguns lugares com muito mato fechado.
A estrutura física, os locais abandonados, a limpeza do lago, o embelezamento da paisagem na entrada secundária.
Não pode frequentar com cachorro, deveria ter uma área destinada aos animais domésticos. Também não tem ciclovia, não podemos andar de bicicleta lá dentro. Deveria ter um local que vendesse alimento ou água. Melhorar a limpeza e a iluminação de dentro e fora do parque.
Melhorar a limpeza das ruas externas do parque, muitas folhas e lixo jogados. Os encarregados pela limpeza só “assopram” as folhas contra a grade, bate um vando e espalha tudo novamente.

**Fonte:** o autor (2024).

A reivindicação com maior evidência é o desassoreamento do lago, problema ambiental que age na desvalorização da paisagem do parque. Além disso, alguns respondentes alegam que esse problema diminuiu consideravelmente o número de peixes do lago, causando odores desagradáveis devido a morte de peixes que ficam presos nas áreas com sedimentos. A ponte que atravessa o lago, local onde as pessoas realizam caminhada e contemplam a paisagem costumava estar cercada por água em ambos os lados. Hoje, porém, está coberta por mato decorrente do assoreamento (Figura 43).

**Figura 43** - Vista da ponte que atravessa o lago



**Fonte:** o autor (2024).

Também existe a preocupação com a segurança do parque e, conseqüentemente, da região. A segurança pública é importante para diminuir a sensação de insegurança dos frequentadores do parque, assim como dos moradores das proximidades. Por ser uma área bastante utilizada, existe um fluxo intenso de pessoas na região, especialmente nos finais de semana.

Outras reivindicações estão relacionadas à melhoria da estrutura física do parque, como o parque infantil, a quadra de areia, que atualmente está com pouca areia e grama nascendo, a academia da terceira idade, a pista de caminhada e mais bancos para sentar. Existem também as reclamações relacionadas ao conforto térmico, ou seja, a preocupação com o sombreamento do parque, muitos moradores alegam a necessidade do plantio de mais árvores. Também há reclamações sobre a poda de árvores do parque, o que aumenta a sensação de desconforto em horários em que a incidência solar está maior.

A área onde se localiza o parque das crianças também está sob a exposição solar, sendo um desconforto para as crianças que frequentam. As reivindicações em relação ao conforto térmico se estendem as áreas das quadras de área e de futebol, não há sombreamento nesses espaços, as pessoas que estão ali assistindo os esportes ficam expostos. Esse é um aspecto que interfere na permanência das pessoas no parque.



Outra questão relevante é que existem os espaços que não estão sendo utilizados e estão abandonados. Isso ocorre com a quadra de *beach* tênis e a pista de skate, localizadas no interior da trilha, são espaços esquecidos e depredados, não utilizados pela população e, isso ocorre até mesmo pela sensação de insegurança, por serem espaços localizados em lugares com pouca incidência solar durante o dia e sem fiscalização.

A lanchonete também é outro espaço bastante mencionado, um local que está fechado do qual a população sente falta em utilizar. Esse espaço contempla um *deck* que poderia ser utilizado para contemplar a paisagem, o lago, a natureza e os animais, como era utilizado há alguns anos (Figura 44)

**Figura 44** - Deck e vista para o assoreamento



**Fonte:** compilado do autor (2024).

Como pode-se observar, a paisagem vista desse espaço é o lago assoreado e mato por toda parte. Há algum tempo nesse espaço funcionavam os pedalinhos, um dos primeiros atrativos do parque e que muitas pessoas ainda se recordam com carinho dos tempos em que funcionavam. Nesse sentido, há um desejo coletivo da volta dos pedalinhos no parque, mas que só seria possível com a manutenção periódica do lago.

Existe também a preocupação com a higiene do espaço, segundo os moradores, é possível encontrar lixo jogado pelos visitantes em vários pontos do parque, principalmente em locais com pouca vigilância, como dentro das trilhas e próximo a pista de caminhada. Os banheiros também são espaços muito utilizados pelos frequentadores e estão abandonados, a estrutura fragilizada e sempre com um odor muito forte. Além dos banheiros, os bebedouros também precisam de manutenção.

As atividades culturais proporcionadas pela prefeitura da cidade também fazem diferença, mas, segundo alguns respondentes, poucos eventos estão acontecendo. Vários

moradores apontam que a concha acústica era o local em que acontecia muitos eventos relacionados à música e apresentações de circo, mas que atualmente a área também está abandonada, pois o assoreamento e o mato tomaram conta do espaço, que no momento não está sendo utilizado para a realização de atividades culturais (Figura 45).

**Figura 45** - Concha acústica.



**Fonte:** o autor (2024).

É possível perceber o descuido com esse local com a presença do mato em meio a água, como resultado do assoreamento. Este é um aspecto negativo da paisagem que acaba desvalorizando esse espaço de utilização coletiva, diminuindo a frequência com que ocorriam eventos nesse local. Observa-se também que a falta de manutenção, como limpeza e pintura, dessa estrutura a torna um elemento que não apresenta todo o potencial que teria de embelezamento na composição da paisagem.

Mas, de forma geral, os dados coletados evidenciam que os moradores consideram que a vegetação e o lago como fatores de valorização do entorno do parque. As oportunidades de lazer são pontos positivos e que refletem na qualidade de vida da população, na indicação das atividades que os moradores realizam no parque a Figura 46 demonstra uma síntese das que mais se repetiram.

**Figura 46** - Atividades realizadas no parque pelos moradores



**Fonte:** o autor (2024).

Os residentes frequentemente realizam caminhada, corrida, exercícios ao ar livre, contemplam a natureza, praticam esportes, socializam, desfrutam do espaço para o descanso, relaxamento, leitura e estudos. A localização também é um ponto forte da região, muito próxima do centro, os moradores têm o privilégio de desfrutar do parque e ter acesso aos principais equipamentos urbanos.

Mas existem alguns aspectos que refletem na desvalorização urbana, segundo os moradores, a estrutura do parque está abandonada, há poucos bancos para descansar, o lixo jogado pelos visitantes dentro e fora do parque, a falta de segurança, grades com buracos, intenso fluxo de pessoas, entre outros. Arelado aos aspectos de desvalorização, os moradores apontam diversos aspectos passíveis de melhora, relacionados a estrutura física, a iluminação, segurança, limpeza do ambiente, mas, principalmente, a qualidade da paisagem do lago, que vem sendo desfavorecida pelo assoreamento.

Mesmo com os aspectos negativos citados, os moradores consideram o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira uma paisagem com grau de valorização muito alto para a cidade. É um ponto turístico para visitantes e também uma paisagem atrativa onde pessoas realizam ensaios fotográficos e registram momentos importantes em suas vidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem é multifacetada, dinâmica e complexa, resulta das interações entre a sociedade e a natureza. Nesse sentido, as paisagens têm sido moldadas e transformadas por processos naturais e culturais ao longo dos séculos, formadas por elementos interconectados e interdependentes.

Os parques urbanos são manifestações dessas formas de relação entre os seres humanos e o ambiente, formados pela junção de elementos naturais e tecnificados, adaptados às necessidades sociais e recreativas. No contexto das cidades, os parques são paisagens que estão inseridas na categoria de áreas verdes, importantes na promoção do bem-estar físico e mental dos cidadãos, além de espaços destinados a recreação e lazer. Portanto, as áreas verdes são espaços fundamentais na manutenção da qualidade de vida e no equilíbrio ambiental das cidades.

Também são vistos como refúgio da agitação urbana ao proporcionar conexão entre as pessoas e a natureza. Além disso, algumas funções são designadas aos parques urbanos: mitigação do calor urbano, agindo nas sensações de conforto térmico, reduzindo a temperatura; reduz a poluição sonora e do ar; são considerados UCs, essenciais para a preservação da biodiversidade; promovem a coesão social e o senso de pertencimento; promovem a sustentabilidade das cidades; auxiliam na redução do estresse; e favorecem um estilo de vida saudável, pelas possibilidades de práticas de esportes ao ar livre e próximo da natureza.

Contudo, é importante destacar que a paisagem não é formada apenas por elementos concretos, mas também pela subjetividade das percepções, interpretações e experiências individuais ou coletivas. Ademais, a paisagem expressa valores culturais, resultando em distintos significados.

Existem os aspectos psicológicos relacionado a observação da paisagem, que reflete nas perspectivas positivas e negativas vivenciadas. Os aspectos objetivos são as características físicas e tangíveis, como a vegetação, as áreas construídas e a infraestrutura, que são observáveis e mensuráveis. Mas, também existem os aspectos intangíveis e subjetivos, relacionados às percepções, emoções e interpretações individuais, influenciadas pelas experiências pessoais, valores culturais, memórias e afetividade. Contempla também a apreciação estética, o sentimento de pertencimento e identidade cultural, que varia para cada indivíduo.

Nesse contexto, as paisagens caracterizadas por áreas verdes, como é o caso dos parques urbanos, influenciam na qualidade de vida da população. O conjunto de elementos e possibilidades relacionadas ao bem-estar individual e coletivo valorizam o espaço urbano, em especial, na valorização econômica no mercado imobiliário.

Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a influência da paisagem na valorização multidimensional do espaço urbano circundante ao Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira em Campo Mourão, no Paraná. A escolha desse recorte espacial está ligada a importância do parque para a cidade de Campo Mourão, sendo o principal cartão postal da cidade, que influenciou o direcionamento da ocupação da região e, conseqüentemente, no desenvolvimento da malha urbana circunvizinha.

Para compreender de quais formas em que a região foi valorizada, a pesquisa seguiu a proposta do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD, com a abordagem interdisciplinar da paisagem. Essa abordagem é relevante para a compreensão das relações complexas entre a sociedade e as paisagens culturais presentes nas cidades. Portanto, o debate teórico e as discussões levantadas nas análises dos resultados dialogam com diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, a Arquitetura, a História, Políticas Públicas e a Economia. Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica interdisciplinar foi importante para a compreensão abrangente sobre o conceito de paisagem e forneceu uma base teórica sólida para as discussões.

A coleta de informações sobre a região do parque foi realizada com trabalho de campo e aplicação de questionário com os moradores do entorno do parque. Os dados revelam aspectos sociodemográficos e a percepção dos residentes sobre a paisagem do Parque. Sendo assim, foi possível identificar que os participantes com as maiores rendas familiares possuem os mais altos níveis de escolaridade, com ensino superior ou pós-graduação completa, enquanto as menores rendas familiares estão destinadas aos participantes de ensino fundamental e médio completos ou incompletos, caracterizando os menores níveis de escolaridade.

Outro aspecto observado é que grande parte dos moradores da região, residem há menos de cinco anos, portanto, essa informação evidencia um processo de expansão urbana relativamente recente, formado por residências de alto padrão no entorno do Parque. Já os moradores que residem a mais tempo estão na região antes mesmo da implementação do Parque, portanto, vivenciaram todo o processo de expansão e as alterações da paisagem ao longo dos anos.

Sobre a escolha da moradia próximo ao Parque, uma porcentagem expressiva indicou que o Parque não foi a principal motivação para esta escolha, mas, foi um dos aspectos

considerados. Ao serem questionados sobre gostarem ou não de morar próximo ao Parque, a maioria respondeu que sim, mas que visitam o Parque esporadicamente. Entretanto, também foi expressivo a quantidade de participantes que frequentam durante a semana, em diversos dias. Nesse sentido, foram perguntados quais as formas de utilização desse espaço e, em sua maioria, a principal forma de utilização consiste em atividades como caminhada ou corrida, descanso ou relaxamento e contemplação da natureza. O espaço também se destaca como ponto de encontro de pessoas, socialização e piquenique.

Sobre os horários de frequência do Parque, os participantes evidenciaram a preferência por horários em que a incidência solar é menor, durante o período da manhã e no final da tarde. Nesse contexto, a vegetação se destaca como elemento importante na sensação de conforto térmico na mitigação do calor.

Alguns questionamentos propostos pela pesquisa foram respondidos ao longo do trabalho de campo e aplicação do questionário. O primeiro questionamento respondido foi: “O parque de fato é uma amenidade da paisagem que direcionou o uso e ocupação do seu entorno?”

Nesse sentido, a implementação do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira ocorreu em 1987 e, imagens históricas que precedem esse período evidenciam que a região era pouco desenvolvida. O expressivo aumento populacional na região ocorreu a partir de sua implementação, principalmente a partir de 1991, quando o parque recebeu diversas melhorias em sua estrutura física, com a adição de uma lanchonete, pontes e pista de caminhada. Essa melhora nas condições do parque o tornaram o principal cartão postal da cidade e principal área de lazer, chamando a atenção não só dos moradores, como dos promotores imobiliários, que se dedicaram a lotear cada vez mais a região.

Em 2003, por exemplo, já é possível observar várias residências no entorno do parque, bem como intensas alterações na paisagem. Conforme os anos se passaram, essas alterações ocorreram de forma gradual e a malha urbana existente foi se consolidando com o adensamento de novas residências. Além disso, também houve a explosão de novos bairros construídos, em especial os residenciais de alto padrão.

Nesse sentido, o mercado imobiliário projetou esses residenciais e condomínios fechados utilizando o *marketing* verde, destacando as vantagens de morar próximo ao parque e vivenciar o contato com a natureza. Essa estratégia foi e ainda está sendo utilizada na região com os novos condomínios fechados que estão sendo construídos. Sendo assim, é possível afirmar que a região se desenvolveu a partir da implementação do Parque, que direcionou o uso e ocupação do solo do seu entorno.

O segundo questionamento respondido pela pesquisa foi: “Em quais dimensões o espaço urbano é valorizado pela presença do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira?”. Os aspectos de valorização foram estruturados a partir das observações do parque, leituras do referencial teórico da pesquisa, e resultados obtidos no questionário aplicado. Sendo assim, foi possível identificar as formas de valorização: conforto térmico; os valores estéticos; psicológico; econômico; histórico; cultural; ambiental e ecológico. Estes são os aspectos evidenciados nas respostas do questionário, que evidenciam a valorização do espaço urbano circundante do Parque.

Nesse contexto, o conforto térmico foi avaliado como positivo e muito positivo e, nas respostas das questões abertas, os participantes mencionaram a arborização como elemento essencial para as sensações de conforto térmico. O valor estético foi avaliado como muito positivo, esta categoria de valorização foi mencionada nos aspectos que valorizam a beleza cênica do Parque, como o lago e cobertura vegetal.

Outra categoria de valorização avaliada foi o valor econômico, avaliado como muito positivo. Nesse sentido, os moradores reconhecem a valorização econômica da região correlacionada à existência do Parque. Este é um aspecto que pode ser observado pelo padrão das casas nas proximidades do Parque e pelo comércio local elitizado.

Os valores histórico e cultural também são considerados positivo e muito positivo. A população reconhece o Parque como local de expressão cultural e que faz parte da história de Campo Mourão, destacando a importância dos eventos culturais que ocorrem no Parque, na integração social da comunidade.

Por fim, o valor ambiental e ecológico foi reconhecido nos benefícios da vegetação na promoção do bem-estar, nas possibilidades de práticas de esportes próximo da natureza e nas sensações de tranquilidade e relaxamento evocadas pela percepção subjetiva da paisagem verde. Além disso, os participantes reconhecem o Parque como uma UC importante para a preservação da natureza e dos animais silvestres que ali vivem.

O último questionamento feito na pesquisa foi: “Existem fatores que atuam na desvalorização do seu entorno?”. As informações coletadas apontam que sim, existem alguns aspectos que atuam na desvalorização do parque e, conseqüentemente, dos seu entorno. O aspecto mais citado foi o assoreamento do lago, visto do interior do parque, mas também de fora dele. Algumas residências possuem vista direta para a parte do lago que está assoreada e, para alguns moradores, não configura como uma paisagem agradável.

O fluxo de pessoas na área também foi citado como aspecto de desvalorização do entorno. A movimentação de pessoas e automóveis na região pode causar alguns inconvenientes

aos moradores, principalmente porque as ruas são estreitas e algumas são de mão única, causando alguns acidentes na região. Nesse sentido, as ruas ficam superlotadas e os estacionamentos ficam cheios.

Nos finais de semana, esse fluxo fica mais intenso, mas, algumas pessoas gostam dessa movimentação, já outras tiveram problemas em relação aos ruídos sonoros, como o som alto em carros, gerando alguns desconfortos e até mesmo conflitos entre visitantes e moradores. Esse é um aspecto que aparece em ambas questões, de valorização e desvalorização, sendo uma percepção subjetiva.

Um aspecto mencionado pelas mulheres e que merece destaque é a sensação de insegurança causada pela falta de iluminação na região. Algumas participantes relataram que em determinados horários não costumam frequentar o Parque pela falta de iluminação e por se sentirem inseguras. Essa sensação de insegurança não se limita à área interna do Parque, mas também na área externa, com ruas pouco iluminadas.

No geral, ao serem questionados sobre o grau de inconveniência percebido, os moradores consideram baixo, e que não há inconvenientes ou poucos inconvenientes percebidos como resultado de morar próximo ao Parque. As reclamações são pontuais e se relacionam com os fatores considerados de desvalorização.

Ficou evidente que existem fatores que atuam na valorização e na desvalorização do espaço urbano. Nesse sentido, as discussões sobre paisagem nunca se esgotam, e nem é este o objetivo dessa pesquisa, mas sim contribuir para os debates. Todos esses aspectos mencionados impactam na qualidade de vida dos moradores e, é importante perceber o Parque como uma paisagem que evoca diferentes emoções, um espaço que promove a coesão social, influencia no desenvolvimento econômico da área circundante, atraindo investimentos e turismo para a região.

Espera-se que este estudo contribua de diversas formas para a sociedade, na compreensão das necessidades dos moradores locais. O estudo revela como os moradores percebem e interagem com sua paisagem do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, isso permite que autoridades locais identifiquem as necessidades e preferências da comunidade, podendo orientar políticas públicas e projetos de desenvolvimento urbano que atendam melhor as demandas locais.



## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Luciano Delmondes de; CARDOSO, Jean Carlos. Paisagismo funcional: o uso de projetos que integram mais que ornamentação. **Ciência, tecnologia & ambiente**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2015. Disponível em: <https://www.revistacta.ufscar.br/index.php/revistacta/article/view/4>. Acesso em: 24 jan. 2024.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Pluralidade da Geografia e a Necessidade das Abordagens Culturais. *In*: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (Org.). **Da Percepção e Cognição à Representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. Terceira Imagem. São Paulo, 2007.

ANDREOTTI, Giuliana. **Paisagens Culturais**. Editora UFPR, Curitiba: PR, 2013.

ANDREOTTI, Giuliana; FURLANETTO, Beatriz Helena. O senso ético e estético da paisagem. **RA'EGA**, 24. Curitiba, p. 05-17, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/26191>. Acesso em: 24 jan. 2024.

AVANCINI, José Augusto. A paisagem natural na pintura de Henri Matisse. *In*: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord.). Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar. São Paulo: H. Angotti Salgueiro, p. 149-152, 1999. **Anais do I Colóquio Internacional de História da Arte CBHA – CIHA**. Comitê Brasileiro de História da Arte – ECA USP. Disponível em: [http://www.cbha.art.br/coloquios/1999/arquivos/pdf/pg149\\_jose\\_avancini.pdf](http://www.cbha.art.br/coloquios/1999/arquivos/pdf/pg149_jose_avancini.pdf). Acesso em: 24 jan. 2024.

BARREIRO, Guilherme Sscodeler de Souza; FURTADO, Renata Pedretti Morais. Inserindo a judicialização no ciclo de políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, p. 293-314, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/QhFKxBfp3knhh89dtDNwS3D/?format=pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BATISTA, Marinalva dos Reis. Levantamento das políticas públicas para manutenção dos parques urbanos em Campo Mourão – Paraná. **Rev. Geogr. Acadêmica**. V.8, n.2, p. 70-81, 2014. Disponível em: <https://revista.ufr.br/rga/article/view/2976>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BENINI, Sandra Medina; MARTIN, Encarnita Salas. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação**, v. 2, n. 17, p. 63-80, 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/455>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BERGSON, Henri. **Matière et mémoire**. Première édition. Paris: 1939

BERQUE, Augustin. **Médiance**: de milieux em paysages. Montpellier: GIP Reclus, 1994.

BESSE, Jean Marc. Ver a terra: seis ensaios sobre paisagem e a geografia. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, p. 143-149, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13517>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BHERING, Iracema Generoso de Abreu. **O urbanismo e a paisagem desejada**. 2019. 364 f. Belo Horizonte. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30625>. Acesso em: 29 abr. 2024.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/1647/1064>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BOVO, Marcos Clair; AMORIN, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Praças e parques: uma retrospectiva através dos tempos. *In: Estudos urbanos em perspectivas*. BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues. (Org.). Fecilcam, Campo Mourão, 2013, p. 178-206.

BOVO, Marcos Clair; CONRADO, Denner. O parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão (PR), Brasil. *In: Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 1, n. 34, p. 50-71, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1845>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BORSATO, Victor da Assunção. O índice do conforto térmico em Londrina, Maringá e Campo Mourão – PR. *In: Estudos urbanos em perspectivas*. BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues. (Org.). Fecilcam, Campo Mourão, 2013, p. 248-264.

BUCCHERI-FILHO, Alexandre Theobaldo; TONETTI, Emerson Luis. Qualidade ambiental nas paisagens urbanizadas. **Revista Geografar**. Curitiba: UFPR, v. 6, n. 1, p. 23-54, jun./2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21802>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016, p. 496. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 22 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Nacional Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6766.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm). Acesso em: 22 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Nacional Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 22. fev. 2024.

BRASIL. **Lei Nacional Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 255, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 22 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Nacional Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 6 jun. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm). Acesso em: 22 fev. 2024.

BRITO, Fausto.; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v19n04/v19n04\\_03.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v19n04/v19n04_03.pdf). Acesso em: 26 jan. 2024.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CAMPO MOURÃO. **Lei Municipal N.º 568 de 21 de outubro de 1987**. Autoriza o executivo municipal a criar o Parque Municipal “Joaquim Teodoro de Oliveira” a dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/1987/57/568/lei-ordinaria-n-568-1987-autoriza-o-executivo-municipal-a-criar-o-parque-municipal-joaquim-teodoro-de-oliveira-a-da-outras-providencias>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Lei Municipal N.º 1.010 de 02 de dezembro de 1996**. Altera o parágrafo único, do art. Aº, da Lei Nº 568, de 21 de outubro de 1987, que autoriza o executivo municipal a criar o Parque Municipal “Joaquim Teodoro de Oliveira”. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/1996/101/1010/lei-ordinaria-n-1010-1996-altera-o-paragrafo-unico-do-art-1-da-lei-n-568-de-21-de-outubro-de-1987-que-autoriza-o-executivo-municipal-a-criar-o-parque-municipal-joaquim-teodoro-de-oliveira>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto Municipal N.º 7.240 de 27 de abril de 2017**. Altera dispositivos do Decreto Municipal nº 7.202, de 27 de abril de 2017, que amplia a área territorial da Unidade de Conservação da Natureza, instituída pela Lei Municipal nº 568, de 21 de outubro de 1987, denominado Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/decreto/2017/724/7240/decreto-n-7240-2017-altera-dispositivos-do-decreto-municipal-n-7202-de-27-de-abril-de-2017-que-amplia-a-area-territorial-da-unidade-de-conservacao-da-natureza-instituida-pela-lei-municipal-n-568-de-21-de-outubro-de-1987-denominado-parque-municipal-joaquim-teodoro-de-oliveira-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto Municipal N.º 7.240 de 02 de junho de 2017**. Altera dispositivos do Decreto Municipal nº 7.202, de 27 de abril de 2017, que amplia a área territorial da Unidade de Conservação da Natureza, instituída pela Lei Municipal nº 568, de 21 de outubro de 1987, denominado Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/decreto/2017/724/7240/decreto-n-7240-2017-altera-dispositivos-do-decreto>

[municipal-n-7202-de-27-de-abril-de-2017-que-amplia-a-area-territorial-da-unidade-de-conservacao-da-natureza-instituida-pela-lei-municipal-n-568-de-21-de-outubro-de-1987-denominado-parque-municipal-joaquim-teodoro-de-oliveira-e-da-outras-providencias](#). Acesso em: 01 jul. 2023.

COLAVITE, Ana Paula. **As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem de Corumbataí do Sul – Paraná**. 224 f. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.pge.uem.br/documentos-para-publicacao/teses/teses-2013-pdfs/TeseAnaPaulaColavite.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CARNEIRO, Ana Rita de Sá; SILVA, Aline de Figueirôa.; GIRÃO, Pricylla Amorim. O jardim moderno de Burle Marx: um patrimônio na paisagem do Recife. **Textos para Discussão (Olinda. Online)**, v. 11, p. 1-10, 2007. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/356-textos-para-discussao-v-11.html>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. *In.*: **Anais do 1º Congresso Brasileiro sobre arborização urbana....** Vitória, ES, p. 29-38, 1992. Disponível em: <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12924/CavalheiroDelPicchia-AreasVerdesConceitosObjDiretrizesPlanejamento.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. *In.*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2 ed. EdUERJ. Rio de Janeiro, 2004.

CULLEN, Gordan. **Paisagem urbana**. Architectural Press, 1993.

CUTI, Auriele Fogaça; NAOUMOVA, Natalia. A paisagem da cidade pequena: variabilidade visual experienciada pelo caminhar. **PIXO**. n. 11, v. 3. p. 201-217, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/17647>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CNUMAD - Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992, p. 113. **Agenda 21**. Disponível em: [https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-05/agenda\\_21\\_global\\_integra.pdf](https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos_restritos/files/documento/2019-05/agenda_21_global_integra.pdf).

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2º ed., 2007.

DALLABRIDA, Valdir Roque. *et al.* Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **GUAJU - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Matinhos, PR, n. 1, v. 7, p. 43-80, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80437>. Acesso em: 26 jan. 2024.

DENARDIN, Valdir Frigo. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. *In*: WILKINSON, John.; MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira (Org.). **O sabor da origem**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, p. 51-72, 2016.

DINOÁ, Luciana Mendonça. **O espaço livre público em conjuntos habitacionais as praças potenciais do conjunto Mangabeira em João Pessoa-PB**. 2005. 180f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://bit.ly/2K7oc0d>. Acesso em: 01 mai. de 2023.

ECBO, Garret. **Urban Landscape Design**, Nova York: Mc-Graw Hill, 1964.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 35, p. 119-134, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6364>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FARINELLI, Franco. El Don de Humboldt: el concepto de paisaje. *In*: COPETA, Clara; LOIS, Rubén (Eds.). **Geografía, paisaje e identidad**. Tradução do capítulo realizada por Nicola Nesta. Biblioteca Nueva Universidad – Manueles y Obras de Referencia. Madri, p. 43-50, 2009.

FEST, Fausto Delanne de Campos. Projeto Cura - Complementação Urbana e Mudanças Espaciais. Dissertação (Mestrado em Urbanismo - Programa de Pós Graduação em Urbanismo) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2005. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufri.br/Record/aleph-UFR01-000664592>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 21, p. 212-259, jun. 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. **Manual de Conforto Térmico**. São Paulo: Studio Nobel, 2001. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/18350/material/ManualConfortoTERMICO.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4(96), p. 483-486, out./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/QvmmNn4PtXr4dttnyQtyZMc/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **As Praças de Ribeirão Preto-SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos**. 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005. Disponível em: <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Author/Home?author=MARCOS+ANTONIO+SILVESTRE+GOMES>. Acesso em: 26 jan. 2024.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 79-90, mai/ago. 2014. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/809>. Acesso em: 26 jan. 2024.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, n. 44, v. 20, p. 115-119, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557>. Acesso em: 26 jan. 2024.

GOYA, Paula da Cruz Landim y. Mutação da paisagem urbana: um caso significativo na cidade de São Paulo: A Avenida São Luiz. **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. n. 1, p. 41-56, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133636>. Acesso em: 26 jan. 2024.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Está é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 22, p. 201-210, mai-ago, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-40659>. Acesso em: 26 jan. 2024.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Unesp, 1997.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. *In*: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: EdUnB, 2009.

HENKE-OLIVEIRA, Carlos. Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1950?show=full>. Acesso em: 29 abr. 2024.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira.; LINS, Regina Dulce Barbosa. As diferentes formas de expansão urbana. **G C – Revistas nacional de gerenciamento de cidades**. v. 2, n. 13, p. 15-25, 2014. Disponível em: [https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/view/764](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/764). Acesso em: 26 jan. 2024.

KINGDON, John W. Agendas, Alternatives and Public Policies. 2 Ed. Harper Collins CollegePublishers. *In*: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas – Coletânea**. v. 1, p. 219-224, 2007.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora UnB, 1996.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian, 4º Ed. 2004.

LEIS, Héctor Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. *In*. PHILIPPI JR., Arlindo; NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, p. 106-121, 2011.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 59-77, abr. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/D83jm8Qvy7tZfdYNpFJZqXr/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2024.

LIMA, Maria Luísa. Participar na construção de paisagens – um desafio para a psicologia social do ambiente. *In.*: FERNANDEZ-RAMIREZ, Baltasar; VILLODRES, Carmen Hidalgo; FERRER, Carmen M<sup>a</sup> Salvador; MÉNDEZ, M<sup>a</sup> José Martos (Org.). **Psicología ambiental 2011**: entre los estúdios urbanos y el análisis de la sostenibilidad. Gutenberg, p. 1-14, 2011.

LIMA, Valéria; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Revista Formação**, n. 13, v. 1, p. 139-165, 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/835>. Acesso em: 26 jan. 2024.

LIMOND, Ester. Urbanização dispersa amis uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**, n. 14, vl. 1, p. 31-35, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/705>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**. Guarapuava, PR v.1 n.13 p. 125-139 jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/viewFile/157/185>. Acesso em: 26 jan. 2024.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia**, v. 10, n. 18, p. 264-274, jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/26487>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MACEDO, Silvio Soares. Plano de massas – um instrumento para o desenho da paisagem. **Paisagem e ambiente**: ensaios. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. n. 3, p. 9-30, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133630>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp. 2010.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'EGA**, n. 8 Curitiba: UFPR, p. 83-91, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MANOEL, Bianca Correa Lessa; SILVA, Renato; OLIVEIRA, Rosane Cristiana de. Ciência, conhecimento e paradigma: uma reflexão sobre a produção na atualidade. **Almanaque multidisciplinar de pesquisa**. Ano IV, n. 1, v. 1, 2017, p. 177-191, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/amp/article/view/4558>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MAZZEI, Kátia; COLESANTI, Marlene T. Munro; SANTOS, Douglas Gomes dos. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, p. 33-43, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenedureza/article/view/9350>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. *In.*: Yázigi (org.). **Turismo e paisagem**. Contexto, 2002.

MEINING, Donald. W. **The Beholding Eye: Ten Version of the Same Scene**. Louisville: Landscape Architecture. 1976.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Pequena História Crítica**. 20ª Ed. AnnaBlume. São Paulo, 2005.

MORAES, Marina Medeiros Queiroz de. Welfare State: Direitos humanos e políticas públicas – o que na prática realmente tem sido feito? *In.*: CIANCIARULLO, Tamara Iwanow; PANHOCA, Ivone; BONINI, Luci Mendes de Melo; (Org.) **Políticas públicas: estudos e casos**. 1 ed. SP: Ícone, 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Editora Meridional/Sulina, 2005.

NEVES, Ézia Socorro. Paisagem - conceito. **Paisagem e Ambiente**. n. 4, p. 107-112, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133742>. Acesso em: 26 jan. 2024.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. *GeoTextos*, n. 2, v. 6, p. 163-186, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4835>. Acesso em: 26 jan. 2024.

NUCCI, João Carlos. Qualidade ambiental e adensamento urbano. **Humanitas**, São Paulo: SP, 2001.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2ª ed. Curitiba: O Autor. p. 150, 2008.

OLIVEIRA, Fabiano Lemes de. O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo modernos em São Paulo. **Arquitextos**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3433>. Acesso em: 29 abr. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21**. p. 391, 1992. Disponível em: [https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-05/agenda\\_21\\_global\\_integra.pdf](https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos_restritos/files/documento/2019-05/agenda_21_global_integra.pdf). Acesso em: 22 fev. 2024.

PARANACIDADE. **Plano Diretor Municipal de Campo Mourão/PR**. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Serviço Social Autônomo, 2007.

PEIXOTO, Nelson. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC, 1996.



PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. A paisagem possível. **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. n. 1, p. 71-78, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133636>. Acesso em: 26 jan. 2024.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita; MACEDO, Silvio. Soares. Ética e estética: o destino do litoral. **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. n. 3, p. 117-124, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133639>. Acesso em: 26 jan. 2024.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. A paisagem urbana: necessita-se compreender como se forma: **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. n. 3, p. 61-70, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133635>. Acesso em: 26 jan. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROUGERIE; Gabriel; BEROUTCHATCHVILI, Nicolas. **Géosystèmes et paysages**. Armand Colin, 1991.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Política nas políticas públicas: um olhar sobre a agricultura brasileira. **Seropédica: Mauad X**, 2009.

SAUER, Carl Ortwin. A Morfologia da Paisagem. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: USP, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS JUNIOR, Jair Elias dos. **Campo Mourão: a construção de uma cidade**. Campo Mourão, PR: Midiograf, 2018. 450 p.

SAQUET, Marcos Aurelio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, n. 3, v. 20, n. 3, p.479-505, set-dez. 2018. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5655>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, v. 1, p. 21-42, 2006. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Filosofia e paisagem: aproximações a uma categoria estética. **Philosophica**, 23, Lisboa, p.87-102, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/11826>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SHAMS, Juliana Cristina Augusto; GIACOMELI, Daniele Cristina; SUCOMINE, Nivia Maria. Emprego da arborização na melhoria do conforto térmico nos espaços livres públicos. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v. 4, p. 1-16, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66445>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SILVA, Isadora Mendes da; GONZALEZ, Luciana Ruggiero; FILHO, Demóstenes Ferreira da Silva. Recursos naturais de conforto térmico: um enfoque urbano. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, n. 4, v. 6, p. 35-50, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66487>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SILVA, José Borzacchiolo da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **A cidade e o urbano**: temas para debates. (orgs.). Fortaleza: EUFC, 1997.

SILVA, Marcia Alves Soares da. Temos o direito de imaginar na geografia? Sobre imaginações, emoções e paisagens culturais a partir de uma perspectiva simbólica. *In.*: TORRES, Marcos Alberto. **Fronteiras da paisagem**. Campo Mourão: Fecilcam. p. 221-256, 2002.

SILVA, Silvia Heleny Gomes da. **O direito à paisagem urbana: imagem e afetividade na construção de uma geografia do olhar**. 2019. 111 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/50780>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SIMMEL, Georg. Philosophie du paysage. *In.*: **La tragedie de la culture**. Paris: Editions Rivages, 1988.

SIMIONATO, Edna. **Campo Mourão – Sua gente... Sua história**. Campo Mourão: Kromoset, 2008.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades**: segundos seus princípios artísticos. Ed. Ática, 1994.

SOUZA MENDONÇA, Enida Maria. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e pesquisas em psicologia**, n. 7, v. 7, p. 122-132, ago. 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1808-42812007000200013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812007000200013). Acesso em: 26 jan. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, n. 93, 15 jul. 2001. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/313>. Acesso em: 26 jan. 2024.

TORRES, Marcos Alberto. Sobre as fronteiras da paisagem: diálogos e construções. *In.*: TORRES, Marcos Alberto (org.). **Fronteiras da paisagem**. Campo Mourão: Fecilcam. p. 11-18, 2022.

TROPPEMAIR, Helmut; GALINA, Márcia Helena. Áreas verdes. **Território & Cidadania**. Rio Claro, SP, ano III, nº 2, jun-dez, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão**: centro do progresso. Maringá: Bertoni, 1999, p. 308.

VIEIRA, Paulo Barral de Hollanda; SANTOS, Lisana Katia Schmitz; GRAZZIOTIN, Adriano. Utilização do SIG na análise das áreas verdes públicas do bairro do Córrego Grande (UEP-12), Florianópolis/SC. *In: II Simpósio Brasileiro de Geomática, V Colóquio Brasileiro de Ciências Geodésicas*. UNESP, Presidente Prudente, p. 223-231, 2007. Disponível em: [https://docs.fct.unesp.br/departamentos/cartografia/eventos/2007\\_II\\_SBG/artigos/A\\_033.pdf](https://docs.fct.unesp.br/departamentos/cartografia/eventos/2007_II_SBG/artigos/A_033.pdf). Acesso em 26. jan. 2024.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO: AS PERCEPÇÕES DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE OLIVEIRA

Caro (a) participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “A paisagem e a valorização do espaço urbano: o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira em Campo Mourão – PR”, desenvolvida pelos pesquisadores Ana Paula Colavite e Cassio Henrique da Silva, docente e discente no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

O seu feedback será inestimável para este estudo. Solicitamos que você preencha este questionário, que deve levar cerca de 5-10 minutos para ser concluído. Todas as suas respostas serão mantidas estritamente confidenciais e serão utilizadas apenas para fins de pesquisa. Além disso, pelo método de coleta, não é possível identificar dados pessoais do respondente. A participação é totalmente voluntária e você pode optar por retirar-se a qualquer momento.

O questionário abrange questões sobre suas percepções a respeito da qualidade da paisagem do parque, a frequência que você utiliza, a importância do parque para a comunidade e para o seu bem-estar, entre outros.

<p>1. Você concorda em participar da pesquisa?</p> <p>( ) Sim</p> <p>( ) Não</p>
<p><b>Seção 2: Dados sociodemográficos</b></p>
<p>2. Qual é a sua idade?</p> <p>( ) 18 – 24</p> <p>( ) 25 – 34</p> <p>( ) 35 – 44</p> <p>( ) 45 – 54</p> <p>( ) 55 – 64</p> <p>( ) 65 – 74</p> <p>( ) 75 anos ou mais</p>
<p>3. Qual é o seu gênero:</p> <p>( ) Masculino</p> <p>( ) Feminino</p>

<input type="checkbox"/> Outros
4. Qual é a sua escolaridade? <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação completa <input type="checkbox"/> Pós-graduação incompleta
5. Qual é a sua profissão?
6. Qual é a renda familiar média? <input type="checkbox"/> Até 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> De 2 a 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> De 5 a 8 salários mínimos <input type="checkbox"/> Superior a 8 salários mínimos <input type="checkbox"/> Benefício do governo
7. Caso receba benefício, qual é ele?
8. Qual é o nome da rua e o bairro onde reside?
9. Você reside aproximadamente a quantos metros do parque?
10. Quantas pessoas residem na mesma casa? <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 ou mais
11. Há quanto tempo reside nesta casa? <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input type="checkbox"/> Entre 5 e 10 anos <input type="checkbox"/> Entre 10 e 20 anos <input type="checkbox"/> Mais de 20 anos
12. A residência é: <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Cedida para uso
<b>Seção 3: A relação com o Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira</b>
13. A residência tem vista direta para o Parque? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcial
14. Você gosta de morar perto do parque? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

<input type="checkbox"/> Parcialmente
15. Você veio morar aqui por conta da existência do Parque? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
16. Com que frequência você visita o Parque? <input type="checkbox"/> Todos os dias <input type="checkbox"/> De três a cinco vezes por semana <input type="checkbox"/> De uma a duas vezes por semana <input type="checkbox"/> Esporadicamente <input type="checkbox"/> Não frequento
17. Quais atividades você realiza no parque? <i>Você pode selecionar mais de uma opção.</i> <input type="checkbox"/> Caminhada ou corrida <input type="checkbox"/> Descanso e relaxamento <input type="checkbox"/> Esportes <input type="checkbox"/> Piquenique e socialização <input type="checkbox"/> Exercício ao ar livre <input type="checkbox"/> Contemplação da natureza <input type="checkbox"/> Leitura ou estudo <input type="checkbox"/> Não utilizo o parque <input type="checkbox"/> Outras
18. Qual horário você frequenta o parque? <i>Você pode selecionar mais de uma opção.</i> <input type="checkbox"/> Início da manhã <input type="checkbox"/> Do meio da manhã para o meio dia <input type="checkbox"/> Início da tarde <input type="checkbox"/> Final da tarde <input type="checkbox"/> Após as 18 horas
19. Por quais motivos você costuma frequentar o parque nestes horários?
20. Como você descreve a qualidade da paisagem do parque? <input type="checkbox"/> Muito boa <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Muito ruim
21. Quais características do parque são mais atraentes para você?
22. Quais características do parque são menos atraentes para você?
<b>Avalie a importância das seguintes características do Parque Natural Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira:</b>
23. <b>Conforto Térmico:</b> Como você avalia o conforto térmico no parque? <input type="checkbox"/> Muito confortável <input type="checkbox"/> Confortável <input type="checkbox"/> Neutro <input type="checkbox"/> Desconfortável <input type="checkbox"/> Muito desconfortável <input type="checkbox"/> Não sei responder

24. **Valor Estético:** Como você avalia o valor estético do parque em termos de apelo visual e harmonia paisagística?

- Muito agradável
- Agradável
- Neutro
- Desagradável
- Muito desagradável
- Não sei responder

25. **Valor Psicológico:** Como você avalia o valor psicológico do parque em relação ao bem-estar emocional e mental?

- Muito positivo
- Positivo
- Neutro
- Negativo
- Muito negativo
- Não sei responder

26. **Valor Econômico:** Como você avalia a importância do parque na valorização econômica do entorno?

- Muito positivo
- Positivo
- Neutro
- Negativo
- Muito negativo
- Não sei responder

27. **Valor Histórico-Cultural:** Como você avalia o valor histórico e cultural do parque?

- Muito positivo
- Positivo
- Neutro
- Negativo
- Muito negativo
- Não sei responder

28. **Valor Ambiental-Ecológico:** Como você avalia o valor ambiental e ecológico do parque?

- Muito positivo
- Positivo
- Neutro
- Negativo
- Muito negativo
- Não sei responder

29. Quais desafios ou inconvenientes você já experimentou como resultado de morar próximo ao parque?

30. Avalie o seu grau de inconveniência percebido.

- Não há inconvenientes
- Poucos inconvenientes
- Moderados
- Muitos inconvenientes

31. Na sua opinião, qual é a característica ou o elemento do parque que mais VALORIZA o seu entorno?

32. Na sua opinião, qual é a característica ou elemento do parque que mais DESVALORIZA o seu entorno?

33. Qual é o grau de valorização que o parque atribui para a cidade de Campo Mourão?

Muito alto

Alto

Moderado

Baixo

Muito baixo

Não valoriza

Não sei responder

34. O que você gostaria que melhorasse no parque?